

INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do
**INSTITUTO
HISTÓRICO e
GEOGRÁFICO**

DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

80 anos de História



135

2000 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio
Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico
RS. Vol 1, n. 1 (jan./mar. 1921) - Porto Alegre:
IHGRGS, 1921 -

Periodicidade irregular

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do
Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

CDU 981.65
918.65

Claudia Zanenga de Medeiros CRB10/306

Diagramação: Miguel A. de O. Duarte

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal
4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de
Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317
90010-271. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil

Horário: 13h as 19h
Telefone/ Fax (0 xx 51) 224 37 60
e-mail: ihgrgs@pro.viars.com.br
<http://www.geocities.com/paris/jardin/5965/>
ou
<http://www.paginadogauchos.com.br/ihgrgs>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente

Luís Alberto Cibils

1º Vice-Presidente

Sérgio da Costa Franco

2º Vice-Presidente

Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Secretário-Geral

Heinrich Hasenack

Secretário

Véra Lucia Maciel Barroso

Responsável pela Biblioteca

Francisco Riopardense de Macedo

Orador

Carlos de Souza Moraes

Conselho Fiscal

Gervásio Rodrigo Neves

Miguel Frederico do Espírito Santo

Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Miguel Frederico do Espírito Santo

Sérgio da Costa Franco

Comissão de Admissão e Demissão

Raphael Copstein

Véra Lucia Maciel Barroso

Comissão de História

Earle Diniz Macarthy Moreira

Paulo J.P. Xavier

Sérgio da Costa Franco

Secretário Executivo

Miguel A. de Oliveira Duarte

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern - Arthur Rabuske
- Braz Augusto Aquino Brancato -
Carlos de Souza Moraes - Coralio
Bragança Pardo Cabeda - Earle Diniz
Macarthy Moreira - Fernando
O'Donnell - Francisco Riopardense
de Macedo - Gervásio Rodrigo Neves
- Heinrich Hasenack - Helio Moro
Mariante - Lothar Francisco Hessel -
Luís Alberto Cibils - Margaret M.
Bakos - Miguel Frederico do Espírito
Santo - Moacyr Flores - Mozart
Pereira Soares - Paulo J.P. Xavier -
Raphael Copstein - Ruben Neis -
Sérgio da Costa Franco - Sérgio
Alves Teixeira - Telmo Lauro Müller
- Véra Lucia Maciel Barroso

MEMBROS CORRESPONDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL QUADRO GERAL – 1925/2000

ACHIM SCHRADER	JOÃO AFONSO CORTE REAL
ADILSON CEZAR	JOÃO BORGES FORTES
AFONSO CELSO (CONDE DE)	JOÃO NEVES DA FONTOURA
AFONSO DE ESCRAGNOLE TAUNAY	JONAS DE MORAES CORREIA NETO
AGUSTIN VENTURINO	JONATAS DA COSTA REGO MONTEIRO
ALCINDO DE AZEVEDO SODRÉ	JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
ALFONSO FERNANDEZ CABRELLI	JORGE SALIS GOULART
ALFREDO ROMÁRIO MARTINS	JOSÉ ALFREDO SCHIERHOLT
ALFREDO MANUEL SÁNCHEZ MUÑOZ	JOSÉ ANTÔNIO FALCÃO
ÁLVARO DE ALENCASTRE	JOSÉ ARTUR BOITEUX
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE	JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO
ANGIONE COSTA	JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES
ANÍBAL MATOS	JOSÉ LIMA FIGUEIREDO
ANTÔNIO BATISTA PEREIRA	JOSÉ OTAVIANO PINTO SOARES
ANTÔNIO DE ARAÚJO DE A. BULCÃO SOBRINHO	LAURO REINALDO MÜLLER
ANTÔNIO TAVARES PINÃO	LEOPOLDO PETRI
ARTUR CESAR FERREIRA REIS	LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELO
AUGUSTO MEYER	LUIZ DA CÂMARA CASQUEDO
AUGUSTO TASSO FRAGOSO	LUIZ DA SILVA RIBEIRO
CARLOS GRANDMASSON RHEINGANTZ	LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA	LUIZ FELIPE DE CASTILHOS GOYCOCHEA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA	LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
CARLOS XAVIER PAES BARRETO	LUIZ LAVANÈRE
CLÁUDIO MOREIRA BENTO	MANUEL ESTEVÃO FERNANDES BASTOS
DANIEL ORTEGA RICAURTE	MÁRIO CARNEIRO DO REGO MELO
DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO	MÁRIO GARDELIN
DAVIS RIBEIRO DE SENA	MAX FLEIUS
DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA	MILTON DE ALMEIDA SANTOS
DINO WILLY COZZA	MOARCI MATEUS SEMPÉ
EDGAR FONTOURA	MORIVALDE CALVET FAGUNDES
ELISEO POPOLIZIO	OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
EMÍLIO A. CONY	OSWALDO RODRIGUES CABRAL
EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA	PEDRO BRASIL BANDECCHI
EURÍPEDES FALCÃO VIEIRA	PEDRO DIAS DE CAMPOS
FERNANDO CALLAGE	PEDRO GASTÃO DE ORLEANS E BRAGANÇA
FERNANDO O. ASSUNÇÃO	PEDRO JACINTO DE MALLETT JOUBIN
FRANCISCO DAS NEVES ALVES	PERCY ALVIM MARTIN
FRANCISCO DE PAULA CIDADE	PLÍNIO AYROSA
FREDERICO DE BARROS BROTERO	RAIMUNDO GIRÃO
GASTÃO DE BITTENCOURT	RAMON DE CASTRO ESTEVES
GASTÃO PENALVA (COM. SEBASTIÃO DE SOUZA)	RAYMOND PEBAYLE
GENUINO ANTÔNIO FERRI	ROMEU CALDERAN BELTRÃO
GERALDO JOSÉ PAUWELS	ROSELYS VELLOSO RODERJAN
GUILHERME AULER	RUBEN MACHADO DA ROSA
GUILHERME STUDART (BARÃO STUDART)	RÚBIO BRASILIANO FERREIRA
HÉLIO LEÔNIO MARTINS	SALVATORE CANDIDO
HELIO VIANA	SETEMBRINO A. PEREDA
HENRIQUE DA SILVA FONTES	SEVERINO SOMBRA
HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN	TARCISIO ANTONIO COSTA TABORDA
HERBERT CANABARRO REICHARDT	TITO LIVIO FERREIRA
HILGARD O'REILLY STERNBERG	TÚLIO VARGAS
HORÁCIO ARREDONDO HIJO	VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
IVAN MONTEIRO DE BARROS LINS	VIRGÍLIO CORREIA FILHO
JALI MEIRINHO	VITOR RUSSOMANO
JEAN ROCHE	WALTER FERNANDO PIAZZA
	ZÉLIA ANDRADE LEMOS
	ZOSYMO LOPES DOS SANTOS

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 7 INSTITUTOS HISTÓRICO E GEOGRÁFICOS ANTERIORES**
Luís Alberto Cibils
- 13 1920. A FUNDAÇÃO DO IHGRGS**
Gervásio Rodrigo Neves
- 37 FUNDADORES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – Florêncio de Abreu**
Paulo Xavier
- 47 REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893: A DEGOLA DO BOI PRETO**
Mozart Pereira Soares
- 51 A JUNTA DE JUSTIÇA, PRIMEIRO TRIBUNAL RIO-GRANDENSE**
Sérgio da Costa Franco
- 57 A BRIGADA PORTUGAL E A DIVISÃO DO CENTRO EM OPERAÇÕES NO LITORAL (1893/94)**
Coralio Bragança Pardo Cabeda
- 67 O NOTICIADOR – Depoimento sobre o jornal farroupilha**
Francisco Riopardense de Macedo
- 69 A PRIMEIRA CÂMARA DE VEREADORES GAÚCHA**
Raphael Copstein

PALESTRAS

- 81 CAMÕES E A GEOGRAFIA**
Sérgio da Costa Franco
- 93 A QUESTÃO PLATINA: UMA TENTAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**
Earle Macarthy Moreira
- 111 CULTURA MATERIAL, DESCOBERTA E COLONIZAÇÃO DO BRASIL: UMA SÍNTESE SÓCIO-CULTURAL IBEROINDÍGENA**
Arno Alvarez Kern
- 121 IDÉIAS LIBERAIS NO PERÍODO FARROUPILHA**
Moacyr Flores
- 135 A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: INÉRCIA E PROJETO**
Gervásio Rodrigo Neves

DOCUMENTAÇÃO

Arquivo Athos Damasceno Ferreira

Apontamentos para a História de **Porto Alegre** **143**

Fonte: **Jornal Correio do Sul**. 1852-1855-1857

Arquivo Geral do IHGRGS

- Diário da minha campanha revolucionária, no **Rio Grande do Sul**, durante 40 dias, em 1932. **176**
- Diário político de **Borges de Medeiros** – 1932 **186**
- Rascunho da exposição ao Pe. **Luiz Gonzaga Jaeger** sobre a integração católica em 1951 no **Irapuazinho** - **Borges de Medeiros** **187**
- Ingresso no **IHGRGS** - **Carlos de Souza Moraes** **191**
- *Anuário* de **Graciano Alves de Azambuja** – índice **200**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

- **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**: Esboço de sua história - **Amaro Baptista**. **216**
- Notícias em jornais sobre a Fundação do **IHGRGS** **218**
- Padre **Roberto Landell de Moura**, por **Ivan Dorneles Rodrigues** **225**

PARECERES

- **São Lourenço do Sul**, datas festivas do Município. **229**
- Início da **Colonização Açoriana** no **RGS** **231**

NOTICIÁRIO

- Cronologia de Eventos do **IHGRGS** **236**
- Obituário: **Dante de Laytano**, por **Cláudio Moreira Bento** **240**

INSTITUTOS HISTÓRICO E GEOGRÁFICOS ANTERIORES

Luís Alberto Cibils

No momento em que comemoramos os 500 anos do Brasil, inicialmente, devemos examinar como era tratada a História em Portugal. Como nos informa o *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, D. João V, através do Decreto de 8 de dezembro de 1720, criou a Real Academia de História. Tinha o objetivo de escrever a história de Portugal e de suas conquistas. Possuía 50 sócios, sendo 40 da Academia de Anônimos e das Conferências Discretas e 10 indicados pelo Rei.

Instalada no palácio dos Duques de Bragança, possuía uma dotação anual de 1.000\$000. Teve acesso e à cópia de documentos dos arquivos e cartórios do Reino. Estava incumbida de zelar pela conservação dos monumentos, proibindo a sua demolição bem como das estátuas e mármores, conservando medalhas e moedas antigas, atribuindo às Câmaras a incumbência de conservar e preservar as antiguidades existentes e a descobrir.

A Academia em 1722 foi isenta de licença do Desembargo do Paço para a impressão de obras, sujeitas exclusivamente ao exame dos quatro censores da Academia. O real Arquivo se incumbiu da elaboração de cópias para a Academia em 1725.

Em 1727 surgiu o 1º volume da História da Academia, contendo a impressão de obras raras, como a *Coleção de Documentos e Memórias* de 1721 a 1736. Publicou obras dos sócios, como *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* de Antônio Caetano de Souza (1735-1748), *Memórias sobre D. Sebastião* (1736-1751) e tantos outros. Realizou a Academia a primeira tentativa de catalogação de documentos do Arquivo de Simancas.

Desavenças entre os acadêmicos e a criação da Academia Real de Ciências em 1779, propiciaram o seu declínio. Entretanto, muitos de seus sócios realizaram reuniões até o início do século XIX, até que a Corte partiu para o Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu em 21.10.1838, no Rio de Janeiro, sendo o Visconde de São Leopoldo um dos fundadores e seu primeiro presidente, eleito em 1839.

No Rio Grande do Sul, em 1855, o então Presidente da Província Conselheiro Cansansão de Sinimbu, o então Barão de Porto Alegre, Manoel Ferreira da Silva Ubatuba e Machado Ourique, como diz Florêncio de Abreu e Silva, perceberam a necessidade de criar um Instituto Histórico e, para tanto, reunidos no Palácio do Governo, elegeram uma diretoria onde Sinimbu foi eleito Presidente, Porto Alegre Vice-Presidente e Machado Ourique Secretário.

Ourique falecera, Sinimbu retira-se da Província e a idéia foi transferida para outra oportunidade.

Passados 5 anos da 1ª tentativa de criação do Instituto Histórico e Geográfico, uma nova reunião nesse sentido ocorreu a 19 de fevereiro de 1860, no Conselho Diretor da Instrução Pública, quando constituiu-se uma Comissão Preparatória integrada por José Antônio do Vale Caldre e Fião, Manoel Pereira da

Silva Ubatuba e José Maria de Andrade (Diretor do Liceu D. Afonso), incumbida da elaboração dos Estatutos, marcando-se a inauguração para 26 de fevereiro.

Nesse dia, com a maior solenidade, tivera lugar a sessão inaugural presidida pelo Tenente-General Barão de Porto Alegre, com a presença de muitas pessoas. Procedida a eleição, ficou a Diretoria assim constituída: Presidente Barão de Porto Alegre; Vice-Presidente Dr. José Martins Pereira de Alencastre; 1º Secretário Francisco de Paula Soares; 2º Secretário Ignácio Manoel Domingues; Orador José Antônio do Vale Caldre e Fião; Tesoureiro João Damasceno Ferreira.

Foram constituídas e eleitos os membros das seguintes Comissões: Fundos e Orçamento, Estatutos e Redação da Revista, Revisão de Manuscritos, Trabalhos Históricos, Trabalhos Geográficos, Arqueologia-Etnografia-Lingua dos Indígenas e Documentos. Esteve na mesa o membro do IHGB Antônio Alvares Pereira Coruja, como tudo noticia a Revista nº 1 desse Instituto.

Nominados, foram considerados 40 membros efetivos: Barão de Porto Alegre, Francisco de Paula Soares, Cirurgião-mór de Brigada Ignácio Manoel Domingues, Dr. José Antônio do Vale Caldre e Fião, João Damasceno Ferreira, Dr. José Martins Pereira de Alencastre, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos, Dr. José Maria da Trindade, José Maria de Andrade, Dr. José de Araújo Brusque, Bacharel José Joaquim Fernandes Pinheiro, Bacharel Antônio Augusto de Arruda, Carlos Hoefer, Cel. Cristóvão José Vieira, Ten.Cel. José Maria Pereira de Campos, Bacharel Antônio Alves Pereira Salgado, Ten.Cel. Manoel Lopes Teixeira Júnior, Vigário Luiz Manoel Gonçalves de Brito, Antônio Vieira de Aguiar, João Miguel Spencer, Ângelo Francisco Ther, Fermiano Antônio de Araújo, Luiz Afonso de Azambuja, Major Pedro Maria Xavier de Oliveira Meirelles, Dr. Jerônimo da Cunha Galvão, Bacharel Antônio Dias da Costa, Padre Joaquim Procópio de Oliveira Nunes, João Cavalcanti de Mello e Albuquerque e Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.

Quadro dos Correspondentes: Major João da Cunha Lobo Barreto, Dr. João Pires Farinha, passou a efetivo em 19.8; Dr. Justino José Alves Jacutinga, idem; Dr. Roberto Landell, James Johnson, Ten.Cel. Afonso Mabilde, Ten.Cel. Manoel Pereira da Silva Lima, Nathaniel Plant, Antônio Alvares Pereira Coruja, do Rio de Janeiro, Dr. Thomaz Lourenço de Carvalho de Campos, passado a efetivo em 13.5; Cônego Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, de Santa Catarina.

Em sessão de 13 de maio foram nomeados Correspondentes e Comissários do Instituto nos diferentes Municípios e Comarcas da Província:

Rio Grande: Dr. Henrique Bernardino Marques Canarim, Dr. Ângelo Pio da Silveira e Antônio Barone Martins Vianna;

Pelotas: Dr. Amaro José d'Ávila da Silveira, Dr. Joaquim José Afonso Alves e Antônio José Domingues;

Jaguarão: Dr. José de Azevedo e Dr. Henrique Francisco d'Ávila;

Piratini: Cel. Manoel Lucas de Lima e Comendador Manoel José Gomes de Freitas;

Bagé: Barão de Cerro Alegre

S. Gabriel: Gen. João Propício Menna Barreto;

Santana do Livramento: Gen. David Canabarro;

Alegrete: Dr. Francisco de Sá e Brito e Mathias Teixeira de Almeida;

Uruguaiana: Dr. Eleutério Augusto de Athayde;

Itaquí: Vigário José Coriolano de Souza Passos;
S. Borja: Vigário João Pedro Gay;
Cruz Alta: Vigário José de Noronha Nápoles Massa e Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado;
Passo Fundo: Antônio de Mascarenhas Camello Júnior;
Santa Maria da Boca do Monte: Cel. José Alves Valença;
Caçapava: José Pinheiro de Ulhoa Cintra;
Cachoeira: Comendador Antônio Vicente da Fontoura e Vigário Luiz Augusto Gonçalves dos Santos;
Rio Pardo: Gen. Lopo de Almeida Henrique Botelho e Mello, Dr. Antônio Ferreira de Andrade Neves e Joaquim Coelho dos Santos;
Taquari: Vigário João Antônio de Carvalho;
Triunfo: Dr. João Frederico Mister;
S. Leopoldo: Dr. João Daniel Hilldebrand;
Santo Antônio da Patrulha: Dr. Francisco de Souza Cirne Lima e Dr. Antônio de Souza Martins;
Conceição do Arroio [Osório]: Carlos Leopoldo Voges e
Dores de Camaquã: Dr. Antônio José Moraes Júnior.

Foi admitido a sócio efetivo o Dr. Manoel José Moraes Júnior. Na 2^a. sessão de Assembléia Geral, em 5 de agosto, foram admitidos como sócio efetivos o Comendador Patrício Correa da Câmara, João Vespúcio de Abreu e Silva e Dr. Cyro José Pedrosa. Na 3^a. sessão de Assembléia Geral, em 19 daquele mês, foram admitidos como sócios efetivos Justino José Alves Jacutinga, Dr. João Pires Farinha e Ten.Cel. Pedro Alves Cabral da Cunha Silva Godolfim e Ten.Cel. Felipe B. d'Oliveira Nery.

A segunda Revista, correspondente ao ano de 1861 contém: 1- Certidão da medição de terras em Itapoã para estabelecimento de 60 casais que haviam de formar a povoação da Vila Real de Santa Ana; 2- Certidão que passou o Governador José Custódio de Sá e Faria aos moradores do Rio Grande, em 25 de agosto de 1765; 3- Ofício que os oficiais da Câmara escreveram a S.M., em 23 de agosto de 1765; 4- Ordem que o Cel. José Marcelino deu ao Senado para mudança da sede do mesmo, em 25 de julho de 1773; 5- "Senhores do Ilustre Senado. Os habitantes do Rio Grande, Povo Novo e Costa de Pelotas, solicitam interceda junto ao Soberano, "para nos vermos livres de um peso tão oneroso, pedindo ao mesmo tempo à Real Junta que mande suspender a cobrança dos ditos impostos", assinada por 61 negociantes e fazendeiros, presumidamente feito em 1804; 6- Extrato de um requerimento que o Comendador Israel Soares de Paiva fez ao Senado Municipal desta cidade, que dá notícia sobre administração, justiça, comércio, etc., descrevendo o estado de anteriores tempos que por falta de imprensa só se conhece o que se passou pela tradição; 7- Ata de 24 de fevereiro de 1822, contendo a nomeação do Governo Provisório; 8- Extratos da Ata de Vereação de 23 de maio de 1822, do Senado do Rio de Janeiro pedindo a S.A. que mande convocar nesta Corte uma Assembléia Geral das Províncias; 9- Discurso à S.A. Real o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, dirigiu o Deputado Francisco Xavier Ferreira pela

Província do Rio Grande de S. Pedro, em 23 de maio de 1822; 10- Auto da Gloriosa aclamação do 1º. Imperador constitucional do Brasil, em 12 de outubro de 1822, contendo 272 assinaturas; 11- Extrato das Atas da Câmara Municipal da cidade de Porto Alegre, trabalho oferecido ao Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz pelo Dr. Ubatuba, referentes aos anos de 1766 a 1775 e de 1777 a 1811.

O volume III da Revista, de 1863, refere a administração do 3º ano social do Instituto, eleita em 25 de março de 1862: Presidente Barão de Porto Alegre (reeleito), Vice-Presidente Manoel José de Campos, 1º Secretário João Luiz d'Andrade Vasconcelos, 2º. Secretário José Feliciano Fernandes Pinheiro, Orador Felipe Betbezé d'Oliveira Nery, Tesoureiro João Cavalcanti de Mello Albuquerque e, bem assim foram eleitos os membros das Comissões.

Felicitações são dirigidas pelo Instituto Histórico a S.M. o Imperador em 13 de fevereiro de 1863, onde se propõe “depor aos pés do Throno de V.M. este sincero e ardente testemunho de sua admiração”.

Ensaio estatísticos da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro Antônio Manoel Corrêa da Câmara, onde é abordado a História, a População, Agricultura e Criação de Animais. Extrato das Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre, trabalho oferecido ao Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, pelo Dr. Ubatuba, referentes aos anos de 1824 a 1831 inclusive.

Como vemos, este Instituto era composto por militares, sacerdotes, servidores públicos e de carreiras liberais. Foi destacada a atuação de seus sócios, como comprovam os números de sua Revista Trimensal, publicada em seis fascículos.

Este Instituto foi objeto do “Decreto nº 3.167, de 28 de outubro de 1863: Concede autorização ao Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense na Província de S. Pedro, para continuar a exercer suas funções e aprova os respectivos Estatutos.

Atendendo ao que representou a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense – estabelecido na Província de S. Pedro e de conformidade com o parecer da Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 7 de Julho do corrente ano: Hei por bem Conceder ao mesmo Instituto autorização para continuar a exercer suas funções, e Aprovar os respectivos Estatutos, ficando as alterações que neles de fizerem sujeitas a aprovação do Governo Imperial, e substituindo-se o art. 3º pelo seguinte: - O Instituto poderá estabelecer prêmios para as composições que tratem dos assuntos no art. 1º, assim como poderá dar, dentro do recinto de suas sessões, as demonstrações de apreço, que julgar apropriadas aos sócios e qualquer outras pessoas que lhe tenham prestado serviços relevantes em relação àqueles mesmos assuntos. O Marquês de Olinda, Senador do Império, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Outubro de mil oitocentos sessenta e três, quadragésimo segundo da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. Marquês de Olinda”.

Florêncio de Abreu aponta a Guerra do Paraguai, com a invasão da Província, reclamando o concurso de todos na defesa da pátria, como causa precípua da extinção do Instituto, com a dispersão de seus membros.

O mesmo Florêncio nos refere que anos depois Alcides Lima e Arthur Montenegro tentaram seu renascimento na cidade de Rio Grande, chegando até a feitura de um projeto de estatutos.

Em 1917, houve nova tentativa através de esforços de Álvaro e Amaro Batista, Cândido Jacques, Demétrio Ribeiro, Manoel Théophilo Barreto Viana, Antão de Faria, José Paulo Ribeiro e Arthur Candal.

O Instituto atual foi iniciativa, segundo Souza Docca, de Octávio Faria, Manoel Joaquim de Faria Correa, Souza Docca, Aurélio Porto, João Batista Hafkemeyer, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e outros, sendo este último o seu primeiro Presidente, já em 5 de agosto de 1920.

O historiador Sérgio da Costa Franco informa que por ele têm passado grandes personalidades. Sua Revista atinge, com esta publicação, o número 135, tendo realizado quatro congressos estaduais de História e Geografia, cujos trabalhos foram publicados em vários volumes. Realizou o Encontro de História e Geografia do Prata, com a participação de estudiosos da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil. Atende o público consulente diariamente, dando pareceres quando consultado, inclusive pelo poder público. Possui grandes acervos documentais como os de Borges de Medeiros, Visconde de Pelotas, Visconde de São Leopoldo e outros. Mantém uma Biblioteca de mais de 70.000 volumes, entre publicações e periódicos que permuta com a sua Revista com instituições congêneres. Está ligado à Internet desde 1998, tendo recebido, até janeiro de 2000, mais de 5 mil visitas à sua página (home page).



1920. A FUNDAÇÃO DO IHGRGS

Gervásio Rodrigo Neves

“...as ideologias são sempre duplamente determinadas, - que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (comumente transfigurado em ideologia da “criação” e do “criador”) - é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades auto-suficientes e auto geradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna”.

Pierre Bourdieu

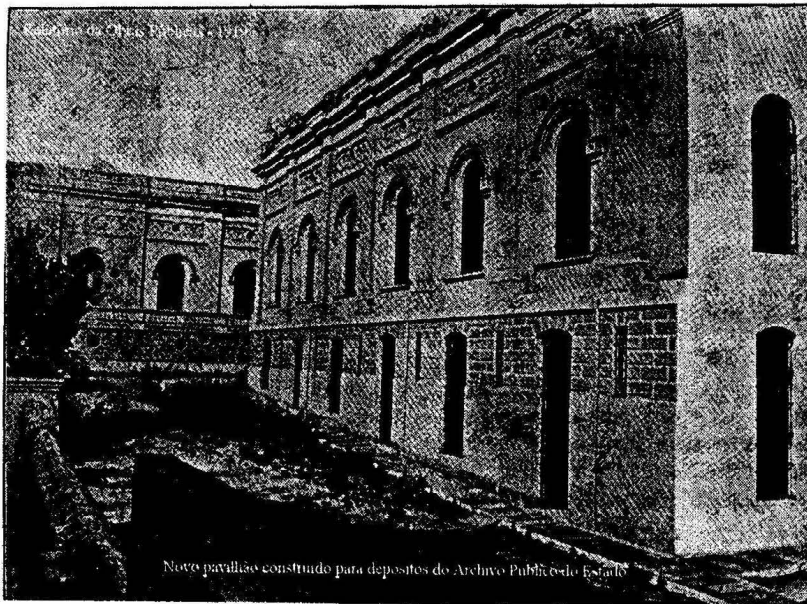
O poder simbólico

“Como Gramsci nos ensinou há muito tempo, nenhuma ideologia pode alcançar a “hegemonia” se servir apenas para legitimar os interesses de uma classe e “deixar de lado” os das outras”.

Christopher Lasch

A rebelião das elites

Detalhe do prédio do Archivo Público, onde foram realizadas as reuniões de criação do IHGRGS



1920 é uma data qualquer. Não tem qualquer significado se vista isolada da história e dos territórios. É uma data que contém o futuro e as construções passadas, independentemente do julgamento que se possa fazer das nossas memórias, dos nossos pecados, segundo o conceito sartreano. Essa data qualquer é, entretanto, plena de significados num tempo no Brasil e num lugar no Rio Grande do Sul. A observação é de **Lindolfo Collor**, na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: “...o presente nada mais é do que um ponto entre o que passou e o que passará.” (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre, Porto Alegre, 1921, p.3). Nada mais simbólico para a década dos vinte; prenunciada pelos amplos e conflituos arranjos globais decorrentes da I Guerra Mundial e o consequente desmonoramento dos Império; a política das nações de **Wilson** e **Lenine**: sucessora dos imensos movimentos sociais com a revolução de outubro na Rússia e o domínio do comunismo (1917); do turbilhão criativo da República de Weimar (1919-1933); a proclamação da República de Portugal (1910); as revoluções no México (1910-1920); a ascensão da classe média ao poder na Argentina com **Hipólito Yrigoyen** (1916); no Uruguai com **Batle y Ordóñez** e **Arturo Alessandri** no Chile; entre outras convulsões. É nesse fluxo complexo do tempo e das idéias que, em Porto Alegre, um grupo de homens se reúne formalmente no período de 05 de agosto a 09 de novembro de 1920 (1), numa das salas do Archivo Publico (2) para fundar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A idéia se concretiza e esses homens realizam, as 20 horas e trinta minutos do dia 19 de novembro, a “sessão solene de instalação e posse” no salão nobre do Paço Municipal de Porto Alegre. Sobre esses homens (3), envolvidos pelo mundo, depois falaremos (4).

Apesar de “provincianos” (5), eles eram homens do mundo, influenciados pelo mundo, orientados pelo mundo e sua práxis de classe, nas circunstâncias dadas.

A pergunta que se faz é a de que mundo nos referimos? - O mundo de antes e depois de 1920, na “Era da Guerra Total” ou da “Catástrofe”, para utilizar as expressões de **Eric Hobsbawm**. É o jovem **Lindolfo Collor**, em discurso proferido em Pedras Brancas (Guaíba) em homenagem a José Gomes de Vasconcellos Jardim quem explicita a posição no mundo: “*Dir-se-ia que as leis da acustica correspondem, na atmosfera da sociabilidade humana, formulas espirituas de propagação e percepção do pensamento... Ao passo que as ondas sonoras se diluem..., o pensamento do homem, quando o assigna a condição da universalidade, dissolve-se, ganha novos horizontes e épocas novas, bate, imperioso e irresistível á consciência dos povos e até, por onde quer que passe, o incendio purificador das revoluções*” (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre. Porto Alegre. 1921 p.49-5) acrescentando que “...o espirito do universo é um espirito social... porque os grandes princípios humanos, apenas postos em contato com a alma dos povos, crescem”. O espírito do mundo passava por uma data convencional percebido pelos multidisciplinares registros realizados. Para compreendê-lo é necessário desvendar as múltiplas imagens no espelho do momento que aqui era dos efeitos gerais da crise do patrimonialismo, do capital mercantil e usurário. Uma dessas imagens é a do comportamento demográfico quando o Censo do Brasil de 1920 registrava, para o Rio Grande do Sul, uma população de 2.182.713 habitantes, o terceiro Estado - em tamanho demográfico - depois de Minas Gerais e São Paulo - graças a um processo contínuo de apropriação das terras, da construção da formação social e de novos espaços geográficos (formação sócioespacial, no conceito de Milton Santos) para o qual contribuíram homens do mundo: europeus de diferentes etnias e meios ecológicos, desde os dos climas temperados frios aos mediterrâneos; de múltiplas etnias da África Negra, ao sul do Saara, das florestas e dos contatos com as savanas; de autóctones, sistematicamente desapropriados de seus domínios ecológicos, eles mesmos plantadores e invasores dos domínios dos outros homens das culturas primitivas locais. Pioneiros - desenraizados e se enraizando - de todas as ordens, sob diferentes ordens, numa sucessão de tempo, alguns lentos, outros muito rápidos. Essas invasões, a sedentarização, a idéia de usar e construir o espaço geográfico fizera a população crescer (Tabela 1).

Tabela 1
População do Rio Grande do Sul
(1872-1920)

Ano	População	Taxa de crescimento (*) % a.a.
1872	446 962	-
1890	897 455	3,94
1900	1 149 070	2,50
1920	2 182 713	3,26

Fonte: IBGE. Dados brutos. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1995.

(*) - Taxa geométrica média anual de incremento demográfico.

O período de 1900 a 1920 é de aceleração do crescimento demográfico, com taxas anuais muito altas, ultrapassando as do crescimento vegetativo. A população, predominantemente masculina, com um quociente de sexo igual a 1,023, parece indicar a importância demográfica dos imigrantes (estrangeiros) que representavam 6,91% da população que assim se distribuía, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, segundo a idade (Tabela 2):

Tabela 2
População segundo a idade
(1920)

Grupos de Idade	Frequência		Porcentagem	
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
(Anos)				
0 - 9	675607	41220	30,95	22,34
10 - 19	569459	45238	26,09	25,24
20 - 29	331923	32940	15,21	18,38
30 - 39	249302	24822	11,42	13,85
40 a 49	159616	16265	7,31	9,07
50 - 59	98601	10435	4,52	5,82
60 - 69	59758	5699	2,74	4,88
70 e mais	30994	2644	1,42	1,47
Ignorada	7453	1171	0,34	0,65
Total	2182713	179263	100,00	100,00

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Directoria geral de estatística. **Recenseamento do Brasil**.

Vol.IV.t.I. População. Typographia da Estatística. Rio de Janeiro.

1928.p.21 e 115-121.

Os homens que se reuniam em Porto Alegre para criar o IHGRGS, seus fundadores e sócios efetivos, estavam predominantemente na faixa etária de 30 a 49 anos (os sócios efetivos até 45 anos representavam 54,83% do conjunto) - Tabela 3 - quando a expectativa de vida deveria ser inferior a 52,02 anos (dado do IBGE referente a 1940), embora a população envelhecida de Porto Alegre (6,62%) fosse superior a do Rio Grande do Sul (4,16%), considerando a população de 50 e mais anos de idade, o que sugere uma migração seletiva para a capital do Estado, considerando também a diferença entre o peso relativo da população jovem (até 19 anos) que representava respectivamente 57,04% no Estado e 47,58% em Porto Alegre.

Tabela 3
Idade dos sócios efetivos do IHGRGS
1920

Classes de idades	Frequência	%
20 - 29	2	6,45
30 - 39	8	25,80
40 - 49	7	22,58
50 - 59	4	12,90
60 - 69	6	19,35
70 e mais	1	3,26
Ignorada	3	9,68
Total	31	100,00

Fonte: Pesquisa incompleta por falta de dados relativos a datas de nascimento ou morte dos sócios efetivos.

Em Porto Alegre, onde aqueles homens se reuniam, a população registrada em 1920 era de 179.263 habitantes, concentrando 8,21% da massa demográfica do Estado, assim distribuída nas sua divisão administrativa (Tabela 4):

Tabela 4
População, por distrito, do município de Porto Alegre
1920

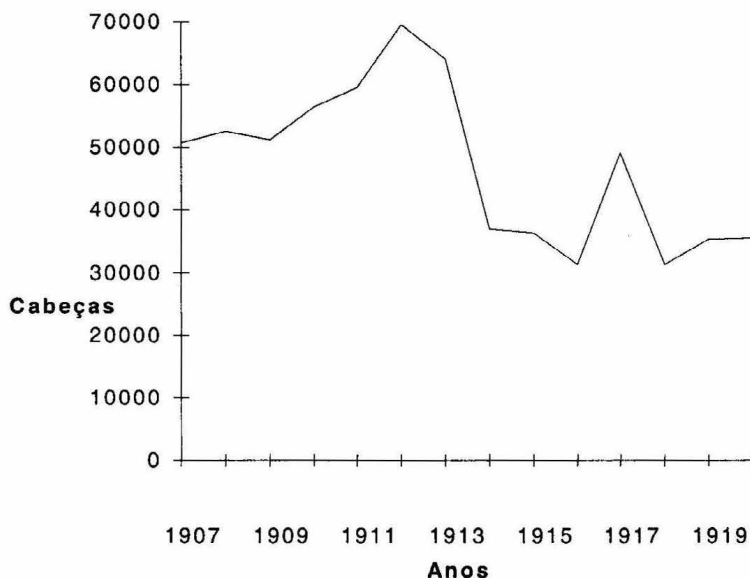
Distritos	População
1º	33038
2º	46087
3º	35188
4º	23980
5º	15293
Belém Novo	4617
Pedras Brancas (1)	7813
Barra do Ribeiro	4982
Mariana Pimentel	5676
11º	519
Ilhas	2070
Total	179263

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
Directoria geral de estatística. **Recenseamento do Brazil.**
Vol.IV.t.I. População. Typographia da Estatística. Rio de Janeiro. 1928.p.115 a 121.

A aceleração econômica do Rio Grande do Sul durante o período da I Guerra Mundial (1914-1918), beneficiada por demanda interna e de guerra, sofreria entretanto os efeitos da paz. A economia pastoril - a base estrutural do Rio Grande do Sul - foi a mais atingida.

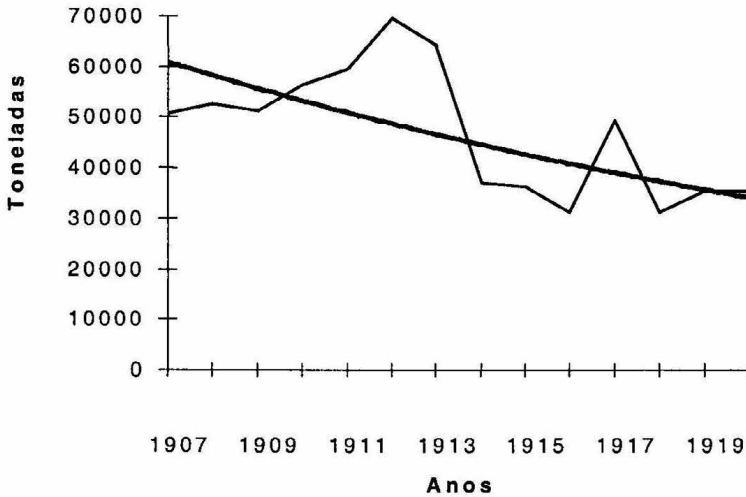
Os frigoríficos estrangeiros instalados em 1917 e 1918, para atender a demanda de guerra na Europa (6), reduzem a demanda de gado à produção de carne e charque e tendo como (**Figura 1**)

FIGURA 1
Abate de bovinos. Rio Grande do Sul



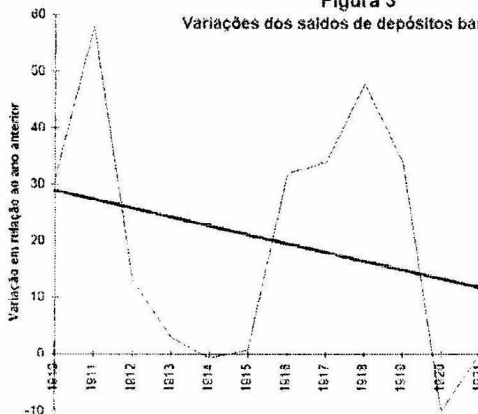
consequência a baixa do preço, o que se acentuou com a rápida reconversão industrial na Argentina que passou a novamente produzir charque, colocando-o no mercado brasileiro e cubano a preços de difícil competição, aguçando os efeitos da crise da economia, indicada pela drástica e dramática diminuição das exportações de charque (**Figura 2**) afetando o conjunto da sociedade sul-riograndense e provocando nova ruptura no bloco hegemônico com o enfrentamento armado de 1923.

FIGURA 2
Exportação de charque.RS



O sistema bancário, pressionado pela crise geral e que vinha financiando os fazendeiros à modernização da pecuária, para atender o mercado externo, especialmente na melhoria do rebanho bovino, reduz os empréstimos e intensifica a cobrança de seus devedores, o que culmina com uma onda de “*execuções de hipotecas, atingindo especialmente os pecuaristas*” (Axt, Gunter. 1998,p.167), em consequência da escassez de depósitos bancários a partir de 1918 (Figura 3).

Figura 3
Variações dos saldos de depósitos bancários



Entretanto, a “economia colonial” - dominada pelos comerciantes (7) - o crescimento industrial e a expansão da cultura capitalista de arroz, ofereciam um quadro de crescimento econômico significativo, baseado no mercado interno. Este é o momento crítico da mudança e da diferenciação do Rio Grande do Sul no conjunto nacional. O capital comercial concorrerá com o novo capital industrial (8), associado a economia “colonial” (9) o que se traduz concretamente pelas novas políticas públicas do Partido Republicano que rompe com o “patrimonialismo”, a partir das reformas tributárias de 1902, 1903; 1911 e 1912 pelaas quais foi possível incentivar as exportações de produtos coloniais (10) e obter recursos à administração através do imposto territorial (11). O capitalismo “regional” tem, nesse momento, a necessidade do mercado nacional e é nele que a nova burguesia precisa agir. A ação pelo mercado nacional será instrumentalizada pelas políticas públicas que no momento de crise - como a que se verificou no período crítico de 1913 a 1920 - exarceba as lutas políticas e ideológicas. É nesse contexto objetivo que se explica a “brasilidade” da elite do Partido Republicano Rio-Grandense (12).

A aceleração do crescimento industrial que durante o período da I Guerra estava baseado no mercado interno - às custas de proteções tarifárias - consegue se ampliar (com uma série de incorporações e criação de pequenas empresas) e gerar profundas mutações. Com efeito, entre 1907 e 1920 o parque industrial do Rio Grande do Sul assim se comportou:

Tabela 5
Setor industrial do Rio Grande do Sul
1907 - 1920

	1907	1920	Diferença	Aumento percentual
Estabelecimentos	314	1773	1456	463,69
Operários	15426	24661	9235	59,88
Capital	48200	250690	202490	420,10
Produção	99720	353749	254029	254,74

Fonte: Nosso Século. vol. 3 e 4. Abril Cultural. São Paulo.

A expansão da industria de Porto Alegre traz como consequência o arranjo da cidade na sua estrutura social e urbanística com o crescimento demográfico dos bairros operários, identificados pela precariedade de serviços e pela alta porcentagem de população estrangeira (Tabela 6), cuja maiores densidades se localizavam no 3°, 4° e 1° distritos, com nítidas diferenciações de atividades (13).

Tabela 6
População total e estrangeira em Porto Alegre
1920

Distritos	População	Estrangeiros	% Estrangeiros
1°	33038	4760	14,43
2°	46087	4498	9,75
3°	35188	5750	1,63
4°	23980	3875	16,15
5°	15293	1249	8,16

Belém Novo	4617	50	1,08
Pedras Brancas (1)	7813	188	2,40
Barra do Ribeiro	4982	183	3,67
Mariana Pimentel	5676	584	10,28
11°	519	135	26,01
Ilhas	2070	26	0,84
Total	179263	21289	11,94

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil.**

Vol.IV.t.I. População. Typographia da Estatística. Rio de

Janeiro. 1928.p.115- 121.(1) - Atual Guaíba.

A nova divisão de trabalho, a emergência dos empresários industriais, em geral vinculados também as atividades comerciais (14) e a classe operária, se agregava também um emergente e reduzido bloco de "classe média urbana", produto do papel crescente do Estado (15). Tal sociedade em mutação sofreria os impactos da crise no setor hegemônico da economia: o agropastoril que concentrava 68,30% das pessoas economicamente ativas (Tabela 7).

Tabela 7
Atividade da população do Rio Grande do Sul
1920

Setores/atividades	%
Primário	69,43
Secundário	14,22
Terciário	16,35
Total	100,00

Fonte:Dados brutos. Recenseamento Geral do Brazil. 1920. População.Vol.4. Parte 5. Rio de Janeiro, 1930.

Isoladamente, o setor industrial já representava a segunda fonte de atividade, com 14,21% da população economicamente ativa. É esse novo bloco social que dará nova face e dinâmica à cidade de Porto Alegre. Com efeito, em 1920, a cidade - embora apresentasse um quadro de concentração de todas as atividades econômicas não primárias - detinha 24,65% das atividades industriais no Rio Grande do Sul (Tabela 8) e o que é mais significativo: 55,65% vinculados a administração e a força pública.

Tabela 8
Concentração de atividades em Porto Alegre
(Porcentagem sobre o Rio Grande do Sul)

1920	
Atividades	% em Porto Alegre
Indústria	24,65
Transportes	22,81
Comércio	31,10
Força pública	27,65
Administração	28,00
Profissões liberais	22,78

Fonte: Dados brutos. Recenseamento do Brasil. 1920. População. Vol.4, Parte 5. Rio de Janeiro, 1930

É nesse momento do processo histórico que os homens pensavam e se organizavam, sob o efeito das relações contraditórias e críticas, entre o local e o mundo. Os fundadores do IHGRGS eram homens práticos - utilizando a expressão de Gramsci - como revelam as suas posições no bloco hegemônico.

As atividades dos intelectuais fundadores do IHGRGS, em 1920 (16) eram sumariamente as indicadas na Tabela 9:

Tabela 9
Atividades dos sócios efetivos do IHGRGS.
(1920)

Atividades	Frequência		%
	simples	acumulada	
1. Pecuária (1)	1	1	3,23
2. Servidores públicos		13	41,93
A - Federais			
. Militares (2)	4		
Outros (3)	2		
B - Estaduais (4)	5		
Justiça (5)	2		
3. Religiosos (6)	3	3	9,68
4. Jornalistas		5	16,13
A Federação (7)	2		
Correio do Povo (8)	1		
Outros	2		
5. Outros (9)	8	8	29,03
Total		31	100,00

Fonte: Pesquisa incompleta. (1) Fazendeiro; (2) - Do Exército; (3) - Diretor e funcionário dos Correios e Telégrafos; (4) - Diretor e Chefe de Seção do Arquivo Público, Chefe de gabinete do Presidente do Estado, Diretor de Instrução Pública, Diretor de Recenseamento; (5) - Juiz e notário; (6) - Dois Jesuítas; (7) - Diretor e Chefe de Redação; (8) - Diretor; (9) - De difícil classificação, incluindo advogados, professores, engenheiro. Em geral os registros indicam mais de uma atividade. Somente após o levantamento biográfico detalhado será possível

definir com mais clareza as atividades desse grupo. Entre os sócios efetivos destaca-se a presença de ex-Ministro e irmão de Ministro.

Embora o analfabetismo no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre representasse respectivamente 44,46 e 27,25 % da população de 14 e mais anos de idade, o ambiente técnico e intelectual no Estado contava com um conjunto de instituições de nível superior: Faculdade de Farmácia (1894), Curso de Partos e Faculdade Livre de Medicina e Farmácia (1897), Escola de Engenharia (1896), Faculdade Livre de Direito (1900), além do Instituto de Agronomia e Veterinária (1910) e da nova Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, cuja construção é iniciada em 1912 e concluída em 1915, com ampliação a partir de 1919, resultantes do ideário republicano. Destacava-se também a formação militar através da Escola Militar de Porto Alegre e a religiosa que se refletiam na estrutura inicial do IHGRGS com nítida dominância dos bacharéis em Direito, como mostram os dados da Tabela 10:

Tabela 10
Formação profissional dos fundadores do IHGRGS
(1920)

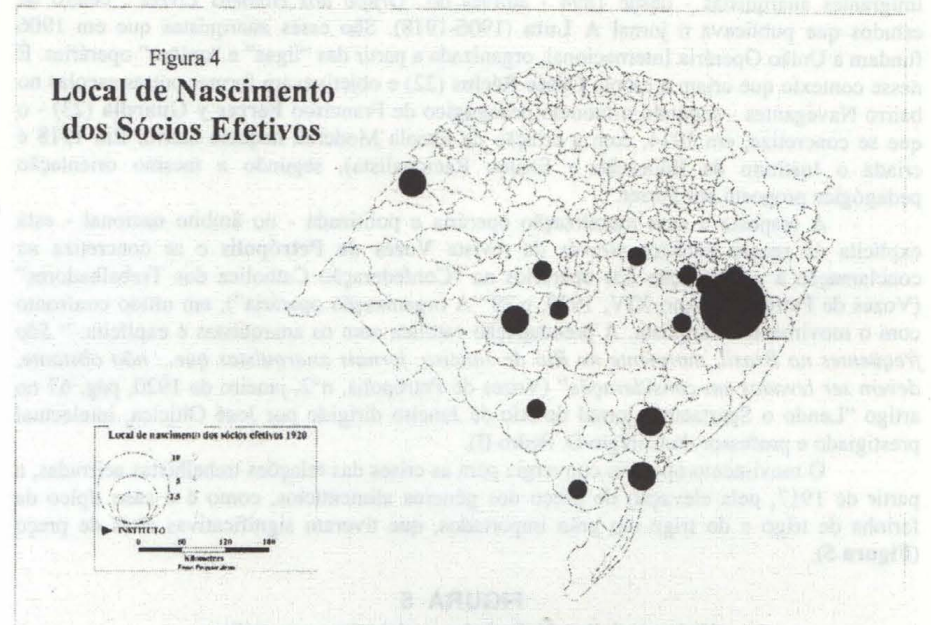
Formação	Frequência	%
Advocacia	8	25,8
Engenharia	3	9,68
Farmácia	1	3,22
Jornalismo (*)	3	9,68
Medicina	1	3,22
Militar	4	12,90
Professor	5	16,13
Religiosa (*)	3	9,68
Filosofia	1	3,22
s/i	2	6,45
Total	31	100,00

Fonte: Pesquisa

A simples "formação" dos fundadores do IHGRGS é, isoladamente, enganosa. Eles eram produto do grupo hegemônico da sociedade sul-rio-grandense e, como tal, exerciam diversos papéis. Mas é evidente que eram intelectuais orgânicos. O quadro, ainda que incompleto das atividades profissionais, mais do que sugere a organicidade dos intelectuais criadores do Instituto pois entre eles é predominante a presença de intelectuais-burocratas (Tabela 9). Burocracia prestigiada, como atestam as presenças, no ato de instalação e posse do Instituto no dia 19 de novembro de 1920 onde, excetuando o Presidente do Estado, **Borges de Medeiros** e o Arcebispo Metropolitano **Dom João Becker** que se fizeram representar, ali estavam os representantes do Exército, da Marinha e da Brigada Militar. Das 20 autoridades presentes, 9 ou 45,0 % eram militares, além de altos executivos públicos como o Intendente de Porto Alegre (**José Montaurý de Aguiar Leitão**), Secretário do Interior (**Dr. Protásio Alves**), deputados da Assembléia de Representantes, entre os quais **Getúlio Vargas**; representantes do Conselho Municipal; da Faculdade de Medicina, da Escola de Engenharia e da Escola Médico-Cirúrgica (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre. Porto Alegre. 1921, p. 118). Simbólico desse prestígio foi o fato do jornal oficial do governo e do partido, a poderosa A Federação, dedicar a primeira página, com manchete de cinco colunas, à instalação do Instituto (**A Federação**, 20 de novembro de 1920), enquanto o Correio do Povo, mais modestamente dedicava 3/5 da primeira página e quase 1/5 da Segunda (**Correio do Povo**, 20 de novembro de 1920).

Por suas origens geográficas (Figura 4), inclusive os nascidos em Porto Alegre, os membros efetivos do Instituto mantinham fortes laços com as áreas de campos e consequentemente com as bases econômicas pastoris (17).

As tentativas de definição de “classe média” e de sua gênese no início do século no Rio Grande do Sul. Alguns autores abordam a questão no que se refere a sua participação política no Partido Republicano. A presença da classe média no início do século é um tema aberto à discussão, tanto sob o ponto-de-vista teórico como da investigação empírica. As



opiniões são contraditórias como a de **Sérgio da Costa Franco** (1967) segundo o qual “A hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense ofereceu ampla oportunidade à ascensão de elementos de classe média: modestos funcionários públicos, oficiais da Brigada Militar, profissionais de condição financeira medíocre, logravam alcançar invejáveis posições políticas” (Sérgio da Costa Franco, 1967, p.203) ou as de **Celi Regina Jardim Pinto**, segundo a qual o Partido Republicano estava “...formado de elementos predominantemente oriundos da camada mais alta para o qual “seria equivoco considerar que o castilhismo e o borgismo fossem expressões políticas dos “setores médios urbanos” (1979, p.106) ou ainda **Pedro C. Dutra Fonseca** para o qual “seria equivoco considerar que o castilhismo e o borgismo fossem expressões políticas dos “setores” médios urbanos”. Estes são burocratas, funcionários públicos, membros da Brigada Militar, bacharéis (1993, p.108).

O grupo industrial, comercial e financeiro - os capitalistas (18) - estavam ausentes das atividades culturais, embora os industriais participassem das atividades públicas, na Assembléia dos Representantes e em alguns postos executivos secundários, segundo o pacto dos republicanos depois do golpe de 1891 (19). Os comerciantes, predominantemente estrangeiros ou de origem estrangeira (20) estavam divididos por seus interesses de inportadores e exportadores, preocupados com suas áreas econômicas nas colônias e mantinham certa distância dos pecuaristas (21). A classe média poderia ser identificada pela burocracia, ocupada principalmente por homens vinculados, ainda que indiretamente, as

atividades pastoris, filhos de fazendeiros, principalmente bacharéis (doutores) que se urbanizavam, tendo entretanto uma dependência hierárquica muito rígida em relação aos detentores do poder político estatal

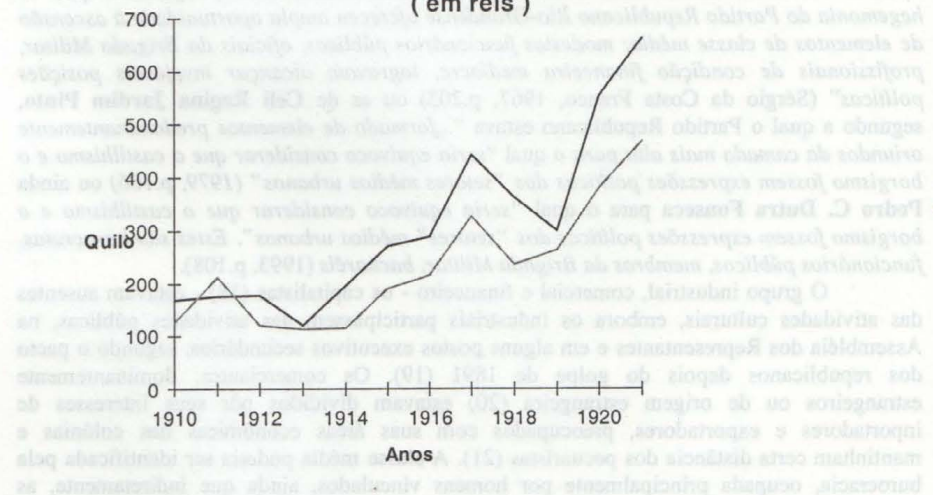
A composição do IHGRGS na sua fundação e na representação à sua instalação mostra claramente a ausência da "outra classe média" ou a burguesia nascente ainda que seu conceito esteja em discussão.

O IHGRGS é criado quando a estrutura social em Porto Alegre é profundamente alterada e consequentemente "tumuluada" pelos novos atores sociais onde os operários - a nova classe em formação - se organizavam sindical e intelectualmente, sob a influência dos imigrantes anarquistas - desde 1894 - através do "Grupo dos Homens Livres", centro de estudos que publicava o jornal *A Luta* (1906-1918). São esses anarquistas que em 1906 fundam a União Operária Internacional, organizada a partir das "ligas" e "uniões" operárias. É nesse contexto que criam a escola *Elisée Réclus* (22) e objetivavam formar outras escolas no bairro Navegantes - segundo o modelo pedagógico de Francisco *Ferrer y Guardia* (23) - o que se concretiza, em 1914, com a criação da Escola Moderna naquele bairro. Em 1918 é criada o Instituto de Educação e Ensino Racionalista), segundo a mesma orientação pedagógica proposta por Ferrer.

A resposta a essa mobilização operária e politizada - no âmbito nacional - está explícita na reação católica através da revista *Vozes de Petrópolis* e se concretiza na conclamação à participação dos operários na "Confederação Catholica dos Trabalhadores" (*Vozes de Petrópolis*, Ano XIV, 1920, p.29 "A organização operária"), em nítido confronto com o movimento anarquista. A preocupação católica com os anarquistas é explícita: "*São freqüentes no Brasil, mormente no Rio de Janeiro, jornais anarquistas que... não obstante, devem ser levados em consideração*" (*Vozes de Petrópolis*, nº2, janeiro de 1920, pág. 67 no artigo "Lendo o Spartacus", jornal do Rio de Janeiro dirigido por José Otíctica, intelectual prestigiado e professor do Colégio D. Pedro II).

O movimento operário convergia para as crises das relações trabalhistas acirradas, a partir de 1917, pela elevação do preço dos gêneros alimentícios, como é o caso típico da farinha de trigo e do trigo em grão importados, que tiveram significativas altas de preço (*Figura 5*).

FIGURA 5
Valor médio da farinha e do trigo em grão
(em réis)



Belém Novo	4617	50	1,08
Pedras Brancas (1)	7813	188	2,40
Barra do Ribeiro	4982	183	3,67
Mariana Pimentel	5676	584	10,28
11°	519	135	26,01
Ilhas	2070	26	0,84
Total	179263	21289	11,94

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
 Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil.**
 Vol.IV.t.I. População. Typographia da Estatística. Rio de
 Janeiro. 1928.p.115.- 121.(1) - Atual Guaíba.

A nova divisão de trabalho, a emergência dos empresários industriais, em geral vinculados também as atividades comerciais (14) e a classe operária, se agregava também um emergente e reduzido bloco de "classe média urbana", produto do papel crescente do Estado (15). Tal sociedade em mutação sofreria os impactos da crise no setor hegemônico da economia: o agropastoril que concentrava 68,30% das pessoas economicamente ativas (Tabela 7).

Tabela 7
 Atividade da população do Rio Grande do Sul
 1920

Setores/atividades	%
Primário	69,43
Secundário	14,22
Terciário	16,35
Total	100,00

Fonte:Dados brutos. Recenseamento Geral do Brazil. 1920. População.Vol.4. Parte 5. Rio de Janeiro, 1930.

Isoladamente, o setor industrial já representava a segunda fonte de atividade, com 14,21% da população economicamente ativa. É esse novo bloco social que dará nova face e dinâmica à cidade de Porto Alegre. Com efeito, em 1920, a cidade - embora apresentasse um quadro de concentração de todas as atividades econômicas não primárias - detinha 24,65% das atividades industriais no Rio Grande do Sul (Tabela 8) e o que é mais significativo: 55,65% vinculados a administração e a força pública.

Tabela 8
Concentração de atividades em Porto Alegre
(Porcentagem sobre o Rio Grande do Sul)
1920

Atividades	% em Porto Alegre
Indústria	24,65
Transportes	22,81
Comércio	31,10
Força pública	27,65
Administração	28,00
Profissões liberais	22,78

Fonte: Dados brutos. Recenseamento do Brasil. 1920. População. Vol.4,
Parte 5. Rio de Janeiro, 1930

É nesse momento do processo histórico que os homens pensavam e se organizavam, sob o efeito das relações contraditórias e críticas, entre o local e o mundo. Os fundadores do IHGRGS eram homens práticos - utilizando a expressão de Gramsci - como revelam as suas posições no bloco hegemônico.

As atividades dos intelectuais fundadores do IHGRGS, em 1920 (16) eram sumariamente as indicadas na Tabela 9:

Tabela 9
Atividades dos sócios efetivos do IHGRGS.
(1920)

Atividades	Frequência		%
	simples	acumulada	
1. Pecuária (1)	1	1	3,23
2. Servidores públicos		13	41,93
A - Federais			
. Militares (2)	4		
Outros (3)	2		
B - Estaduais (4)	5		
Justiça (5)	2		
3. Religiosos (6)	3	3	9,68
4. Jornalistas		5	16,13
A Federação (7)	2		
Correio do Povo (8)	1		
Outros	2		
5. Outros (9)	8	8	29,03
Total		31	100,00

Fonte: **Pesquisa incompleta.** (1) Fazendeiro; (2) - Do Exército; (3) - Diretor e funcionário dos Correios e Telégrafos; (4) - Diretor e Chefe de Seção do Arquivo Público, Chefe de gabinete do Presidente do Estado, Diretor de Instrução Pública, Diretor de Recenseamento; (5) - Juiz e notário; (6) - Dois Jesuítas; (7) - Diretor e Chefe de Redação; (8) - Diretor; (9) - De difícil classificação, incluindo advogados, professores, engenheiro. Em geral os registros indicam mais de uma atividade. Somente após o levantamento biográfico detalhado será possível

definir com mais clareza as atividades desse grupo. Entre os sócios efetivos destaca-se a presença de ex-Ministro e irmão de Ministro.

Embora o analfabetismo no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre representasse respectivamente 44,46 e 27,25 % da população de 14 e mais anos de idade, o ambiente técnico e intelectual no Estado contava com um conjunto de instituições de nível superior: Faculdade de Farmácia (1894), Curso de Partos e Faculdade Livre de Medicina e Farmácia (1897), Escola de Engenharia (1896), Faculdade Livre de Direito (1900), além do Instituto de Agronomia e Veterinária (1910) e da nova Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, cuja construção é iniciada em 1912 e concluída em 1915, com ampliação a partir de 1919, resultantes do ideário republicano. Destacava-se também a formação militar através da Escola Militar de Porto Alegre e a religiosa que se refletiam na estrutura inicial do IHGRGS com nítida dominância dos bacharéis em Direito, como mostram os dados da Tabela 10:

Tabela 10
Formação profissional dos fundadores do IHGRGS
(1920)

Formação	Frequência	%
Advocacia	8	25,8
Engenharia	3	9,68
Farmácia	1	3,22
Jornalismo (*)	3	9,68
Medicina	1	3,22
Militar	4	12,90
Professor	5	16,13
Religiosa (*)	3	9,68
Filosofia	1	3,22
s/i	2	6,45
Total	31	100,00

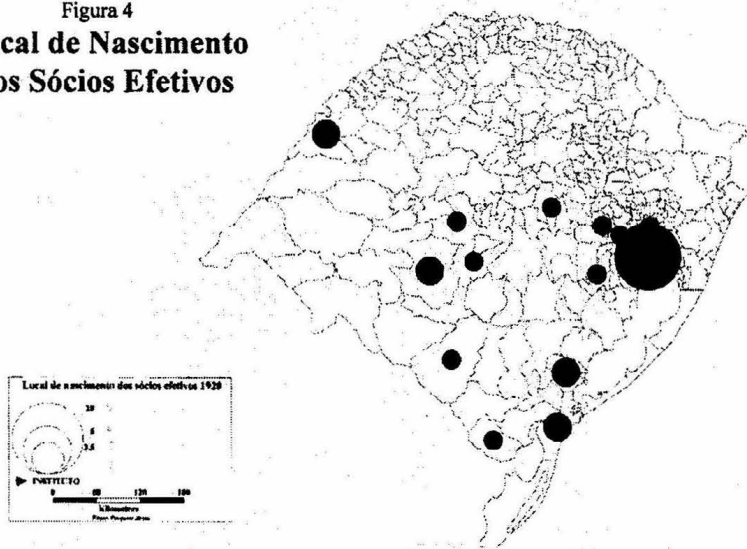
Fonte: Pesquisa

A simples “formação” dos fundadores do IHGRGS é, isoladamente, enganosa. Eles eram produto do grupo hegemônico da sociedade sul-rio-grandense e, como tal, exerciam diversos papéis. Mas é evidente que eram intelectuais orgânicos. O quadro, ainda que incompleto das atividades profissionais, mais do que sugere a organicidade dos intelectuais criadores do Instituto pois entre eles é predominante a presença de intelectuais-burocratas (Tabela 9). Burocracia prestigiada, como atestam as presenças, no ato de instalação e posse do Instituto no dia 19 de novembro de 1920 onde, excetuando o Presidente do Estado, **Borges de Medeiros** e o Arcebispo Metropolitano **Dom João Becker** que se fizeram representar, ali estavam os representantes do Exército, da Marinha e da Brigada Militar. Das 20 autoridades presentes, 9 ou 45,0 % eram militares, além de altos executivos públicos como o Intendente de Porto Alegre (**José Montauray de Aguiar Leitão**), Secretário do Interior (Dr. **Protásio Alves**), deputados da Assembléia de Representantes, entre os quais **Getúlio Vargas**; representantes do Conselho Municipal; da Faculdade de Medicina, da Escola de Engenharia e da Escola Médico-Cirúrgica (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre. Porto Alegre. 1921, p. 118). Simbólico desse prestígio foi o fato do jornal oficial do governo e do partido, a poderosa A Federação, dedicar a primeira página, com manchete de cinco colunas, à instalação do Instituto (**A Federação**, 20 de novembro de 1920), enquanto o Correio do Povo, mais modestamente dedicava 3/5 da primeira página e quase 1/5 da Segunda (**Correio do Povo**, 20 de novembro de 1920).

Por suas origens geográficas (Figura 4), inclusive os nascidos em Porto Alegre, os membros efetivos do Instituto mantinham fortes laços com as áreas de campos e consequentemente com as bases econômicas pastoris (17).

As tentativas de definição de “classe média” e de sua gênese no início do século no Rio Grande do Sul. Alguns autores abordam a questão no que se refere a sua participação política no Partido Republicano. A presença da classe média no início do século é um tema aberto à discussão, tanto sob o ponto-de-vista teórico como da investigação empírica. As

Figura 4
**Local de Nascimento
dos Sócios Efetivos**



opiniões são contraditórias como a de **Sérgio da Costa Franco** (1967) segundo o qual “A hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense ofereceu ampla oportunidade à ascensão de elementos de classe média: modestos funcionários públicos, oficiais da Brigada Militar, profissionais de condição financeira medíocre, logravam alcançar invejáveis posições políticas” (Sérgio da Costa Franco, 1967, p.203) ou as de **Celi Regina Jardim Pinto**, segundo a qual o Partido Republicano estava “...formado de elementos predominantemente oriundos da camada mais alta para o qual “seria equivoco considerar que o castilhismo e o borgismo fossem expressões políticas dos “setores médios urbanos” (1979, p.106) ou ainda **Pedro C. Dutra Fonseca** para o qual “seria equivoco considerar que o castilhismo e o borgismo fossem expressões políticas dos “setores” médios urbanos”. Estes são burocratas, funcionários públicos, membros da Brigada Militar, bacharéis (1993, p.108).

O grupo industrial, comercial e financeiro - os capitalistas (18) - estavam ausentes das atividades culturais, embora os industriais participassem das atividades públicas, na Assembléia dos Representantes e em alguns postos executivos secundários, segundo o pacto dos republicanos depois do golpe de 1891 (19). Os comerciantes, predominantemente estrangeiros ou de origem estrangeira (20) estavam divididos pôr seus interesses de inportadores e exportadores, preocupados com suas áreas econômicas nas colônias e mantinham certa distância dos pecuaristas (21). A classe média poderia ser identificada pela burocracia, ocupada principalmente por homens vinculados, ainda que indiretamente, as

atividades pastoris, filhos de fazendeiros, principalmente bacharéis (doutores) que se urbanizavam, tendo entretanto uma dependência hierárquica muito rígida em relação aos detentores do poder político estatal

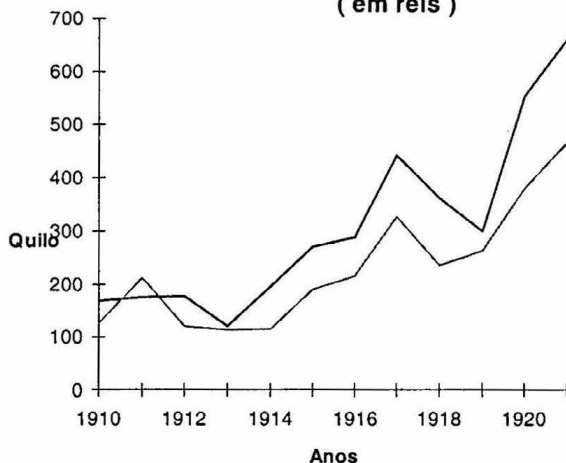
A composição do IHGRGS na sua fundação e na representação à sua instalação mostra claramente a ausência da "outra classe média" ou a burguesia nascente ainda que seu conceito esteja em discussão.

O IHGRGS é criado quando a estrutura social em Porto Alegre é profundamente alterada e consequentemente "tumultuada" pelos novos atores sociais onde os operários - a nova classe em formação - se organizavam sindical e intelectualmente, sob a influência dos imigrantes anarquistas - desde 1894 - através do "Grupo dos Homens Livres", centro de estudos que publicava o jornal *A Luta* (1906-1918). São esses anarquistas que em 1906 fundam a União Operária Internacional, organizada a partir das "ligas" e "uniões" operárias. É nesse contexto que criam a escola **Elisée Réclus** (22) e objetivavam formar outras escolas no bairro Navegantes - segundo o modelo pedagógico de Francisco **Ferrer y Guardia** (23) - o que se concretiza, em 1914, com a criação da Escola Moderna naquele bairro. Em 1918 é criada o Instituto de Educação e Ensino Racionalista), segundo a mesma orientação pedagógica proposta por Ferrer.

A resposta a essa mobilização operária e politizada - no âmbito nacional - está explícita na reação católica através da revista **Vozes de Petrópolis** e se concretiza na conclamação à participação dos operários na "Confederação Catholica dos Trabalhadores" (Vozes de Petrópolis, Ano XIV, 1920, p.29 "A organização operária"), em nítido confronto com o movimento anarquista. A preocupação católica com os anarquistas é explícita: "São freqüentes no Brasil, mormente no Rio de Janeiro, jornais anarquistas que... não obstante, devem ser levados em consideração" (Vozes de Petrópolis, nº2, janeiro de 1920, pág. 67 no artigo "Lendo o Spartacus", jornal do Rio de Janeiro dirigido por José Oiticica, intelectual prestigiado e professor do Colégio D. Pedro II).

O movimento operário convergia para as crises das relações trabalhistas acirradas, a partir de 1917, pela elevação do preço dos gêneros alimentícios, como é o caso típico da farinha de trigo e do trigo em grão importados, que tiveram significativas altas de preço (Figura 5).

FIGURA 5
Valor médio da farinha e do trigo em grão
(em réis)



O trabalho ideológico da ação católica soma-se aos interesses da facção dos industriais, certamente assustada com os movimentos operários em torno de um conjunto de reivindicações como as oito horas de trabalho, férias, limites ao trabalho feminino, o que se traduz pelas contraditórias posições do governo estadual em relação às reivindicações sociais dos trabalhadores, pelo comportamento da bancada sul-riograndense do Partido Republicano na Câmara dos Deputados (24) e pelas representações de Francisco **Rodolpho Simch** (um dos fundadores do Instituto).

A burguesia - industriais, comerciantes e banqueiros associados - que participava do governo - já havia se organizado no *Centro Econômico do Rio Grande do Sul* (fundado em 1904), criado pelos "... *auspícios do Dr. Roberto Jasnach, de Berlim, presidente de honra da entidade...*" (Pesavento, 1988, p.120). A nova classe transmitia sua ideologia através das revistas *O Progresso*, *Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul*; *Revista Centro Econômico do Rio Grande do Sul*, *Almanaque do Comércio*, etc (25).

A sociedade hegemônica civil até então não possuía nenhuma organização de intelectuais, excluindo as escolas superiores que havia criado e a Academia Rio-Grandense de Letras (criada em 1902) da qual eram membros dois outros fundadores do Instituto: **Benjamin Flores** e **João Cândido Maya**.

Como registra claramente Lindolfo Collor: "...O Instituto...veio preencher uma sensibíllissima lacuna no nosso meio intelectual" (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre, 1921, p.6).

Econômica e politicamente a sociedade sul-riograndense estava em crise o que se revela nas discussões na Assembléia dos Representantes, onde **Getúlio Vargas** representava a facção modernizante e nacional - com o controle do aparelho de Estado - e o deputado **Gaspar Saldanha** o bloco dos interesses específicos dos pecuaristas ou da facção patrimonialista. Tal embate se traduz na questão sobre a intervenção do Estado na economia, isto é entre o *laissez faire* e o intervencionismo do Estado e o positivismo difuso (Nelson Boeira, 1980), certamente antropofágico, de Borges de Medeiros e o liberalismo como mostra a discussão travada na Assembléia dos Representantes, especialmente nos dias 11, 24 e 26 de novembro de 1919, onde estão presentes as posições antagônicas das facções do bloco hegemônico e anunciam a ruptura armada de 1923, na verdade uma tentativa de "revanche" de 1893.

Era a crise que sempre é parteira. Crise da sociedade brasileira e regional de pós I Guerra Mundial. É nesse esgaçamento político e social que as idéias nacionalistas ganham novos contornos e envolvem a sociedade. De um lado o governo do Estado reclamando pelos altos juros pagos às empresas estrangeiras que tinham o controle do Porto de Rio Grande e do sistema ferroviário do Rio Grande do Sul (26), de outro o abandono, pelos estrangeiros, do mercado produtor pastoril que havia sido adaptado aos seus interesses.

É neste contexto ("nacionalismo da ordem", segundo a expressão de **Raymundo Faoro**) que se realiza, a criação do IHGRGS, um aparelho civil de apoio ideológico ao esboço de um projeto nacional (27) e que se apresenta reivindicando a necessidade de estabelecer relações entre o "território" e a história, como expressou Lindolfo Collor em seu discurso na instalação do Instituto em 1920, no salão nobre do Paço Municipal: "... o estudo do elemento "população" não é possível sem o estudo correspondente do "território", ou melhor, " meio físico". Quer dizer, estudar a história de um povo, não o poderia fazer de modo positivo sem se preocupar corretamente com a sua geografia" (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre, Porto Alegre, 1921, p.5) o que conduz, a alguns membros do Instituto à adoção de um vago determinismo geográfico (28). A criação do Instituto representa o desenvolvimento de uma ideologia que tem necessidade de produzir novos símbolos. Transpondo de outro contexto, **Milton Santos** chama a atenção da totalidade nas relações forma $\Leftrightarrow$ conteúdo onde "... a cada transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência

de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido" (Milton Santos, 1996, p.103).

O que explica a posição nacionalista como necessidade de identificação é a presença do pensamento positivista de Ordem e Progresso (que foi o símbolo regional da diferenciação no interior do "campo de poder", utilizando o conceito de Pierre Bourdieu) que rompia com a estrutura de poder do passado e, nestas condições, segundo as observações de **Demétrio Ribeiro** "...*não se colocou a serviço das classes mais reacionárias*". A ordem representava o pensamento da burguesia nascente (não é ocasional que a revista do Centro Econômico do Rio Grande do Sul tivesse como denominação "O Progresso). De outro lado, a luta contra o bloco da "dominação patrimonial" (Weber, citado por Targa, 1998, p.30) se apresentava como o combate a fragmentação do território e a anarquia que impediria a unificação do mercado interno, de interesse vital à burguesia. Como registra Targa, 1998, p.85) tratava-se, naquele momento de "... *uma novidade histórica da relação Estado-sociedade desse País*". A ordem não se referia exclusivamente ao controle do movimento operário - como desejavam os industriais. A ordem se dirigia contra o velho sistema (a barbárie de Sarmiento), a outra facção da poder hegemônico que precisava ser dominada, "domesticada"

O "nacionalismo da ordem" é expresso nos discursos no Instituto por Lindolfo Collor na homenagem a Vasconcellos Jardim "...*Gomes Jardim é a expressão conservadora... irmanada com a causa da Republica. Mas quando uma revolução tem a chancelar-lhe os propósitos, o próprio pensamento das classes conservadoras, ella deixa de ser propriamente uma subversão da ordem para adquirir mais precisamente as categorias de uma verdadeira evolução*" (Revista do IHGRGS. Ano I, 1º Trimestre. 1921, p.52-53).

O movimento da elite republicana e especificamente borgista é o produto do momento histórico e das forças sociais emergentes e em mutação, de modo especial das rupturas no interior das próprias oligarquias (conflito, também, de gerações). As "*classes médias urbanas*" não conseguem construir um projeto político ou ideológico próprio (29). É verdade que uma certa "*classe média*" (30) preocupava os republicanos rio-grandenses, desde a "deposição" de Júlio de Castilhos em 1891, quando depois do "*meeting subversivo na Praça da Alfândega, constitui uma comissão de comerciantes e políticos para entender-se (com o Presidente)... para derrubá-lo*" (Sérgio da Costa Franco, 1967, p.117), o que faz o mesmo autor registrar que "*Em relação ao governo republicano que passou a exercer a administração do Estado, a posição do comércio seria pelo menos de desconfiança*" (Sérgio da Costa Franco, 1983, p.95). Por outro lado, a Associação Comercial de Porto Alegre, com históricas relações com os liberais **Silveira Martins** e Carlos **Von Koseritz**, "sócios honorários da instituição" e, na questão da intervenção do Estado na economia, se opunha a política (ainda que conjuntural) de Borges de Medeiros, no caso do controle das exportações de gêneros alimentícios do Rio Grande do Sul.

A burocracia estatal era totalmente dependente do Partido Republicano, a ele "filial" ou "fiel" e, nestas condições, desconfiada das outras facções do bloco no poder, principalmente dos comerciantes.

O grupo de intelectuais urbanos, no qual os homens reunidos em 1920 para criar o Instituto Histórico e Geográfico se vinculam, procura mostrar sua independência de propósitos o que significava o esboço ou o esforço de criação de uma frente ampla que somente seria viabilizada - na esfera política - no período de **Vargas** como Presidente do Estado.

É, ainda **Lindolfo Collor** quem coloca a posição da criação do Instituto "...*não surge com o intuito de codificar, em definitivo, os nossos elementos de história e geografia, ou mais exatamente, de elaborar a história e a geografia oficiais do nosso Estado*." (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre. Porto Alegre, 1921 p.5). Esta é uma originalidade brasileira, como registrou **Alfredo Valladão**: "...*A história (do Brasil) nunca foi objeto, como nas França por exemplo, de uma política de Estado ou o trabalhos de pesquisadores*

especializados. No Brasil o historiador profissional é uma categoria recente...não existe uma história oficial ou até mesmo consensual; até os últimos decênios esta disciplina foi mantida por eruditos locais, sem formação específica. Na verdade esse domínio foi desenvolvido sobretudo por autodidatas cultos, ensaístas, economistas, sociólogos, etnólogos, antropólogos... sem qualquer unidade de concepção".

O Instituto representa, no local, a confluência de idéias e forças sociais e, nisto, foi representante da sociedade hegemônica, preocupada com a construção da ideologia nacional, como se pode concluir do discurso de **Lindolfo Collor** em artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico "A história e o Instituto Histórico": "*Uma sociedade que não cultiva a sua própria história não tem consciência de si-mesma*" (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre, Porto Alegre, 1921, p.3) ou pela expressão explícita de **Florencio de Abreu e Silva** para o qual "... não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade histórica" (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre, Porto Alegre, 1921, pág.125). As citações a **Renan** (30) e a **Eduardo Prado** (31) no discurso do então tenente Souza Docca revelam o nacionalismo que é enfatizado na afirmação: "*Não pensamos...fazer história exclusivamente riograndense, porque isso seria innominável absurdo...a história do Rio Grande do Sul está estreitamente vinculada aos principais factos da história do Brasil e da civilização*" (Revista do IHGRGS, Ano I, 1º Trimestre, Porto Alegre, 1921, pag.133).

O Instituto reflete, ainda que tardiamente, como acontece com as sociedades periféricas, o cívico movimento das elites urbanizadas, cujo ápice é o período de 1915 a 1916, quando é criada a *Liga de Defesa Nacional* (32) que na expressão de **Coelho Neto** (Breviário Cívico)"... é um instrumento contra a anarquia" (RV, p.169). É este mesmo espírito que se explicita no discurso do major **Miguel Pereira** (sessão de 14 de julho de 1920) no IHGRGS "...o governo dos povos nunca se poderá entregar á indisciplina das camadas desorientadas e ignaras; precisa sempre se repousar nos hombros robustos de varões ilustrados, de saber comprovado, de notoria capacidade e de segura orientação..." (p.555), seguindo os conselhos de **Augusto Conte**. Mas é importante registrar que a cidade de Porto Alegre e algumas do interior foram visitadas pela "caravana cívica" com a visita (triumfal) de treze dias de **Olavo Bilac** a Porto Alegre em 1916, onde foi recepcionado pelo menos por quatro dos futuros fundadores do Instituto: **Moacir Godoy**, **Alcides Maya**, **Benjamin Flores** e **Mariano da Rocha** (Olyntho Sanmartin, 1969, p.33).

A criação do IHGRGS em 1920, ao contrário das tentativas anteriores (1855, 1860) e a isolada em Rio Grande (1917), é uma necessidade sob o impacto da crise, de retornar à sua memória como força à construção da Nação numa época de fortes motivações ideológicas e políticas, impulsionadas pelo avanço de novas relações sociais.

É verdade que no seu pluralismo - o bloco hegemônico é tática e estrategicamente plural - as questões externas atuaram e atuam através de seus membros efetivos que nas suas posições pessoais refletem a de seu grupo e as contradições no bloco hegemônico da sociedade. Não é ocasional, entre os sócios efetivos e correspondentes, a presença de opositores ao aparelho de estado, dos quais são mais notórios **J.F de Assis Brasil** (correspondente e depois honorário); Francisco de **Leonado Truda**; José **Zeferino da Cunha** que solicita sua demissão antes do Instituto aclamar **Borges de Medeiros** como seu Presidente Honorário (Ata da Sessão de 12 de outubro de 1921); **Juvenal do Rego Lins** e **Antão de Faria**, sem negligenciar, nesse fato, o projeto político iniciado em 1913 por **Borges de Medeiros**, de "democratização", com a inclusão e representante da oposição na Assembléia dos Representantes. Esta é a razão da estrutura *supra-partidária* (Nelson Boeira, 1980, p.51), embora fundamentalmente república e de *positivistas difusos* do IHGRGS De qualquer forma, o significativo é que o IHGRGS jamais desejou ou tentou ser o detentor de uma história ou geografia "oficial" pois trabalhava com a idéia de construção da Nação, o que implicaria necessariamente em pluralidade e alianças, embora segundo um modelo conservador explicitado.

Os homens de 1920 estavam dominados pelas contradições do espírito do mundo. Espírito do mundo que - no local - é determinado pelo espírito da classe e dos indivíduos, como observou **Sérgio Buarque de Holanda**, em *Raízes do Brasil*, citando **Alberto Tôrres** (1914): “*A separação da política e da vida social atingiu, em nossa pátria o máximo de distância*”, acrescentando que “*Se as classes cultas se acham isoladas do resto da nação, não é por culpa sua, é por sua desventura*” (*Raízes do Brasil*, 1968. 5ª edição. p.135). Os homens de 1920 não estavam distantes nem isolados, representavam - ao criar o IHGRGS - a aliança nacional, onde se juntam as duas ideologias da ordem: o positivismo e o catolicismo, associados ao militarismo e a burocracia estatal “*embora inconciliáveis no seu conteúdo espiritual*”. (Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, 2, 1985.p.673) se constituirão nas bases ideológicas de um projeto em elaboração.

A composição dos membros efetivos do IHGRGS em 1920 - os intelectuais orgânicos - conta com representantes do clero, bacharéis (doutores), militares, com predominância da burocracia (Tabela 10). Nesta aliança, o grupo católico é orientado pela revista “*Vozes de Petrópolis*” fundada em 1907 (33). A aliança positivismo-catolicismo se revela por alguns comportamentos conjunturais nas relações internas entre os membros fundadores do IHGRGS. Na relação das entidades com as quais o IHGRGS mantém correspondência no exterior (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Ano I, 3º Trimestre, 1921, anexo 3) não aparece nenhuma instituição portuguesa, o que se (**Figura 6**) explica exclusivamente pela crise entre Igreja e Estado com a proclamação da República Portuguesa (1910) cujo governo provisório, chefiado entre 1910 e 1911 por **Theophilo Braga**, respeitável positivista, restabelece as leis pombalinas inclusive a expulsão dos Jesuítas e a supressão de mosteiros, conventos e estabelecimentos religiosos, culminando com a tomada pelo Estado dos bens da Companhia de Jesus. Eram fundadores do Instituto dois padres jesuítas, ambos nascidos na Alemanha: Carlos **Teschauer** e João Batista **Hafkmeyer**, sendo o último colaborador da revista *Vozes de Petrópolis*, a partir de 1907, quando eram tensas as relações entre a República e a Igreja em Portugal.

O não relacionamento do Instituto com instituições portuguesas resultava da política interna de conciliação que mantinha a aliança positivismo-catolicismo, acrescentando-se que, pelo menos, dois outros sócios fundadores efetivos mantinham relações muito estreitas com a Igreja Católica: Alfredo **Clemente Pinto** e Armando **Dias de Azevedo**, soldaduras do pacto, da aliança de “opositores” em idéias, mas unidos num acordo político regional, embora entre os fundadores e sócios efetivos do Instituto se encontrasse **João Maia**, militante anarquista (mutualista).

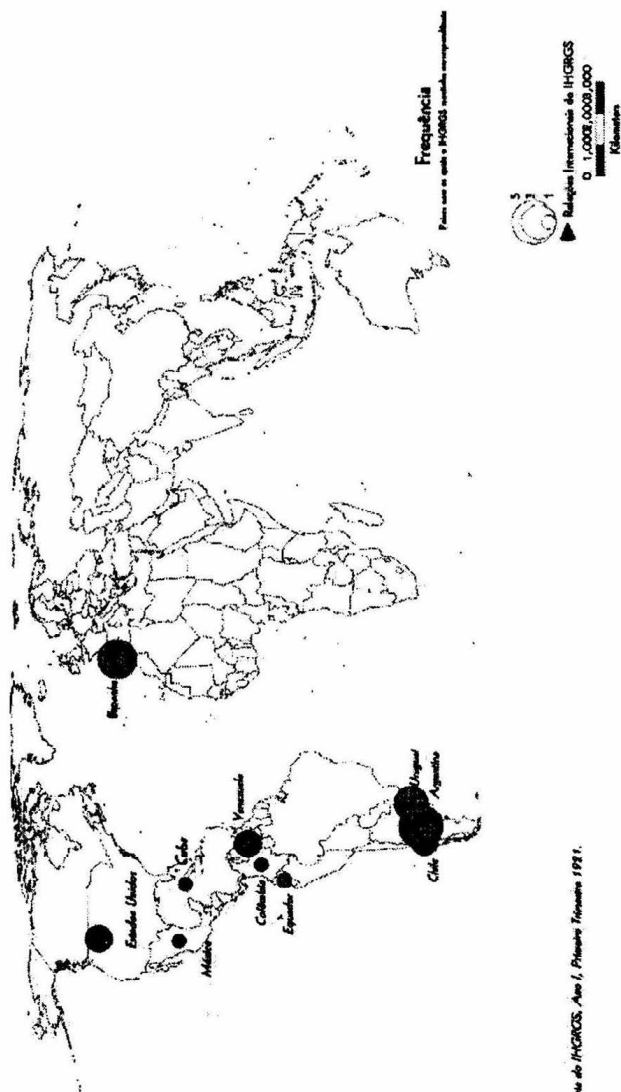
As crises se sucederão na primeira década dos vinte.

É nos encontros e desencontros com os atores dessas crises que se explica também a produção do IHGRGS, sempre individual (34), sem definição de um programa de trabalho no âmbito do conhecimento histórico e geográfico institucional, o que é revelado pelos temas dos artigos e ensaios da Revista do Instituto (35).

Os anos seguintes não serão tranquilos.

Relações Internacionais do IHGRS

1920



Fonte: Revista do IHGRS, Ano 1, Primeiro Trimestre 1921.

Mas a intranquilidade política não marcará a produção do IHGRGS, mesmo porque os membros fundadores e sócios eram os homens que ocupavam o aparelho burocrático estatal, portanto condicionados pelas suas posições de tal maneira que na sessão de 5 de agosto de 1921 o presidente do Estado, A.A. **Borges de Medeiros**, é aclamado Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Revista do IHGRGS. Ano I. 3º Trimestre. Porto Alegre, 1921, p.514-515). Eles se comportavam segundo seus papéis no bloco hegemônico. Como Registra **Boeira**: “...a independência dos grupos literários com relação ao contismo, por volta de 1907, dependeu, do ponto-de-vista institucional, da existência de empregos e meios de divulgação que, embora limitados, eram relativamente independentes do Estado” (Nelson **Boeira**, 1980, p.47) ou na observação de Juan Pablo Fusi “todo hecho histórico, incluso la acción historica de grupos, clases, muchedumbres, massa y élites, requiere algún nivel, por mínimo que sea, la organización articulada a través de decisiones y actos individuales... La biografía le parecía la expresión esencial de la realidad radical que es la vida. Sen legar tan lejos, pensemos cuando menos que el individuo constituye el sujeto de la acción historica y de la vida social” (Juan Pablo Fusi, 1998). Os papéis individuais dos fundadores nas suas vivências explicam a produção do Instituto publicada em sua revista.

Os conflitos que se sucederão: 1922,1923, o período tenentista de 1925-1926; a revolução de 1930; a intentona comunista de 1935; o golpe de estado de 1937; a redemocratização em 1945 e o golpe militar de 1964. Eles definirão as alianças e formas de convivência interna.

A história das instituições é a história dos homens. Ela é resultante dos homens como indivíduos e como grupos da sociedade, determinados por suas vivências e suas leituras dos reflexos do mundo. Quando **Souza Docca** enfatiza a íntima relação do local (ou regional) com o nacional (a formação econômica e social) e a civilização na qual a nação se insere, revela a posição crítica dos homens do mundo que são também os homens locais.

A instituição só existe e se realiza nas contradições desses indivíduos, de seus passados e pecados, com o seu presente e seus projetos futuros.

Ler as instituições é ter a leitura das múltiplas formas com que os homens resolveram, transferiram ou sublimaram seus interesses e impasses. Por isso sua leitura é uma aventura no espaço das vivências humanas.

NOTAS

(1) - As reuniões preparatórias se realizaram nos dias 5 e 11 de agosto; 20,25, 27 e 29 de setembro; 5 e 9 de novembro de 1920, no *Archivo Público*, localizado no monumental, solene e tecnicamente perfeito prédio contíguo a Praça de Matriz e, atualmente, com entrada pela rua Riachuelo 1031.

(2) - Localizado na atualmente conhecida como Prefeitura Velha, no largo Montevideu.

(3) - Cinquenta e dois (52) sócios, dos quais “efetivos” (trinta e um) 31; correspondentes (dezenove) 19 e honorários (dois) 2. Os dados foram obtidos no anexo 2 Revista do IHGRGS, Ano I, 3º Trimestre. Porto Alegre. 1921.

(4) - Sobre os quais não bastam as suas obras. É necessário as suas biografias, trajetórias que explicitam suas posições no mundo em situações objetivas. Afinal, ele são atores. Vide Juan Pablo Fusi, 1998.

- (5) - **Leite**, 1978; **Fagundes**, 1961; **Gutfreind**, 1992.
- (6) - Sandra Jatahy **Pesavento**. *Charqueadas* (1978). Pimentel, *Charqueadas e...*(1947)
- (7) - Jean **Roche**. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul II*. 1969.
- (8) - Capital comercial ou mercantil fundamental no processo de acumulação que viabilizou a implantação industrial nas “áreas coloniais”, através dos atacadistas.
- (9) - Baseada na pequena propriedade, no trabalho familiar e no isolamento, o que permitiu a criação de uma ampla rede de intermediários. Vide **Getúlio Vargas**. 1997; Jean **Roche**, Ob.cit.
- (10) - Maria Lúcia Leitão de **Carvalho** et alli. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. 1998, p.89-146.
- (11) O imposto territorial foi um importante instrumento no processo de apropriação, pelo Estado, da renda do setor patrimonialista. Vide reação desse setor na Assembléia dos representantes - **Getúlio Vargas**. 1997; Maria Lúcia Leitão de **Carvalho**, 1998.
- (12) - A “brasilidade” da elite gaúcha na República Velha tem dois momentos. O primeiro corresponde a não explícita necessidade da organização do mercado nacional pelos novos atores econômicos. É o que se manifesta no momento da criação do Instituto. O segundo se realizará após 1923 e é a sua instrumentalização política que culminará com a revolução de 1930 e o golpe de 1937, quando a necessidade de unificação do mercado nacional passa a ser o projeto da burguesia paulista para o qual a ideologia gestada no Rio Grande do Sul é o instrumental poderoso. Vide: Edgar **Carone**, 1978; Boris **Fausto**, 1981 e Luiz Roberto Pecoits **Targa**, 1998.
- (13) - A diferenciação das atividades na cidade de Porto Alegre pode ser avaliada pelas diferentes localizações do comércio e das indústrias da capital.
- (14) - Jean **Roche**. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul.II*.1969. pág. 403-466 e 502-516.
- (15) - O fenômeno é típico de Porto Alegre que, em 1920, concentrava 28% das pessoas trabalhando na administração pública. A discussão sobre a identificação da “classe média” encontra-se em Virgílio Santos **Rosa**. O sentido do tenentismo no Brasil, 1933; Guerreiro **Ramos**. A crise do poder no Brasil, 1961; Hélio **Jaguaribe**. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, 1962; Francisco **Weffort**. Classes e poder político, 1968; Edgar **Carone**. *A República Velha. I*. 1978; Boris **Fausto**. 1981, p.51-85.
- (16) - É necessário ampliar e detalhar a pesquisa biográfica para melhorar o conhecimento das trajetórias profissionais dos sócios fundadores. Vide Juan Pablo Fusi, 1998; Nelson Boeira, 1980.
- (17) - Pesquisa direta nos inventários bem como nas genealogias que permita melhor identificação das origens e relações com o domínio patrimonialista.
- (18) - Sandra Jatahy **Pesavento**. *A burguesia gaúcha (1889-1930)*. A autora enfatiza os empresários industriais. Há, entretanto, na historiografia sul-riograndense, uma lacuna na análise do papel dos comerciantes, excetuando o trabalho de Jean Roche. Ob. cit. vol. I e II.
- (19) - Idem, página 141, de modo especial, nota 30.
- (20) - “... mais parece o de uma praça alemã que brasileira...” Jean **Roche**,II.1969.p.450.
- (21) - A distância entre as duas sociedades era nítida, tendo a sociedade patrimonialista fortes preconceitos em relação aos “colonos”. O Encontro das duas sociedades é um fenômeno recente. Vide Raymond **Pebayle**. 1974; Nilo **Bernardes**, 1962/1963.
- (22) - Geógrafo francês que teve importância intelectual no Brasil com a tradução da obra *Estados Unidos do Brasil* por Ramiz Galvão e notas do Barão do Rio Branco, editada em 1900. A Biblioteca Pública possui também a 7ª edição de “L’évolution la revolution et l’ideal anarchique” de 1909.
- (23) - **Francisco Ferrer y Guardia**, nascido em Barcelona em 1859 foi executado em 13 de outubro de 1909. Ao 26 anos de idade foi exilado em Paris, onde lecionava em cursos populares em escolas noturnas. Quinze anos depois retornou a Barcelona onde estabeleceu a **Escola Moderna**. Em 1906 foi preso sob a acusação de cumplicidade com Manoel Morales

- num atentado contra vida de Afonso XIII mas foi absolvido. Com os acontecimentos de 1909 foi novamente preso e, apesar dos protestos mundiais, inclusive no Brasil, foi executado. A cidade de Porto Alegre homenageia Francisco Ferrer com a designação de uma de suas ruas.
- (24) - Sandra Jathay **Pesavento**, 1988; Getúlio **Vargas**, 1997; Boris **Fausto**, 1981.
- (25) - O Instituto possui a coleção destas revistas, desde o primeiro número.
- (26) - Luiz Roberto P. Targa, 1998; Caio Prado Júnior, 1970.
- (27) - Ieda **Gutfreind**, 1992; Luiz Roberto P. **Targa**, 1998.
- (28) - Ieda **Gutfreind**, 1992. Destaca-se o vago determinismo que foi utilizado pelos historiadores e pelos políticos-historiadores; Nelson **Boeira**, 1980, na análise crítica do cientificismo comtiano no Rio Grande do Sul e a influência de Taine.
- (29) - Vinculada aos setores urbanos intermediários.
- (30) - Yves Lacoste, 1997.
- (31) - A referência a Eduardo **Prado** é paradoxal. Se, de um lado era expoente dos restauradores do Império e, conseqüentemente inimigo da República (Fatos da Ditadura no Brasil), por outro foi o autor da "A ilusão Americana", obra anti-imperialista.
- (32) - Movimento cujo ator máximo de divulgação foi Olavo **Bilac** tem por base a criação de um ideal de classe que associa as classes médias e o militarismo ou "...a revolução burguesa pelos militares civilistas..." - Edgar **Carone**, 1978, páginas 164 a 177.
- (33) - Membros do IHGRGS ligados a oposição a Borges de **Medeiros**. A identificação é difícil, especialmente entre os intelectuais. Uma das fontes, reveladoras ou com indícios é Olyntho **Sanmartin**, 1969.
- (34) - A biblioteca do IHGRGS possui a coleção das revistas "Vozes de Petrópolis", desde 1907 e "A Ordem", desde 1925.
- (35) - Excetuando-se os jesuítas que embora apresentando seus trabalhos individuais tinham uma linha de pesquisa e divulgação muito nítida, centrada na experiência missionária e na importância indígena (guaranis).
- (36) - Esta nota é parte de um projeto de pesquisa sobre a Geografia no e do Rio Grande do Sul iniciada com as instituições a ela vinculadas: o Arquivo Público (1906); o IHGRGS, A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (onde foi criado o curso de Geografia); o Conselho Regional de Geografia do Rio Grande do Sul, vinculado ao CNG; A Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção de Porto Alegre e a Associação dos Geógrafos Profissionais.

BIBLIOGRAFIA

- AXT, Gunter. **Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul (1900-1930)**. In.: Targa, Luiz Roberto Pecoits. Breve inventário de temas do Sul. UNIVATES, Editora da Universidade, FEE. Porto Alegre. 1998.
- BECKER, Klaus (Organizador). **Enciclopédia Rio-Grandense**. Editora Regional Ltda. Canoas. 1956.
- BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul**. Boletim Geográfico (171 e 172). CNG. IBGE. Rio de Janeiro. 1962 e 1962.
- BETTIOL, Leopoldo. **Ferrer como educador**. Typographia Riograndense. Porto Alegre. 1918.
- BLANCATO, S. Vicente. **As forças econômicas do Estado do Rio Grande do Sul no 1º Centenário da Independência do Brasil**. Of. Gráfica da Livr. do Globo. Porto Alegre. 1922.
- BOEIRA, Nelson. **O Rio Grande de Augusto Comte**. In.: RS: Cultura & Ideologia. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. DIFEL. Rio de Janeiro. 1989.
- BRUNET, Roger. **Le Déchiffrement du Monde**. In: Brunet, Roger (e) Dollfus, Olivier. Mondes nouveaux. Géographie Universelle. Belin-Reclus. Paris. 1990.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. I. Instituições e classes sociais. DIFEL. São Paulo. 1978.
- CARVALHO, Maria Lúcia Leitão de, PEREIRA, Paulo Roberto Dias (e) ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. **O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República**. In.: Targa, Luiz Roberto Pecoits. Breve inventário de temas do Sul. UNIVATES, Editora da Universidade, FEE. Porto Alegre. 1998.
- CÉSAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Globo. Porto Alegre, 1971. 2ª. Edição.

CHARENTENAY, Pierre de. *La Compagnie de Jésus, un ordre géopolitique ?* Hérodote (56). Jan.mars.1990.

COLLOR, Lindolfo. *A História e o Instituto Histórico*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 1º Trimestre, Ano 1. Porto Alegre, 1921, p.3-7.

COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Of. Grafica da Livraria do Globo. Porto Alegre. s/d.

COSTA, Renato. *Os três institutos Históricos do Rio Grande do Sul*. Revista do IHGRGS.(123). Porto Alegre. 1982.

CONSTANTINO, Núcia Santoro de. *Espaço urbano e imigrante; Porto Alegre na virada do século*. Estudos Ibero-Americanos XXIV,(1). PUCRGS. Porto Alegre.1998.

DIEHL, Astor. *Historiografia brasileira. Do IHGB aos anos 30*. Edit. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 1998.

DUBY, Georges. *Atlas historique*. Larousse. Paris. 1995.

FAGUNDES, Ligia Ketzner et alli. *Memória da indústria gaúcha. Das origens a 1930*. Editora da UFRGS/ FEE. Porto Alegre. 1987.

FAGUNDES, Mário Calvet. *Vida e obra de Souza Docca*. s/edit. Porto Alegre. 1961.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Vol.2. Edit. Globo. Porto Alegre, 1985, 6ª edição.

FERREIRA Fº. Arthur. *Nomes tutelares do ensino Rio-grandense*. Artes Gráficas SENAI. Porto Alegre. 1977.

FONSECA, Pedro C Dutra. RS: *Economia & conflitos políticos na República Velha*. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1983.

FRANCO, A; SILVA, Morecy de (e) SCHIDROWITZ, Leo Jerônimo. *Porto Alegre. Biografia de uma cidade*. Editora Tipografia do Centro. Porto Alegre. s/d.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. 126º Aniversário da Associação Comercial de Porto Alegre. Porto Alegre. 1983.

FUSI, Juan Pablo. *Bajo el signo de la história*. El País. Debates (La educación que queremos). Conferência:10.novembro.Madrid.1998.(<http://www.elpais.es/p/d/debate/educa3htm>).

GONZAGA, Sergius. *Manual de literatura brasileira*. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1985.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Editora da Universidade. UFRGS. Porto Alegre. 1992.

IHGRGS. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul*. Ano I, 1º,2º e 3º Trimestre. Barcellos, Bertaso & Cia. Livraria do Globo. Porto Alegre. 1921.

HARDMAN, Francisco F. *Nem Pátria nem Patrão - vida operária e cultura anarquista no Brasil*. Edit. Brasiliense. São Paulo. 1983.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. Companhia das Letras. São Paulo. 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Livraria. José Olympio Edit. Rio de Janeiro, 1969, 5ª edição.

KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Vozes. Petrópolis.1979.

LAGEMANN, Eugenio. *Rio Grande do Sul - 150 anos de finanças*. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre.1985.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Regionalismo e modernismo (o "caso" gaúcho)*. Ática. São Paulo,1978.

LIMA, Afonso Guerreiro (Copilador). *Pátria*. Livraria Selbac. Porto Alegre. 1915.

LIMA, A.G. *Cronologia da História Rio-Grandense*. Edição Livraria do Globo. Porto Alegre, 1936.

MACHADO, Carlos. *Historia de los Orientales*. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo. 1973.

MACHADO, Lia Osório. *Perfil dos Institutos Históricos e Geográficos*. (Conferência). Encontro de História e Geografia do Prata. IHGRGS. Porto Alegre. Agosto, 1994

MARQUES, Alvarino. *Episódios do ciclo do charque*. Edigal. Porto Alegre. 1987.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. UFRGS/SEC-DAC. Porto Alegre. 1978.

MELO, Luís Correa de. *Subsídios para um dicionário dos intelectuais Rio-Grandenses*. Edit. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1944.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Rio Grande do Sul: tributação e economia*. UFRGS. IEPE. Porto Alegre. 1998 (Dissertação de mestrado).

MOURA, Sérgio Lobo de. *A Igreja na Primeira República*. In.: História Geral da Civilização Brasileira. DIFEL. São Paulo, 1978, t.III, 2º vol.

PARKER, R.A.C. *El Siglo XX*. Siglo Veintiuno Edic.,Mexico.1978.

PÉBAYLE, Raymond. *Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)*. These. Université de Paris I. Paris. 1974.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *Charqueadas, frigoríficos e criadores - um estudo sobre a República Velha Gaúcha*. PUCRGS. Porto Alegre.1978.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História do Rio Grande do Sul*. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1980.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *A burguesia gaúcha*. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *O anarquismo no Rio Grande do Sul na Primeira República*. Revista do IFCH. UFRGS. vol. 15. 1991/1992. Porto Alegre, 1992. Pag.127-147.

PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*. Continente. Porto Alegre. 1944.

PIMENTEL, Fortunato. *Charqueadas e frigoríficos*. Aspectos gerais da indústria pastoril Rio Grande do Sul. Tipografia do Centro. Porto Alegre.1947.

PINTO, Celi Regina. *Positivismo. Um projeto político alternativo*. L&PM. Porto Alegre. 1986.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Portucalense Edit., Porto. 1973.

PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Edit. Brasiliense. São Paulo. 1976, 14ª edição.

PRADO Jr. Caio. *História econômica do Brasil*. Edit. Brasiliense. São Paulo. 1970, 12ª edição.

PRADO, Eduardo. *A ilusão Americana*. Brasiliense. São Paulo. 1961 (3ª edição). Primeira edição de 1893, confiscada pelo governo brasileiro. 2ª edição. A. Colin. Paris. 1895: Escola Typografica Salesiana São Paulo. 1902.

- RENAN, Ernest.** *Qu'est que c'est une nation ?* Conferência realizada na Sorbonne. Paris, março, 1882.
- RIBEIRO, Demétrio.** *Ditadura e culto da Humanidade.* ADVerso (34), Jornal da ADURGS. 2ª. quinzena de setembro. Porto Alegre. 1998.
- ROCHE, Jean.** *A colonização alemã no Rio grande do Sul.* II. Edit. Globo. Porto Alegre. 1969.
- ROMERO, Inocêncio.** *A imprensa rio-grandense.* In.: O Rio Grande do Sul. Alfredo R da Costa. Livr. Edit. Globo. Porto Alegre. 1922.
- SANMARTIN, Olyntho.** *Um ciclo de cultura social.* Sulina. Porto Alegre. 1969.
- SANTOS, Milton.** *A natureza do espaço.* Técnica e tempo. Razão e emoção. HUCITEC. São Paulo. 1996.
- SANTOS, Milton.** *Espaço & Método.* Nobel. São Paulo. 1990.
- SARTRE, Jean-Paul.** *Diário de uma guerra estranha.* Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1983.
- SILVA Jr.** *Galeria Biográfica Ilustrada.* s/edit; Porto Alegre. 1937.
- SODRÉ, Nelson Werneck.** *A revolução burguesa no Brasil.* Revista Novos Rumos, 4 (4). São Paulo. 1989.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits.** *Elites regionais e formas de dominação.* In. Targa, Luiz Roberto Pecoits. Breve inventário de temas do Sul. UNIVATES, Editora da Universidade, FEE. Porto Alegre. 1998.
- TIMM, Octacílio B (e) GONZALES, Eugenio.** *Album ilustrado do Partido Republicano Castilhistas.* Porto Alegre. s/d.
- TÓRRES, Alberto.** *O problema nacional brasileiro.* Introdução a um programa da organização nacional. Rio de Janeiro. 1914.
- VALLADÃO, Alfredo.** *Le métissage como identité.* Projet. Paris, dezembro, 1996.
- VARGAS, Getúlio.** *Discursos (1903-1929).* Parlamentares gaúchos. Série nº 2. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Diretoria de Atividades Culturais. Porto Alegre. 1997.
- VILLAS-BÔAS, Pedro.** *Notas de Bibliografia Sul-Rio-Grandense.* A Nação/ SEC. Porto Alegre. 1974.
- VIZENTINI, P. Gilberto Fagundes.** *O RGS e a política nacional.* Porto Alegre. 1982.
- XAVIER, Paulo.** *Jornalista no instituto Histórico.* Correio do Povo. Suplemento Rural. Porto Alegre, 11/11/1980.

PERIÓDICOS

A FEDERAÇÃO

A ORDEM. Órgão do Centro D. Vital. Typographia do Annuario do Brasil. Ano IV, nº 42. Abril, 1925. Rio de Janeiro (Direção de Jackson de Figueiredo).

ANNUARIO ESTATISTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Of. Graf. A Federação".

CORREIO DO POVO. Porto Alegre.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

VOZES DE PETRÓPOLIS.

I - Quadro indicativo dos sócios efetivos fundadores em 1920.

Fundadores do IHGRGS
Sócios efetivos. 1920

Nome	Nascimento	Falecimento	Idade		Profissão	Atividades públicas	Local de
			1920				Nascimento
A. Guerreiro Lima	1870	1959	50		Professor		Porto Alegre
Achylles Porto Alegre	1848	1926	72		Professor	Diretor da Instrução Pública	Rio Grande
Adoaldo Mesquita da Costa	1894	1985	26		Advogado		Porto Alegre
Alberto Juvenal do Rego Lins	1880		40		Advogado	Juiz	Alagoas
Alfredo Clemente Pinto	1854	1938	66		Professor		Porto Alegre
Amaro Baptista		1961			Engenheiro	Correios e Telegrafos	São Borja
Antão de Faria	1854	1936	66		Engenheiro		São Sepé
Armando Dias de Azevedo	1897	1977	23		Advogado		Porto Alegre
Arthur Candal	1857	1924	63		Professor		Porto Alegre
Augusto Daisson	1863	1927	57		Jornalista		São Jerônimo
Benjamin Flores	1860	1922	60		Advogado		Rio Grande
Carlos Teschauer	1851	1930	69		Padre	Padre	Alemanha
Delfino Riet	1855	1933	65			Pecuarista	Bagé
E.F de Souza Docca	1884	1945	36		Militar	Militar	São Borja
Eduardo Duarte	1874	1962	46		Médico	Chefe de Seção Arquivo Público	Porto Alegre
Florêncio de Abreu e Silva	1883/1882	1969			Advogado	Diretor do Arquivo Público	Porto Alegre
Francisco Leonardo Truda	1886	1942	34		Jornalista	Diretor do	Porto Alegre

Francisco Rodolfo Simch	1877	1937	43	Adv.//Eng.	Correio do Povo Diretor da Repartição de Geologia	Santa Cruz
João Batista Hafkemeyer	1871	1924	49	Padre	Padre	Alemanha
João Maia	1862	1944	58	Filosofia(?)		Triunfo
João Pinto da Silva	1889	1950	31	Jornalista	Chefe de Gabinete do Presidente	Jaguarão
José Paulo Ribeiro		1929			Notário	
José Zeferino da Cunha				Advogado		Pelotas
Lindolfo Collor	1890	1942	30	Farmacêutico	Diretor de A Federação	São Leopoldo
Luiz Mariano da Rocha	1883	1959	37	Padre	Padre	Pelotas
Manoel Joaquim Faria Corrêa (ia)	1875	1953	45	Militar	Militar	São Gabriel
Miguel Pereira	1873	1927	47	Militar	Militar	Taquari
Octávio de Faria	1881	1921	39	Professor	Diretor do Recenseamento	São Gabriel
Olavo Franco Godoy	1873	1922	47	Advogado	A Federação	
Oscar Miranda	1862	1932	58	Militar	D/Red. Militar/ Professor	Porto Alegre
Roque Callage	1888	1931	32	Jornalista	Correio do Povo	Santa Maria

Nota: Benjamin Flores solicita demissão do IHGRGS em 04 de março de 1921 que não é aceita.

José Zeferino Cunha pede demissão em 12 de outubro de 1921 que é aceita.

FUNDADORES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO **DO RIO GRANDE DO SUL**

Paulo Xavier

Em demoradas pesquisas para esboçar a história de nossos antepassados buscamos apoio documental nas “fontes primárias”. Colhemos, então algumas informações sobre o desenvolvimento da agropecuária gaúcha e atividades políticas e culturais de seus líderes.

Divulgamos na época, pela imprensa, nossos achados, partilhando-os com os estudiosos e interessados na história econômica e social rio-grandense.

Anotamos o momento de fixação de muitos povoadores e notícias sobre suas origens. Recolhemos atuações de muitos daqueles que desbravaram e animaram a paisagem de nossa campanha. Estes personagens integram lista daqueles que alargaram as fronteiras da América portuguesa, ocuparam seus espaços com estâncias e criaram nelas uma área de produção de riquezas.

Pesquisas genealógicas indicaram-nos e identificaram seus ascendentes e sucessores mostrando, ao longo dos tempos, além do parentesco entre si, sua atuação e destaques nos diferentes campos de atividades econômicas, políticas e (ou) culturais,

Na oportunidade das comemorações dos 80 anos de nosso Instituto Histórico e Geográfico apresentamos esta contribuição para divulgar sucintas notas genealógicas de alguns de seus FUNDADORES

Um muito especial foi seu primeiro presidente Florêncio (Carlos) de Abreu e Silva (Filho)

O exame de sua ascendência revela que seu avô paterno João Luiz de Abreu e Silva, (de família tradicional da Bahia), foi batizado na freguesia dos Santos Mártires, de Lisboa, Portugal, em 9-V-1808, sendo padrinhos José Egídio Álvares de Almeida¹ e dona Carlota Teodora Álvares.

Militar, iniciou a carreira assentando praça, como Cadete, na 6a. Cia. do I Regimento de Infantaria de Linha, na Bahia, em 22-X-1822; promovido a Alferes do 1º btl de Caçadores (22-XII-1823); Ten. grad (30-I-1826) a efetivo (19-VI-1830). Adido ao Estado Maior, como Ajdte. de Ordens do Cmte. das Armas da Bahia. Capitão (20-VIII-1838); Major grd. 27-V-1843 (com antigüidade desde 18-VII-1841)

Jurou a Constituição Brasileira.

Tomou parte na Guerra da Independência, integrando o Exército Pacificador (ou Libertador, como historiadores consignam), comandado pelo Brigº Pedro Labatut (um veterano das campanhas napoleônicas à serviço do nascente Império Brasileiro). Passou



¹ O padrinho foi o ilustre político e diplomata bahiano distinguido como marquês de Santo Amaro (1767-1832)

a servir no 13º btl.de Caçadores, vindo com ele para o sul, integrando a 2a. Brigada de Infantaria, sob o comando do Gen. João Crisóstomo Calado. Participou da Guerra das Províncias Unidas do Rio da Prata (1825-28), estando na batalha do Passo do Rosário (20-II-1827).

Em 27-VI-1833 ficou adido ao Estado Maior, como Ajte, de Ordens do Comte. das Armas da Bahia. Vindo para o RS foi nomeado vice-diretor e, depois diretor do Arsenal de Guerra (11-XII-1833). Combateu a Revolução Farroupilha (1835-45), atuando, ativamente, na defesa de Porto Alegre, durante os sítios dos revolucionários.

Até o fim de sua carreira militar permaneceu aqui, exercendo funções e comandos de unidades militares. Foi reformado como Coronel e condecorado como oficial da Imperial Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz.

O Cel. João Luiz de Abreu e Silva era fl. de José Joaquim da Silva, comerciante, depois organizador e diretor de empresa de seguros ("Conceito Público") considerada a primeira no gênero constituída no Brasil; e de (casou em 7-IV-1796) Florência Joaquina Rosa de Abreu, n. 9-XI-1780; neto pat. de Thomaz Henriques da Glória e de Antonia da Silva Vieira; neto mat de João Luiz de Abreu, n. cidade do Salvador, BA, 14-XII-1736 (b. na Sé da Bahia, 17-I-1737) e de (casou na Bahia, 8-VI-1757) Francisca Xavier Rosa de Deus.

João Luiz de Abreu (avô materno) foi serventuário da Justiça, servindo como escrivão da Ouvidoria Geral e Corregedoria do Crime, da Bahia. Era fl. de Manoel Luiz de Abreu e de Isabel Rodrigues Pereira.

O Cel. João Luiz de Abreu e Silva casou em 1º-IX-1827, na igreja Matriz de Porto Alegre, com Antonia Carolina Ribeiro, n.Porto Alegre, 22-VIII-1809 (b.26-VIII-1809), fl de João da Silva Ribeiro Lima,² n. 1761, em Ponte de Lima e fdo. Porto Alegre, 31-XII-1815; casou, em Triunfo, RS, com Úrsula Clara da Trindade, n. Triunfo, RS (b. 25-VI-1772); neta pat. de Manoel da Silva Durães de Faria e de Mariana Josefa; neta mat. de Antonio Alves Guimarães, n, 1725 em Melgaço,Braga f. 1806 (fl. de Antonio de Medeiros e de Maria Gomes) e (casaram 8-V-1760) Maria de Jesus, n.Viamão, RS, 1741 (b. S. Antonio dos Anjos da Laguna, SC e fda. 25-II-1806) fl, de Cap. Francisco Xavier de Azambuja, n. São Paulo e de Rita de Menezes, n. Facão , SP (hoje cidade de Cunha) fda. S., Amaro, RS 7-III-1801); neta pat de **Manoel de Azambuja**, n. em Azambuja, patriarcado de Lisboa e de Francisca de Oliveira Leite, n São Paulo; neta mat de **Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos**, n. Vila de Santa Cruz , ilha da Madeira e de Lucrécia Leme Barbosa, n freg. de S. Antônio de Pádua, de Guaratinguetá, SP.

A ascendência materna de d. Úrsula Clara é bem conhecida, estando ligada a dois dos mais antigos troncos da Genealogia paulista e madeirense, radicados no Rio Grande do Sul (**Azambuja e Ornelas**)

Do casal Cel. João Luiz de Abreu e Silva-Antonia Carolina Ribeiro Lima foram filhos:

- 1- João Vespúcio de Abreu e Silva (1830-1881)
- 2- Romualdo de Abreu e Silva (1833-1917)
- 3- Maria Luíza de Abreu e Silva c.c. Antonio Manoel Fernandes

² João da Silva Ribeiro Lima foi estancieiro em campos no atual município de Bom Retiro (estância dos Barros) situada à margem do rio Taquarí e nela tinha um ancoradouro denominado **Porto da Úrsula** (lembrando o nome da esposa do estancieiro). Este foi o primeiro topônimo do sítio onde se estruturou o núcleo urbano de Bom Retiro (cf. Lothar Hessel in "O Município de Estrela" ed. 1983

4- Florêncio Carlos de Abreu e Silva (que segue em I-1)

I-1 FLORENCIO CARLOS DE ABREU E SILVA n. Porto Alegre, RS, 20-X-

1839 e fdo. Rio de Janeiro, RJ a 12-XII-1881

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo (1862), como bolsista do governo do Estado (concedida pela Assembléia Legislativa). Quando estudante, em São Paulo, teve participação constante na redação da revista **CULTO À CIÊNCIA** e no jornal **O TYMBIRA**. Tomou parte na Campanha Abolicionista; representou o RS, desde 1847, como Deputado Provincial (Partido Liberal); Deputado Geral, (1872) e Senador, escolhido em 27-IX-1880, na vaga do duque de Caxias (falecido nesse ano). Foi Presidente da Província de São Paulo (7-IV-1881 - 10-IV-1882).

Sua participação política era apoiada por sua atuação jornalística em a **REFORMA** (que também redigiu). Sua memória é preservada na denominação da Praça Senador Florêncio (ex-Praça da Alfândega) na qual, anualmente, se realiza a consagrada **Feira do Livro** de Porto Alegre. Também a cidade de São Paulo o homenageou com a denominação de rua no centro da cidade.

Foi assim, jornalista advogado, político e escritor. Sua bibliografia consta em "Escritores do Rio Grande" de Arí Martins, ed. de UFRGS-DAC-SEC. Porto Alegre, 1978.

Casou em 1as. núpcias, com d, Maria José de Miranda Borges (1843-1970)

Pais de

1- Clara de Abreu

Casou com João Pereira Machado

2- Antonia Carolina de Abreu

Casou com Olinto Nunes Pereira (1851-1966)

3- Florência de Abreu

Casou com Gaspar Nunes Ribeiro (1859-

4- João Vespúcio de Abreu e Silva (1868-1945)

Casou com Maria Benedita de Moura e Cunha

Em 2as. núpcias Florêncio Carlos de Abreu e Silva casou com dona Gonçalves Simões Pires Moreira; fl. de Firmino Moreira e de d. Maria do Carmo Simões Pires. neta pat de Gonçalves José Moreira n. MG e de Ana Moreira; neta mat do Capitão Gaspar Simões Pires, R Pardo, RS 16-I-1799 e de d. Florinda de Lima, n, Encruzilhada, RS

A ascendência de capitão Gaspar Simões Pires é a seguinte:

1. **Mateus Simões Pires** n. Ilha Terceira (Açores), cerca de 1724; fdo. Rio Pardo, RS 25-IV-1819 (com 95 anos), fl de Manoel Simões e de Maria da Conceição, nts. da Ilha Terceira.

Veio para Santa Catarina, em 1748, entre os povoadores ilhéus identificados como **casal do número**, passando para o Rio Grande do Sul, em 1752. Radicou-se em Rio Pardo, RS, onde tornou-se um dos primeiros a desenvolver atividades no campo do comércio, na agricultura e pecuária. Em suas viagens comerciais, viu-se, por duas vezes, envolvido em acontecimentos históricos: por ocasião da ocupação da vila de Rio Grande (1763) e desembarque das forças de dom Pedro de Ceballos na ilha de Santa Catarina (1777). Neste último episódio foi feito prisioneiro na fortaleza de Anhatomirim e depois, remetido como os demais presos para o Prata, com destino ao Vice-Reino do Chile. Conseguiu, afinal, liberdade, em Montevideu e voltou a Rio Pardo, onde o aguardavam,

angustiados, seus familiares e amigos. Obteve, nesta ocasião, posse de campos, situados na costa do rio Camaquã (“Campo das Palmas”), justificando, em seu pedido que tinha sido “...prisioneiro do Espanhol, na ilha de Santa Catarina, donde perdera 25.000 cruzados e esteve naqueles domínios bastantes anos e hoje está pagando o que naquele tempo perdeu por ser a maior parte alheio e, para melhor poder acudir ao seu crédito e honra, me pedia lhe mandasse passar uma sesmaria de três léguas de cumprido e uma de largo...”

Nesta época já tinha uma estância, “nos galhos do Capivarí” que comprara e outra (da “Aroeira”), nos “fundos do rincão de São Sepé” uma boa chácara, na freguesia de Rio Pardo, onde tinha “grandes casas”... (segundo declaração de José de Saldanha)

Este açoriano, radicado no Rio Pardo, foi o primeiro povoador rio-grandense que mereceu estudo genealógico, publicado (na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, cujo trabalho foi coordenado pelo emérito historiador Aurélio Porto (1930).

Mateus Simões Pires casou com Catarina Inácia da Purificação, n. na freguesia de S.Miguel, o Anjo da Ilha Terceira (Açores) fda. Rio Pardo, 16-I-1817 (com testº datado em 13-V-1816); fl. de Manoel Gonçalves (o mancebo), n. freguesia de Lages, Ilha Terceira (Açores) e de Águeda Maria, “casal do número” vindo para o Rio Grande do Sul em 1752; neta pat. de Manoel Gonçalves e de Maria Clara, nts da Ilha Terceira; neta mat. de João Peixoto e de Francisca do Espírito Santo, nts. da Ilha Terceira (Açores).

Em documento guardado no Arquivo Histórico do Estado, consta que Manoel Gonçalves, o mancebo,

“... serviu na praça de soldado das Ordenanças , em todos as ocasiões de defesa desta fronteira, assistindo com mantimentos, carros e bois, como fiel vassalo...”

Comprou campos que foram de Bento Barbosa, situados em Rio Pardo (“campos do Capivarí”)

Do casamento de Mateus Simões Pires foi filho

2. Antonio Simões Pires, n, Rio Pardo, 12-X-1766; fdo. na mesma vila 4-III-1856. Comerciante de animais e depois abastado estaciereiro em campos situados em Quarai, D. Pedrito, Bagé, Sarandí (no Uruguai) etc; Prestou serviço público, como Almojarife dos Armazéns Reais, em R. Pardo (de 1-II-1793 a 4-III-1796); Vereador em várias legislaturas e presidente da Câmara Municipal (que corresponde hoje ao cargo de Prefeito); Juiz de Fora; Conselheiro (suplente) do Conselho Geral da Provincial (1832), não aceitando por motivos de saúde; serviu o Terço de Ordenanças (Tenente, em 1810; Capitão em 1825 e Sarg-Mor em 1829). Casou em R.Pardo, 17-I-1789, com Maria do Carmo Violante de Queiroz e Vasconcelos, n. R. Pardo, 6-VII-1770 (b.12-VII-1770) fda 6-VIII-1847, fl. de Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, n. Vila de Queiroz, Portugal e de Maria Eulália Pereira Pinto, n. Rio Grande, neto pat de Manoel de Oliveira Luiz e de Josefa Maria de Queiroz; neta mat do Cel. de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto e de d. Francisca Velosa da Fontoura

Quando Francisco Barreto Pereira Pinto passou para o Brasil, fixando-se em Minas Gerais, providenciou documentar sua condição de integrante de família nobre. Foi-lhe, então, expedido (1728) o competente comprovante do registro da Carta de Brasão de Armas pela qual deduzimos sua ascendência como segue:

1. **Columbano Pinto**, fidalgo de cota d’Armas e senhor da Torre de vila de Sande cujo brasão de armas ostentavam as dos Pereira e as dos Pinto.

Pais de

2. Juliana Pinto Pereira c.c. Manoel Pereira Pinto

Pais de

3. Ana Pereira Rebelo c.c. Francisco Vaz

Pais de

4. Francisco Pereira Pinto c.c. Isabel Pereira Carvalho

Pais de

5. Maria Pereira Pinto c.c. Frutuoso Correa Grifes

Pais de

6. Domingos Leitão Pereira, n. da cidade de Lamego, que registrou carta de brasão de armas, em Lisboa, 24-VII-1705, como legítimo descendente de Columbano Pinto e seu sucessor.

Pais de

7. Madalena Maria Pereira Pinto c.c. Manoel dos Santos Barreto, capitão Mor de Ordenanças da Vila da Feira e também Caudel-Mor e Monteiro-Mor da mesma Comarca e nela senhor da Quinta de Boa Vista, na freguesia de Espargo.

Pais de

8. Francisco Barreto Pereira Pinto (acima referido), n. cerca de 1708 na freguesia de Lagoalva, Terra da Feira, bisp. de Coimbra, e fdo. em Viamão, RS, 21-III-1775. Veio para o Brasil; assentando praça de soldado no Regimento de Dragões de Minas Gerais, em 26-IX-1726; viu com sua unidade para o Rio Grande do Sul (28-VIII-1736), Passou, após servir nos postos inferiores, a capitão (2-XII-1750); a Sarg-Mor (18-I-1756) a Ten-Cel (1763); a Cel. (6-IV-1772). Serviu também no Regimento de Cavalaria Auxiliar. Participou da Guerra Guaranítica (1752-56); da Guerra do Sul (1763-77). Foi comandante da Guarda de Viamão (em Santo Antonio da Patrulha), encarregado da cobrança dos Direitos de passagem de tropas para as Feiras de Sorocaba, SP; representante dos Tropeiros (1740). Foi comandante da Fronteira de Rio Pardo nomeado Governador interino do Continente de Rio Grande de São Pedro (1763). Tinha elevado conceito público testemunhado em atestado do Provedor da Fazenda Real e Vedor Geral das Gentes de Guerra em 20-VIII-1798:

“... o coronel Francisco Pereira Pinto, cujo nome será eterno neste Continente, pelo bem que serve à Sua Majestade, independência com que sempre exerceu o comando, que muitos anos teve, da Fronteira de Rio Pardo.... mereceu aceitação e louvor de todos os Governadores do Continente e dos Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Vice-Reis deste Estado...” (Brasil).

Casou (1743) com Francisca Velosa da Fontoura, n. cerca de 1729 freg de Congonhas do Campos Sabará, MG fl João Carneiro da Fontoura, n. vila de Chaves, Tras-os-Montes e de Isabel da Silva. N Torres Novas, Tomar, arcebispo. Lisboa.

A ascendência de João Carneiro da Fontoura é a seguinte:

1. **João da Fontoura**, fidalgo que viveu no século XV; natural das Astúrias (Espanha), fl de Pedro da Fontoura e de Leonor Rodrigues de Araújo. Casou em Portugal com Leonor Martins de Negreiros.

Pais de

2. Manoel de Fontoura que viveu em Chaves, Tras-os- Montes. Mordomo de D. Teodósio I, 5º duque de Bragança. Foi sepultado na Colegiada da mesma vila de Chaves; fidalgo da Casa Real.

Casou com s/sobrinha d. Maria Vieira Carneiro, fl. de Martim Carneiro e de Ana de Fontoura

Pais de

3. Francisco Carneiro da Fontoura, n. Chaves.

Casou com d. Guiomar da Costa de Oliveira, fl de João Rodrigues Varela e de Helena da Costa Oliveira.

Pais de

4. Antonio Carneiro da Fontoura, n. Chaves

Casou com Maria Taveira, n. Vila Real, fl de João Taveira de Magalhães e de Maria de Carvalho

Pais de

5 Antonio Carneiro da Fontoura (II), n. Chaves. Escrivão na Comarca de Chaves. Casou com d. Francisca Velosa, fl de José de Oliveira Costa e de Mariana Velosa (senhora de casa nobre de vínculo, em Loivos)

Pais de

6. João Carneiro da Fontoura, n. e b. cerca de 1679, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves; fdo. '9-VIII-1769, em R. Pardo, RS foi o fundador desta linhagem no RS. (1737). Casou com Isabel Silva, n. cerca de 1694, em Torres Novas, com. de Tomar, Lisboa f. Rio Pardo RS 17-II-1794, fl. de Gabriel Gabriel da Costa e de Mariana de Souza, nts.de vila de Torres Novas.

Pais de

7. Francisca Velosa da Fontoura, n. cerca de 1729, na freguesia de Congonhas do Campo, Sabará, MG. Casou cerca de 1743 com Francisco Barreto Pereira Pinto, (acima já referido).

Do casamento de Antonio Simões Pires-Maria do Carmo Violante de Queiroz foi filho

3. Gaspar Simões Pires, n. R, Pardo,RS 16-I-1799 fdo. Encruzilhada RS. Militar; participou da 1a. Campanha Cisplatina (1811-12); serviu no Regimento de Cavalaria Miliciano, de Entre Rios (nomeado alferes da 6a. Cia. em 19-VI-1818); estancieiro em Encruzilhada, RS, em campos na costa do Capivarí. Casou com Florinda de Lima Veiga, n. Encruzilhada, RS com a seguinte ascendência:

a- **Marçal de Lima Veiga, n.** Portugal. Veio para o Brasil. Casou com Gracia Maria de Azevedo

Pais de:

b- Domingos de Lima Veiga, n. Porto, Portugal. Foi escrivão da Junta da Fazenda Real, em S. Paulo. Passou depois para RS, onde desempenhou os cargo de Escrivão da Matrícula da Gente de Guerra e de Guarda-Mor das Terras Mineiras; Capitão de Ordenanças.

Casou, na freg. de N.S.da Ponte, Sorocaba, SP, 7-X-1744 com d. Gertrudes Paes de Araújo, n. Sorocaba, SP fda. Porto Alegre, fl de Manoel Ferraz de Araújo e de d. Mariana Leme Corrêa Garcia

Pais de

c- Francisco de Lima Veiga, n. Rio Grande, RS fdo. cerca de 1801 Justificou sua nobreza, sendo reconhecido Cadete, em 6-XI-1776 (Livro VIII, fls. 32). Militar, serviu na Campanha do Sul (1763-77) e na Campanha das Missões (1801), onde morreu em combate.

Casou com Juliana Maria de Freitas, n. R.Pardo (b.25-IV-1772) fl. de **Manoel de Freitas Teixeira**, n. cidade de Funchal, Ilha da Madeira (cerca de 1738) e de Maria do Nascimento, n; vila da Praia Ilha Terceira, (Açores); neta pat de Manoel de Freitas Teixeira e de Maria Xavier, nts. da Ilha da Madeira; neta mat de Diogo de Souza e de Catarina de São Francisco, nts. da Ilha Terceira. Manoel de Freitas Teixeira veio

para o Rio Grande do Sul como “**casal do número**” em 1752. Aqui serviu, primeiramente, como Capataz del Rei, conduzindo “tropas para o municio” das forças, na Campanha do Sul (1763-77); depois como Almojarife da Fazenda Real, no Quartel de Rio Pardo, por três anos (desde 1-I-1768 até 31-XII-1777), quando prestou as competentes contas. Incorporado ao Corpo de Cavalaria Auxiliar sob o mando do legendário Rafael Pinto Bandeira, participou da Surpresa ao Acampamento de Santa Bárbara (3-I-1774) e do cerco da fortaleza de Santa Tecla (6-I-1776) como Tenente; Capitão de Ordenanças (nom. 17-I-1784); Comandante de Distrito (1784). Depois de terminada a Campanha do Sul (1763-77) requereu a posse de campos localizados na Serra do Erval (com 3 léguas quadradas) concedidos em 4-IV-1780 e comprou outros (13-VII-1781) nas costas do rio Irapuá, com 1 légua em quadro.

Francisco de Lima Veiga-Juliana Maria de Freitas são os Pais de d. Florinda de Lima Veiga, acima referida como esposa do Capitão Gaspar Simões Pires (Ver I-1 3) foram os

Pais de

e- Maria do Carmo Simões Pires casada com Firmino Moreira

Pais de

f- Gonçalves Simões Pires Moreira, 2a. esposa do Senador Florêncio Carlos de Abreu e Silva (Ver I-1, acima referido)

Pais de

5- Lavinia de Abreu e Silva

Casou com Otto Schiling

6- Felix de Abreu e Silva

Casou com Edelvira Leyroud

7- Florêncio (Carlos) de Abreu e Silva (Filho), fundador e primeiro Presidente do IHGRS. (Ver em II-7 a seguir)

II-7 FLORÊNCIO (CARLOS) DE ABREU E SILVA (FILHO) n. Rio de Janeiro, 13-I-1882, onde f. em 24-II-1969.

Bacharel pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1903); magistrado. Exerceu o cargo de Juiz, em Taquara (1907-08); em São Borja (1908-11); Rio Pardo (1913-17); Santa Maria (1917-19); Procurador Geral do Estado, em Porto Alegre; redator da GAZETA DO COMÉRCIO de Porto Alegre; Diretor do Arquivo Público do Estado. FUNDADOR do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920); da Revista do Arquivo Público (1921) e a do Instituto Histórico e Geográfico do RS (1922). Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Porto Alegre; Juiz da Corte de Apelação do RS (1924-33) Chefe de Polícia do Estado (1928-33) Passou a residir no Rio de Janeiro (1934), onde desempenhou as funções de presidente do IBGE; advogado do Banco do Brasil; presidente da Cia. Brasileira de Petróleo (GULF); membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Sociedade Brasileira de Geografia; do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo; do Instituto da Ordem dos Advogados Membro da Academia Sul Rio-Grandense de Letras (e seu representante no Rio) e da Federação das Academias de Letras do Brasil. Historiador, Jurista, conferencista.

Sua bibliografia consta em “Escritores do Rio Grande do Sul” de Arí Martins (já referido).

Casou em São Borja, 3-XII-1910, com d. Wanda Sarmanho, n. S. Borja fl. de Antonio Sarmanho e de Alzira Castilho de Lima; neta pat de Joaquim Antonio Sarmanho, n. Pará e de d. Virgínia Guimarães, n. RS

Pais de:

1 Alzira Sarmanho de Abreu , n. S. BORJA 1911

2 Ruth de Abreu, n. 1913

3 Lavínia de Abreu, n. 1915

4 Antonio Carlos de Abreu e Silva, n, 1925, em P.Alegre f. 4-II-198_

Diplomata

Florêncio de Abreu foi o principal animador e coordenador de um grupo de pesquisadores e estudiosos da História e Geografia do Rio Grande do Sul que se reuniram naquele 5 de agosto de 1920, no Arquivo Público do Estado para fundar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Bibliografia

1. Borges Fortes, gen. João - TRONCOS SECULARES. O povoamento do Rio Grande do Sul. ed. Rio de Janeiro 1931
2. Porto, Aurélio - SIMÕES PIRES (nota genealógicas) in Revista do IHGRS. Ano X, III e IV trimestres Porto Alegre 1930
3. Fabrício, José de Araújo - A NOBRE ASCENDÊNCIA DE JERÔNIMO DE ORNELAS" in Revista do IHGRS, nº 109-112 de 1948
4. Felizardo, Jorge Godofredo - ESBOÇO BIOGRÁFICO de Antonio Simões Pires 1766-1856 in Revista do IHGRS Ano X, III e IV Trimestres. Porto Alegre, 1930
5. Felizardo, Jorge Godofredo e Fonseca Guimarães João Pinto- GENEALOGIA RIOGRANDENSE ed. Porto Alegre, 1937
6. Felizardo, Jorge G. - "CAPITÃO FRANCISCO DE AZAMBUJA e sua descendência" in Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº I ed. 1952
7. Freitas, Leopoldo - "O SENADOR FLORÊNCIO DE ABREU E SILVA in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS
8. Noronha, Henrique Henriques de -"NOBILIÁRIO GENEALOGICO" 1700 ed. 1947
9. Teixeira de Carvalho, Mário - NOBILIÁRIO SUL RIOGRANDENSE ed. Porto Alegre 1937
10. Xavier, Paulo - MATEUS SIMÕES... ESQUECIDO? in CORREIO DO POVO, Caderno de Sábado, ed de 13-I-1968.

Documentos

Arquivo Histórico do Estado

Arquivo Público do Estado

Arquivo Eclesiástico (de Porto Alegre, RS e de Salvador, BA)

Arquivo Genealógico de Araújo Fabrício (IHGRGS)

Arquivo Genealógico do Autor

Arquivo Genealógico de Jorge G. Felizardo (Cúria Metropolitana)

Legenda da fotografia da próxima página

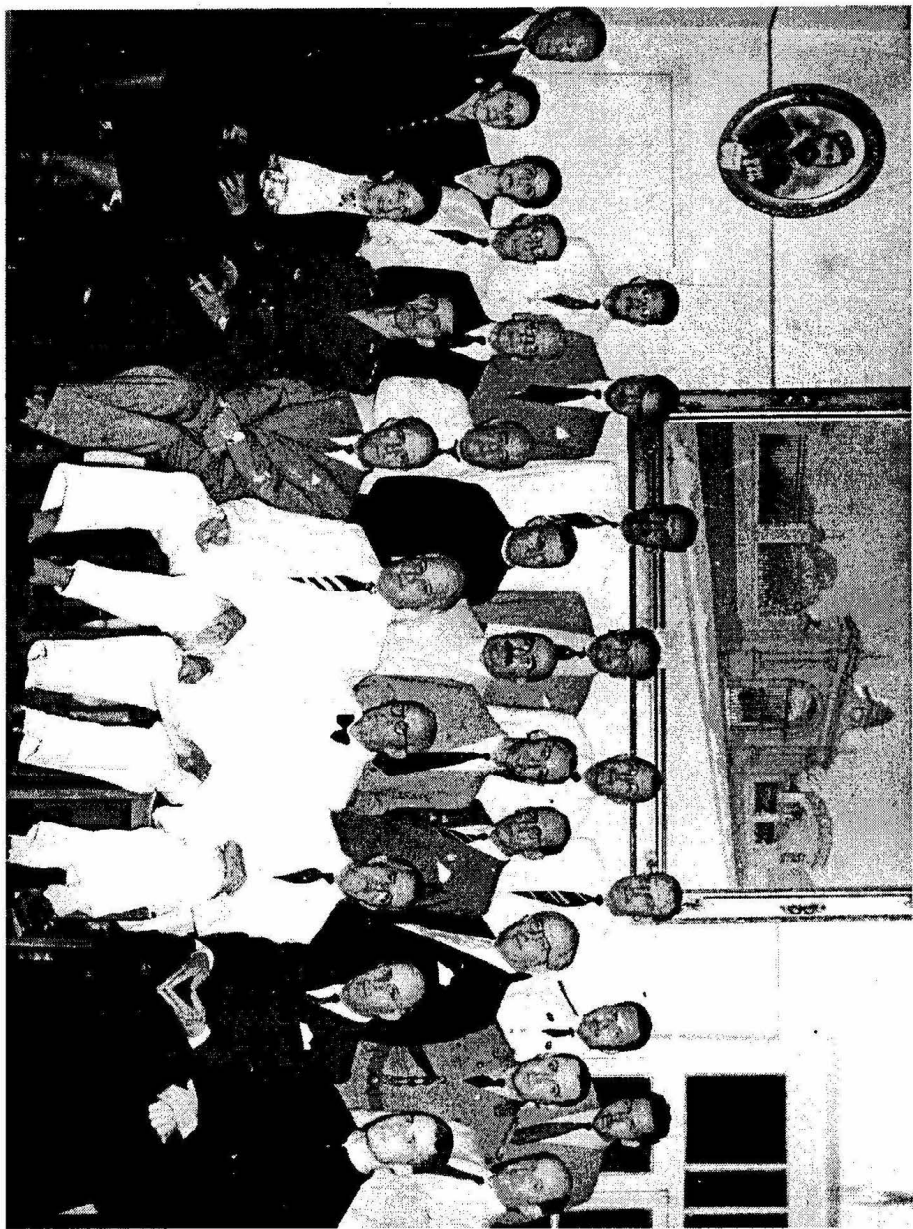
Assembléia Geral Extraordinária em homenagem ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa, por motivo da doação do terreno e prédio em que o IHGRGS se achava sediado na rua Riachuelo. 7 de dezembro de 1948.

Da esquerda para a direita.

Sentados: Lúdia Moschetti, MAJ Milton Pereira- pelo GEN CMT da 3a. R.M., Edgar Schneider – Presidente da Assembléia Legislativa, Walter Jobim- Governador do Estado, Eduardo Duarte – Presidente do IHGRGS, Hugo Candal - Presidente do Tribunal de Justiça; Ildo Meneghetti - Prefeito de Porto Alegre, Pe. Antonio Lorenzato representando o Sr. Arcebispo Metropolitano.

1ª Fila: Luiz Rodolfo Gaieski, Ceci de Castro Canto e Melo Gaieski, Maria Pia da Silva Barreto, Afonso Guerreiro Lima, Luiz Carlos Moraes, Gaston Hasslocher Mazon, Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, Dante de Laytano, Deputado Mem de Sá, Othelo Rosa, José Pereira Coelho de Souza, CAP Olavo Jurquia Castagna, Olintho Sanmartin.

2ª Fila: TEN CEL Odem Menezes Deão, Paulo Xavier, José de Araújo Fabrício, Jorge Godofredo Felizardo, Armando Dias de Azevedo, Abeillard Barreto, 1º. TEN Renato Ramos- representando o Sr. CMT Geral da Briga da Militar, Luiz Carlos Barbosa Lessa.



7.12.1948 – Assembléia Geral Extraordinária, em homenagem ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa por motivo da doação do terreno e prédio em que o IHGRGS se achava estabelecido na Rua Riachuelo e hoje ocupado pela atual sede.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893

A DEGOLA DO BOI PRETO

Mozart Pereira Soares

Entre os episódios ocorridos no antigo município de Palmeira das Missões durante a Revolução Federalista de 1893, tem particular interesse o morticínio do Distrito do Boi Preto, um dos maiores da luta que, só encontra paralelo no genocídio da Mangueira de Pedra (Rio Negro, Bagé), que o precedeu e, segundo voz corrente, foi ainda maior. Afirma-se que naquela cidade da Fronteira Sul, os sacrificados por Adão de La Torre (e outros) somaram 410, enquanto na hecatombe serrana, conforme telegrama do comandante do massacre Firmino de Paula ao Presidente Júlio de Castilhos, atingiram 370.

Minha intenção ao invocar o acontecimento é divulgar fatos pouco difundidos, testemunhados por alguns membros de minha própria família, dos quais ouvi, em criança, freqüentes relatos. Entre eles, meu avô paterno, naquela hora Tenente do corpo militar de Firmino, mais os de seus dois cunhados, companheiros de farda, José Fidêncio e Mititão Rodrigues. As narrativas deles coincidem com o depoimento que gravei, na entrevista com o Coronel da Brigada Militar do Estado José Rodrigues, à véspera do centenário de Palmeira das Missões.

Penso também justificarem-se algumas considerações sobre as degolas, que não foram exclusivas de nenhum dos bandos em luta naquela hora sangrenta, mas, procedimento de ambos, com igual crueldade, se quisermos.

Naquele instante afigura-se-nos que as atitudes dos contendores obedeciam a Lei do Ódio, (diretamente proporcional à semelhança dos antagonistas: ambos perseguiam o mesmo alvo, a posse do Poder). Ao contrário, sabe-se que na Revolução Farroupilha, não houve praticamente degolas, o mesmo ocorrendo com a de 1923.

O assunto comporta variadas indagações que, obviamente, aqui não se podem desenvolver. Mas ficam estas reflexões:

- Que fazer, nessa Sociedade primitiva, meio carniceira desses tempos, com prisioneiros de guerra, às vezes quase tão numerosos como os próprios aprisionadores?

- Desarmá-los e libertá-los?

Este primeiro resultado é facilmente previsível: eles se rearmariam e voltariam.

- Mantê-los escravizados?

É claro: nesta condição estaríamos reproduzindo o último estagio social do prisioneiro de guerra conservado. Ou seja, transformando em servos. Isto, no entanto, só seria viável numa situação de normalidade e não numa situação anômala. Outra consequência negativa para um contingente em luta armada: seria anular-se a eficácia contendora da corporação, convertida em vigilante e não beligerante. Ademais, outro sério problema para entes humanos: como alimentá-los, se mal têm os vencedores para eles próprios?

Vê-se que a solução compulsória é a eliminação pura e simples do inimigo, exatamente como fizeram as duas hostes aqui em confronto. A diferença, no caso,

seria de estilo de tratamento, mais ou menos tolerante, mais ou menos rancoroso.

Da narrativa do Coronel José Rodrigues, palmeirense, filho de participante da tragédia aqui resumida, emerge o perfil psicológico de Firmino de Paula (analisado também por Arthur Ferreira Filho em *Revoluções e Caudilhos*).

Fala o Coronel Rodrigues:

- “Depois das primeira lutas em nosso município (Palmeira) emigrou para o Estado do Paraná o Coronel Ubaldino Machado, um daqueles ressentidos com a destituição do poder trazida pelo 15 de novembro de 89, que se alistara entre os revolucionários. Antes fora ele protagonista de uma rebeldia em Campo Novo: ao lado do Cel. Luciano Ferreira Martins, tratara de evitar uma eleição para Juiz de Paz. Em março de 1894, começou a reunir gente em Palmeira e se pôs à frente de um corpo de 400 a 500 homens. Marcharam então para Santo Ângelo. Numa refrega próxima àquela Vila, perdeu cerca de 40 soldados, mas conseguiu apoderar-se de seu objetivo. Seus companheiros Marcelino Galvão Bueno e Manuel Fagundes, permaneciam em Palmeira.

Para esta localidade marchou um Coluna governista, que obrigou os chefes rebeldes a se afastarem para o Rincão da Fortaleza (hoje Seberi). Galvão Bueno, que tentara enfrentar os governistas com uma carga de lança, foi desbaratado. Manuel Fagundes escapou. Por esse mesmo tempo o Coronel Antônio Ferreira Prestes Guimarães, que se encontrava emigrado em São Tomé, Republica Argentina, resolveu retornar ao teatro da luta, para reanimar o movimento.

Chegado ao Campo Novo, a 8 de março, soube da tomada de Palmeira pelos governistas. Não podendo seguir por ali para Passo Fundo, sua terra, dirigiu-se a Santo Ângelo, onde chegou a 13, e foi aclamado Comandante em Chefe das forças serranas, pela tropa do Coronel Ubaldino, que estava de posse da praça. A força governista que ocupara Palmeira, se afastara para Cruz Alta. O fato ensejou a Ubaldino apoderar-se da Vila, então abandonada.

Na marcha, tendo passado pela Fazenda das Brancas, de propriedade de Firmino, aí recolheu gado e cavallhada. Dias depois acampou num Capão, hoje conhecido como da Mortandade, a uns dez quilômetros do Povoado do Boi Preto.

Prestes Guimarães acompanhado de escolta e seguindo pelos matos do Rio da Várzea, rumo a Passo Fundo, aí chegou a 3 de abril, encontrando seu companheiro Veríssimo com uma pequena guarnição. No dia imediato se aproximou de Passo Fundo o Gen. Lima vindo de Santa Catarina à frente da poderosa Divisão do Norte, em perseguição a Gumercindo Saraiva. Prestes e seu companheiro tomavam o rumo de Soledade, enquanto o Gen. Lima seguia para Nonoai. Mas Firmino de Paula à frente de uma tropa bem armada, dirigiu-se para Palmeira. Na madrugada de 4 de abril de 1894, cercou a força do Cel. Ubaldino, depois de haver aprisionado o piquete revolucionário de observação. Poupan a vida de um componente apenas, com a condição de lhe indicar precisamente o local do acampamento, o que lhe permitiu deitar mão de toda a tropa, entregue sem resistência”.

Entre os subordinados do Cel. Ubaldino Demétrio Machado - este seu nome completo figuravam o pai do depoente, então solteiro, um irmão deste, de nome José (a quem o Cel Rodrigues deve seu nome), mais um primo irmão de sua mãe, Carlos Evangelista de Vargas e o Capitão Sérgio Araújo.

Continua o Cel. José Rodrigues:

- Na noite de 4 para 5 de abril correu a notícia de que a Paz seria assinada em breve. Os oficiais que assim o desejassem, poderiam visitar suas famílias. Os que necessitassem dinheiro, teriam como obtê-lo, vendendo armas para oficiais do Exército que viriam em seguida.

Face a essas notícias, ficou o acampamento entregue a um oficial, Tenente, informa-se.

O Capitão Sérgio, um dos sobreviventes, não acreditou na promessa de Paz, nem na venda de armas e se retirou do acampamento, com alguns companheiros.

Os remanescentes passaram uma noite divertida: churrasco, baile com mulheres trazidas de Palmeira, música e bebidas. À meia-noite, houve ordem de se apagarem fogos, a que nem todos obedeceram. Pela madrugada, dois irmãos Brizola, João e José, foram ao córrego que margeia o Capão, à busca de água para o chimarrão, quando viram num *passo* a alguns metros do ponto em que se encontravam, soldados transpondo o córrego aos pulos, com as armas a tiracolo. Pareceu-lhes, como um deles mais tarde confessou, “uns cabritos pulando o córrego”.

Um dos Brizola resolveu alvejá-los e, mal o fez, estourou uma fuzilaria em torno do capão, nesse momento inteiramente sitiado. Ante à confusão estabelecida, enquanto alguns caíam feridos ou mortos, outros procuram escapar subindo em árvores, outros ainda fugiam semi-ocultos pelo inato, e depois pelos caraguatás do banhado próximo. Mulheres gritavam em pânico, animais disparavam assustados.

“Ao clarear do dia, os sitiados hastearam uma bandeira branca. O fogo então cessou, os revolucionários foram sendo tirados em pequenos grupos, desarmados, amarrados e levados à presença de Firmino que, então, teria oportunidade de aplicar sua doutrina de guerra”

Arthur Ferreira Filho deixou-lhe interessante perfil em *Revoluções e Caudilhos*.

Certa ocasião o afamado cabo de guerra foi alvo de homenagem popular no Grande Hotel, de Porto Alegre. Um estudante republicano pretendia inocentar Firmino de supostas maldades com prisioneiros, quando ele resolveu intervir:

- Essa eu mesmo respondo. Quem vai armado para a coxilha, não pretende brincar. Vai com objetivo de matar. Antes que o faça, deve ser morto. É a lei da guerra. Outra dele: “- Inimigo não se poupa. Quem o inimigo perdoa, nas mãos lhe morre”.

Na triagem a que submetia os capturados, adotava invariavelmente sua norma:

- “Velho aprisionado, não se emenda. Ele está em combate com inteira consciência de seus atos. Seu destino deve ser a morte, sem contemplação. Os jovens, porém, são suscetíveis de aproveitamento. Muitas vezes são incorporados compulsoriamente e, assim, até talvez desejem libertar-se”.

A esse respeito, o Cel. José Rodrigues nos traz dois marcantes exemplos narrados por seu pai.

O primeiro refere-se ao primo Carlos Evangelista. Levado à presença de Firmino, bem trajado, portando fino relógio, anel e corrente de ouro, foi interrogado:

- Que está fazendo o Senhor, um moço bem apessoado, com esta corja?
- Estou na Revolução, coronel.

- E não seria capaz de abandonar essa má companhia e nos ajudar a manter a ordem?

- Infelizmente não posso.

- Nesse caso, levem o homem para que cumpra o destino traçado...

Era a degola já acertada entre os governistas. Firmino trazia cordas e tentos para amarrar os presos que contava fazer. Os suplícios dos tentos de couro cru eram os piores: à medida que secavam, mais apertavam os membros que inchavam a ponto dos supliciados implorarem a própria morte.

Sorte diversa teve seu pai. Quando Firmino lhe perguntou se serviria nas forças legais, respondeu convictamente;

- Sim, pois eu pertenço aos republicanos e não aos federalistas. Estou aqui porque eles me pegaram.

Declarando-se domador, Firmino mandou tirar-lhe a prova. Ele montou, surrou o animal, ingressou na tropa e, no ano seguinte deixou Cruz Alta, no posto de Cabo.

A degola não foi feita em massa, mas em lotes, ao longo da marcha, entre Boi Preto e Santa Bárbara. Por ordem do Comandante os cadáveres ficariam inseputos, entregues aos corvos e cães selvagens, nesse tempo muito numerosos.

Para outros, o fato de não se darem às vítimas à sepultura, deveu-se à escassez de recursos para sepultamento, face ao elevado numero de sacrificados. Os poucos confiados à terra o foram através de mulheres, que enterraram parentes e amigos, em covas rasas. Os cadáveres estufados reapareciam e, para maior evidência do castigo, os campos foram queimados.

Fato também controvertido é o numero de sacrificados. A coluna de Ubaldino compunha-se de pouco mais de quinhentos homens. Firmino de Paula, após o massacre, telegrafou ao Presidente Júlio de Castilhos comunicando ter morto 370 maragatos e aprisionado três carretas, 38 *comblains*, 222 lanças, munição, abundante armazenamento particular, além de quinhentos animais, parte de sua propriedade.

Por esse inventário melancólico, vê-se que a tropa maragata era quase desarmada: trinta e oito *comblains* para quinhentos homens! Mas depositavam uma confiança de fanáticos no poder de suas duzentos e vinte e duas lanças, nos cacetes de três quinas, nas velhas garruchas e nas adagas, sempre presentes naqueles que recordavam nossos legendários Farroupilhas.

A JUNTA DE JUSTIÇA, PRIMEIRO TRIBUNAL RIO-GRANDENSE

Sérgio da Costa Franco

Ao iniciar-se a ocupação lusitana do Rio Grande do Sul em 1737, a estrutura judiciária do Brasil era ainda extremamente precária, existindo apenas uma corte recursal – a Relação do Brasil –, com sede na Bahia. Mas não nos parece provável que algum processo, cível ou criminal, iniciado no Rio Grande do Sul, tenha chegado ao conhecimento do longínquo tribunal baiano. Sobretudo porque só viemos a ter justiça ordinária de primeira instância a contar de 17 de dezembro de 1751, data da instalação da primeira câmara municipal de Rio Grande. Diga-se de passagem, instalada pelo Ouvidor da comarca de Paranaguá, que era o titular da circunscrição judiciária do extremo sul.

Ora, operando-se em meados do século XVIII a bipartição da Relação do Brasil em Relação da Bahia e Relação do Rio de Janeiro, foi esta última instalada em 15 de julho de 1752, com jurisdição sobre todas as capitanias do sul, inclusive, obviamente, o Rio Grande de São Pedro. Destarte, no momento em que mal começava a germinar a vida civil no Continente, começou a funcionar a Relação do Rio de Janeiro, perante a qual, fora de dúvida, foram postular os primeiros recorrentes, eventualmente inconformados com as decisões de primeira instância.

Pode-se bem avaliar o quanto seria deficiente a administração da Justiça durante o período colonial, dado que aos juizes ordinários, eleitos pelos “homens bons”, tocava uma competência muito limitada, devendo todas as causas de maior relevo subir ao conhecimento do Ouvidor da comarca, que, depois de Paranaguá, teve sede em Santa Catarina até 1812, quando Porto Alegre se tornou cabeça da jurisdição.

Sucedida, então, desde o crepúsculo do século XVIII até os albores do século XIX – época em que o Rio Grande cresceu significativamente em população, riqueza econômica e até em área territorial –, que os réus de crimes de maior gravidade deveriam ser conduzidos até Laguna, onde eram julgados em primeira instância pela Ouvidoria, e eventualmente transportados até o Rio de Janeiro para enfrentar o julgamento da Relação. Esta, a partir de 1808, denominada Casa de Suplicação do Brasil. Pode-se bem imaginar a pobre eficácia dessa justiça criminal exercida à longa distância dos locais do crime.

Isso explica o pedido de providências feito pelo Governador da Capitania, o Marquês de Alegrete, em 30 de março de 1816, ao qual respondeu prontamente o Rei Dom João Sexto em 19 de julho do mesmo ano, em documento que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e que a seguir transcrevemos “ipsis litteris”:

Honrado Marquez de Alegrete, Governador e Capitão General da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Amigo: Eu EL REI vos envio muito saudar como aquelle que amo e prezo. Constando na minha Real Presença pela vossa conta de trinta de março do correste ano, que nessa Capitania se commettem muitos e atrozes delictos com danno dos meus fieis vassallos, perturbação e offensa da publica tranquillidade e da segurança pessoal, e de que devem gozar todos debaixo da protecção das Leis; e que o motivo desta frequencia, multiplicidade e atrocidade de crimes he, alem da ferocidade e falta de civilização de muitos dos habitantes desse vasto e ainda pouco povoado territorio, a impunidade dos delictos, que ou fição de todo por punir, ou se lhes impõem as penas muito tempo depois, e muito longe do lugar em que acontecerão, por se remetterem as Cadêas da Casa da Supplicação alguns Reos, que em conformidade da Lei do Reino devem ser a ellas enviados com seus respectivos Processos, onde se demorão pela concurrencia dos que nellas se ajuntão, vindo a verificar-se o castigo quando já não há memoria dos delictos, e em lugar mui remoto d'aquelles em que se perpetrarão: Querendo remediar estes funestos males, estabelecendo meios com que sejam ahi mesmo punidos os Reos com a mais possivel brevidade, ajuntando-se á certeza da pena a presteza da execução, e o ser presenciada pelos que virão commetter os crimes, ou os ouvirão contar, o que muito evita a frequencia delles; e sendo a instituição das Juntas de Justiça hum estabelecimento mui proporcionado para se conseguirem estes uteis fins, como se tem verificado em outras Capitánias em que se achão estabelecidas: Sou servido crear também huma nessa Capitania; e será composta de vós como Presidente com voto de desempate, sempre que for necessário votar, do Ouvidor da Comarca que será o Juiz Relator, do Juiz de Fora dessa Villa, e dos Desembargadores Juiz d'Alfandega, e Luiz Corrêa Teixeira de Bragança, e de algum Ministro que para o futuro se haja de crear, e dous Advogados, na falta destes, de melhor nota e probidade que vós nomeareis, ou dous Vereadores quando não houverem Advogados de boa nota, vindo sempre a ser composta de seis vogaes, e vencendo-se as condemnações de dez annos de degredo para cima, por quatro votos conformes, e por tres em todos os casos, e verificando-se a redução nos termos do Assento de nove de Abril de mil seiscentos e nove.

Nesta Junta que vós convocareis quando pela occurrencia dos Processos e Reos prezos vos parecer necessario, serão julgados breve e sumariamente os Reos de todos e quaisquer crimes, salvo os de Lesa Magestade de primeira cabeça, e que não forem Ecclesiasticos ou Militares que gozem de privilegio de foro, sem excepção de qualidade de Brancos, Indios, Mulatos ou Pretos, sendo primeiro ouvidos com a sua defesa em tempo breve na forma da Lei do Reino, e as sentenças que se proferirem nesta conformidade serão executadas, sem que se suspendão jamais por qualquer motivo.

A este fim se remetterão aos Juiz Relator os Processos com os Reos presos de todo o districto da Capitania, assim dos que em virtude da Lei se devem remetter as Cadêas da Casa da Suplicação, como de todos os mais presos de outros delictos quaesquer que sejam, excepto aquelles que estiverem em livramento ordinario e tiverem partes que os accuzem; e destes e dos mais que se livrão soltos com Cartas de Seguro ou Alvarás de Fiança, com parte ou sem ella, continuarão nos Processos os termos até agora praticados estabelecidos nas Leis. E fareis guardr em todo o mais que for necessario a este respeito, que não for aqui declarado, o que se observa na Cidade de S. Paulo em virtude da Carta Regia de quatorze de janeiro de mil setecentos e setenta e cinco, e em Villa Rica segundo a Disposição de outra de vinte e dous de Setembro de mil oitocentos e treze, observando-se também o Alvará de quinze de Novembro de mil oitocentos e dez, no que for applicavel e não se encontrar com o que nesta Determino. Cumpri-o assim, sem embargo de quaesquer leis ou Disposições em contrario que todas Hei por derogadas para este effeito somente. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro, em dezenove de julho de mil oitocentos e dezesseis.

REY

Para o Honrado Marquez de Alegrete.

for necessario a este respeito, que não for aqui declarado, o que se observa na Cidade de S. Paulo em virtude da Carta Regia de quatorze de janeiro de mil setecentos e setenta e cinco, e em Villa Rica segundo a Disposição de outra de vinte e dous de Setembro de mil oitocentos e treze, observando-se também o Alvará de quinze de Novembro de mil oitocentos e dez, no que for applicavel e não se encontrar com o que nesta Determino. Cumpri-o assim, sem embargo de quaesquer leis ou Disposições em contrario, que todas Hei por derogadas para este effeito somente. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Julho de mil oitocentos e dezesseis.

Rey . . .

Para o Honrado Marquez
de Alegrete.

fac-símile da Carta Régia (trecho) – Acervo Arquivo Histórico RS

Este o inteiro teor do documento que institui o primeiro tribunal em terras do Rio Grande do Sul. Mas não se tratava de uma inovação isenta de precedentes. Segundo seu texto, inspirava-se em outras juntas já anteriormente criadas em outras capitanias: pelo menos em São Paulo e em Minas Gerais. Pode-se ler em MARTINS JÚNIOR, História do Direito Nacional, Brasília, 1979, p.129, após haver sintetizado a organização judiciária do Brasil Colônia:

Talvez seja não só conveniente, como necessário, aumentar a classificação que afica com as JUNTAS DE JUSTIÇA, mandadas instituir em toda a colônia pelo Alvará de 18 de janeiro de 1765. Eram as referidas Juntas pequenos tribunais compostas do ouvidor de uma capitania e de dois letrados adjuntos, que antes mesmo do Alvará de 65 sentenciavam sumariamente em certos pontos do país.

Compunha-se a Junta rio-grandense de sete membros, sendo seu presidente o próprio Governador da Capitania, que só votaria quando necessário desempatar decisões, mais seis vogais, tendo como relator permanente o Ouvidor da Comarca. Especialmente escalados pela Carta Régia para funcionarem como membros da Junta foram o Juiz de Fora de Porto Alegre, o Juiz da Alfândega, que era o Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro Visconde de São Leopoldo) e o Desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança, que já exercera os cargos de Ouvidor de Santa Catarina e Juiz de Fora de Porto Alegre. As outras cadeiras seriam ocupadas *por algum ministro que para o futuro se haja de criar*, o que logo aconteceu pela criação dos cargos de juiz-de-fora de Rio Grande (1816) e de Rio Pardo (1819).

O sempre objetivo SAINT-HILAIRE, em seu diário de viagem (em 1º/7/1820) deu notícia sobre o funcionamento da Junta de Justiça: *Antes do governo do Marquês de Alegrete, predecessor do Conde da Figueira, os criminosos da Capitania eram julgados no Rio de Janeiro. Mas, como nessa distante cidade era difícil reunir provas suficientes para os condenar, e como ninguém ficasse contra eles, era hábito deixá-los durante vários anos nas prisões, terminando por dar-lhes liberdade sem julgamento prévio. O Marquês de Alegrete pediu e obteve do Rei a criação de uma Junta Criminal, que se deve reunir todos os anos, composta do General, do Ouvidor e do Juiz de Fora de Porto Alegre, dos Juízes-de-Fora de Rio Grande e de Rio Pardo, e de dois desembargadores que residem atualmente em Porto Alegre. A formação dessa junta apresenta o inconveniente de forçar os juízes-de-fora do Rio Grande e de Rio Pardo a abandonar suas funções ordinárias, distanciando-se um sessenta e outro trinta léguas de suas residências habituais. Em consequência do proverbial descaso e morosidade que se aplica a tudo quanto diz respeito à administração pública, a Junta ficou, durante muitos anos, sem se reunir, e quando se reunia era por pouco tempo. Este ano ela se*

dissolveu após haver julgado quatro indivíduos, entre os duzentos acusados existentes nas prisões de Porto Alegre.

Segundo podemos constatar através do exame direto dos processos existentes no Arquivo Público do Estado, sob a rubrica do Cartório do Júri de Porto Alegre, maços nº 2 a 12, a Junta funcionou pela primeira vez em 1818. O curioso foi verificar que a Independência nacional e a própria vigência da Constituição de 1824 não estancaram o funcionamento desse tribunal especial, que operou ainda no ano de 1832, sendo extinto como decorrência do Código de Processo Criminal deste mesmo ano.

Em ensaio que escrevemos a propósito da criminalidade do escravo gaúcho no início do século 19, já tivemos ocasião de comentar algo sobre o desempenho dessa corte, que promoveu em Porto Alegre as primeiras execuções na forca, e que afinal não obteve a celeridade nos julgamentos, almejada pela Carta Régia de 1816. As dificuldades de reunir todos os membros da Junta retardavam a realização de suas reuniões, o que foi, repetidamente, objeto de lamentos dos presidentes da província, segundo se vê de seus respectivos relatórios.

FERNANDES PINHEIRO, na abertura do Conselho da Província em 11 de abril de 1825, não deixou de destacar que *apesar dos constantes trabalhos da Junta de Justiça na longa sessão desde 14 de abril até 23 de setembro do ano passado, da qual saíram sentenciados trinta e seis réus, tem-se depois acumulado nas prisões, e se tornava sumamente difícil uma nova convocação pela falta de três dos seus Vogais Letrados e inconvenientes da longa ausência dos seus empregos*. Tirar os juizes de suas comarcas no Interior, para virem officiar na Capital, gerava os inconvenientes que SAINT-HILAIRE já mencionara em seu diário de 1820.

Em 1º. de setembro de 1828, o Presidente Salvador José Maciel, presidindo o mesmo Conselho, informou os conselheiros de que, no momento, achava-se congregada a Junta de Justiça, e, por isso, julgava desnecessário que os juizes-de-fora regressassem às suas comarcas para presidirem as assembléias paroquiais para a eleição de deputados. Nesse mister poderiam ser substituídos, não convindo interromper o funcionamento da Junta. E nesse mesmo sentido opinaram os conselheiros. (ATAS DO CONSELHO, fl. 66r., AHRs).

Pela ata de 20 de março de 1830, do Conselho da Província, pode-se ver que, na mesma data, achava-se em funcionamento a Junta de Justiça, e a seu respeito se pronunciou expressamente o Presidente Caetano Maria Lopes Gama no relatório apresentado em 1º. de dezembro, apud JEAN ROCHE, L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847, p.67: *A demora das punições dos poucos réus que chegam a ser trazidos a Juízo, é outra causa de animação para os delitos: a Junta de Justiça que entre seus membros*

deve contar os Juizes-de-Fora do Rio Grande e Rio Pardo, Vilas 60 léguas distantes desta Cidade, não pode exercer as suas funções regulamentares; e quando estes Magistrados se reúnem aqui, é sempre em detrimento dos povos de suas jurisdições.

Queixas iguais são as do Presidente Manoel Antônio Galvão em relatório de 1º. de dezembro de 1831 (op. cit. p.80): *Encerrou a sua sessão neste ano a Junta Criminal de Justiça; releva sobre este assunto chamar a atenção do Conselho, os embaraços que oferece a freqüente convocação destas Juntas são palmares: suportam os Magistrados que não têm domicílio na Cidade uma despesa superior à sua renda; os povos da sua jurisdição grande falta neste intervalo; pesa sobre os poucos advogados que há quase todo o trabalho; dificultam-se as defesas, e a punição dos crimes necessariamente tardia, denuncia a organização da Junta de Justiça ineficaz em sua composição. Uma Junta permanente faria desaparecer tantos inconvenientes.*

O relatório do mesmo Presidente GALVÃO em 1º. de dezembro de 1832 é prova de que a Junta ainda funcionou naquele ano, quando já fora promulgado, em novembro, o Código de Processo Criminal, que a extinguiu. Em nossa pesquisa de arquivo não chegáramos a ver processos julgados em 1832. Mas aquele relatório não deixa dúvidas quando refere: *A Junta de Justiça instalou as suas sessões; foi tardia, e a inconvenientes que se não puderam remover antes, se deve a demora. Sustenta a Nação perto de cento e quarenta presos, e em tanto monta o número quer dos que já foram sentenciados, quer dos que devem ser ainda processados.* (ROCHE, op. cit. pág. 94).

No ano seguinte, criaram-se as primeiras cinco comarcas da Província, abria-se passo ao funcionamento do Tribunal do Júri, e a Junta de Justiça passava a ser uma página virada da organização judiciária gaúcha. Entretanto, os feitos por ela julgados, que podem ser encontrados no Arquivo Público do Estado, constituem rico manancial para o estudo da história social e cultural do Rio Grande adolescente.

A BRIGADA PORTUGAL E A DIVISÃO DO CENTRO EM OPERAÇÕES NO LITORAL (1893/94)

Coralio Bragança Pardo Cabeda

-1-

No segundo semestre de 1893, quando os revolucionários federalistas cruzavam os sertões do norte do Estado em demanda do território catarinense, organizou-se uma expedição que, em manobra atrevida, deveria cortar-lhes a frente.

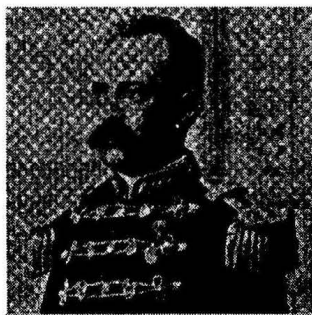
A reconstituição desses fatos, hoje em quase completo esquecimento, além de abordar as operações militares oferece-nos a oportunidade de conhecer um pouco da vida do soldado de 93.

Participante da grande tragédia que foi a Revolução Federalista, embrutecido pela violência, sofrendo com a precariedade ou quase inexistência de sistema logístico digno desse nome e submetido aos rigores e horrores de código disciplinar do século XVIII, não é de admirar que esse homem – soldado de ofício ou simples civil arregimentado – agisse de modo censurável em relação à vida e aos bens de quantos julgasse inimigos, quando não de seus próprios superiores. Estes, nem sempre modelos de conduta, muitas vezes fechavam os olhos ao comportamento dos subordinados. Noutras, castigavam com inusitada violência, raiando à desumanidade.

-2-

Quando as forças reunidas de Gumercindo Saraiva e do General Salgado,¹ iludindo o cerco preparado com os efetivos da Brigada Portugal,² da guarnição de São Gabriel, da Divisão do Norte e da coluna Bacelar,³ derrotaram a primeira delas no Cerro do Ouro (27 de agosto de 1893)⁴ e marcharam para Itaqui, onde esperavam obter a adesão da Flotilha do Alto Uruguai, seguiu-lhes no encalço, em tenaz perseguição, a Divisão do Norte. Não alcançando a esperada adesão, retomaram a marcha rumo nordeste.

Ainda que os pontos de vista dos dois generais federalistas nem sempre coincidissem, para dizer o menos, o fato é que a sua permanência em campo, com apreciável ativo de sucessos militares, representava ameaça que Castilhos e Floriano não poderiam tolerar. Assim, organizou-se em Cachoeira a Divisão do Centro, que deveria reforçar a perseguição deslocando-se por ferrovia. Para comandá-la foi escolhido o recém promovido General Arthur Oscar de Andrada Guimarães,⁵ que já exercera comandos importantes como o das Forças em Operações no Sul do Rio Grande, o da 7ª Brigada da Divisão do Norte e o da Divisão da Capital.



Gen Arthur Oscar

Como coronel comandante do 30º Batalhão de Infantaria (Porto Alegre), participara do dispositivo militar de apoio a Júlio de Castilhos e envolvera-se em

episódio crucial para a eclosão da guerra civil. Em julho de 1892, convergindo sobre Bagé as brigadas castilhistas que enfrentariam a resistência organizada pelo General Joca Tavares, a quem o renunciante Presidente do Estado, Marechal Visconde de Pelotas, transmitira o poder, foram enviados emissários ao Cel Arthur Oscar, então em marcha de Pelotas para Bagé, oferecendo-lhe a deposição das armas e a dissolução dos contingentes tavaristas, mediante a garantia de que não entrariam na cidade as tropas dos coronéis Manoel Pedroso e Bernardino Motta. Tendo concordado com essa condição, no elogiável intuito de evitar previsíveis e anunciados atos de vandalismo, viu-se Arthur Oscar desautorizado por telegrama de Júlio de Castilhos, Vitorino Monteiro e General Bernardo Vasques, comandante do 6º Distrito Militar.⁶

As conseqüências não se fizeram esperar. Ocupada Bagé, iniciou-se o êxodo de milhares de pessoas para Uruguai, fugindo à sanha da horda de Pedroso e Motta. A partir desse momento, a guerra civil seria apenas questão de tempo.

-3-

A tentativa de alcançar Gumercindo e Salgado na Cruz Alta, transportando a Divisão do Centro pela Estrada de Ferro do Norte, também falhou. Atingindo Vila Rica (hoje Júlio de Castilhos), que era o seu terminal, sem conseguir contato com o inimigo, pensou-se em outra alternativa: fazê-la retornar para, subindo a serra por São Leopoldo e São Francisco de Paula, sair-lhe à frente, pois haviam rumado para os sertões do Mato Castelhano e do Mato Portugêus.⁷

Essas manobras frustradas de encerrar Gumercindo Saraiva em um cerco, planejadas nos gabinetes do comando governista em Porto Alegre, pareciam dar razão ao Ministro da Guerra, General Francisco Antônio de Moura, a quem se atribua o seguinte comentário: *“Aqui na carta ele não passa, mas lá no campo ele passa...”*

A Divisão do Centro fora constituída com unidades das três armas: a Brigada Portugal, reorganizada após a derrota do Cerro do Ouro, com três corpos de cavalaria da Guarda Nacional de São Gabriel e Santa Maria, também conhecidos como *“patriotas”*, comandada pelo Coronel comissionado Francisco Rodrigues Portugal; uma secção (2 peças Krupp 75) do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo (São Gabriel), comandada pelo Tenente Antônio Moreira, e dois Batalhões de Infantaria, o 4º (com *“grande número de pretos”*, no dizer de Carvalho Lima), comandado pelo Coronel José Salustiano do Reis,⁸ e o 11º, vindo do Ceará e trazendo incorporados alunos da Escola Militar de Fortaleza, comandado pelo Tenente-Coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão.⁹

Ao chegar a Porto Alegre, vindo de Rio Grande, o 11º BI recebeu ordem para deixar na cidade as mulheres. Pela usança da época, mulheres e crianças costumavam acompanhar as unidades, mesmo em tempo de guerra. Era como se fizessem parte dos efetivos, Pode-se imaginar o estorvo que isso representava. Mas, apesar da grita geral, acabaram aquarteladas na capital, com direito a meia ração por cabeça...¹⁰

Assim, quase entrando no século XX, o Exército Brasileiro ainda mantinha usos e costumes dos tempos do Paraguai.

Na altura de São Francisco de Paula, a Divisão teve de modificar o eixo de marcha, sendo obrigada a efetuar difícil descida pela "*terrível picada do Chico Pinto, até Conceição do Arroio*" (Osório).¹¹ É que, aproximando-se os revolucionários do rio Pelotas, entendeu-se deslocá-la pelo litoral até a cidade de Tubarão e dali, galgando a Serra Geral pela picada do Oratório ou das Minas, sair em São Joaquim ou Bom Jesus, cortando-lhes à frente. Como se vê, manobra de mais fácil concepção na carta do que de execução no terreno. É bem possível que a precariedade das comunicações e um incorreto exame da situação tenham determinado tantas marchas e contra-marchas.

O deslocamento da infantaria para o litoral foi o prenúncio das agruras que estavam por vir. O mau estado sanitário da tropa, a falta de elementares cuidados profiláticos e a deficiente organização logística revelaram-se em pouco tempo. Ao atingir Conceição do Arroio apareceram os primeiros casos de varíola e a velha companheira do soldado em campanha, a fome. Abandonando os enfermos à própria

sorte e à caridade de meia dúzia de praças sem recursos médicos,¹² a expedição prosseguiu até a lagoa da Pinguela, onde foi possível acomodar parte dos infantes em pequenas embarcações que faziam a navegação lacustre.

No dia 1º de novembro de 1893, a Divisão entrava na vila de São Domingos das Torres. Vilarejo pobre, com poucos recursos, Torres dispunha, entretanto, de estação telegráfica, o que facilitaria a comunicação com Porto Alegre. Dali, expediram-se cartas e telegramas do Ministro da Guerra para a Divisão do Norte, dando conta da chegada do General Arthur Oscar ao litoral e da marcha do General Argolo, do Paraná para Santa Catarina.¹³

Pelo que se depreende, o plano ficava ainda mais ambicioso, pois à manobra envolvendo as duas divisões do Rio Grande do Sul acrescentava-se um



terceiro elemento, a tropa do General Francisco de Paula Argolo.

Ainda em Torres, a Divisão do Centro efetuou junção com o destacamento comandado pelo Major Firmino Lopes Rego, que viera do Rio de Janeiro para organizar a defesa de Santa Catarina contra uma possível invasão federalista. O Major Firmino chegara ao Desterro (hoje Florianópolis) acompanhado de um contingente do 22º Batalhão de Infantaria e de um pelotão de cavalaria, que seriam o

casco do destacamento. Dali, rumara no mês de abril para a Laguna, reforçado por elementos do 25º BI (Desterro). Entre os oficiais que o acompanharam estava o Alferes José Vieira da Rosa, autor de interessante relato sobre esses eventos.¹⁴ Como curiosidade, cabe assinalar que, como Chefe de Polícia, o então Capitão Firmino Lopes Rego sufocara uma manifestação de praças do 25º BI na noite de 18 de novembro de 1889, quando saíram pelas ruas da cidade dando vivas à monarquia e *"outros brados subversivos"*...¹⁵

Com essa pequena força deveria o Major Firmino vigiar e guardar os passos da fronteira, desde Campos Novos, no planalto, até o Mampituba. Algo totalmente irre realizável e um caso típico de incompatibilidade entre meios e missão.

A base de operações escolhida foi a freguesia de São Gabriel das Pedras Grandes, na margem direita do rio Tubarão, posição que tinha a vantagem de poder interceptar a marcha das forças que descessem a serra, além de poder interpor-lhes o rio em caso de ataque. Ademais, a vizinhança com núcleos coloniais facilitaria, certamente, o abastecimento da tropa.¹⁶

Entrementes, ocorrendo a capitulação do Governo de Santa Catarina ante a esquadra rebelada, em 29 de setembro, ficou o Major Firmino isolado no sul sob a ameaça de ataque por forças vindas do Desterro. Em face dessa perigosa situação, determinou-lhe o Ministro da Guerra que se dirigisse a Torres, onde aguardaria a Divisão do Centro para operarem em conjunto. A ameaça não se fez esperar, com a chegada a Laguna, a bordo do *"Itapemirim"*, do 1º Tenente da Armada Felinto Perry Junior e 200 praças da Marinha, do Exército e da Polícia, no dia 10 de outubro.¹⁷ Antes de seguir para Torres, o Major Firmino fez retirar as bóias da barra da Laguna e danificar o vão móvel da Ponte das Laranjeiras, no intuito de embarçar a progressão do inimigo. A retirada efetuou-se com serviço de segurança ativado, ante a possibilidade de ataque pelo bando de Candinho Baiano, caudilhe que atuava nas regiões serrana e litorânea dos dois estados.

- 6 -

A junção das duas forças governistas em Torres parece não ter sido das mais auspiciosas, segundo o relato de um dos oficiais catarinenses:

"A nossa junção às forças do General Arthur Oscar ocasionou uma verdadeira desilusão com os regimentos de patriotas que recebemos. Ao vermos as fisionomias pouco agradáveis dos gaúchos que formavam aqueles corpos, sentimo-nos mal, adquirimos um pressentimento de que se desenrolariam cenas de tal maneira trágicas, que deixariam a perder de vista as mais horripilantes tragédias (!)." 18

E prossegue em seu relato pouco lisonjeiro da Brigada Portugal:

"No dia seguinte ao da chegada, quando o sol às 9 horas alonga as sombras, começaram a surgir sobre o areal os regimentos de cavalaria de Portugal, nodoando de grandes retângulos escuros os cômodos alvacentos. Pareciam grupos de tuaregs (e quem sabe se o moral dessa gente seria superior ao dos bandidos saarianos?) no areal africano, fazendo projetar a sombra de suas compridas lanças no terreno estéril, maldito." 19

Para arrematar, desfere a estocada:

“Na ocasião da passagem (do Mampituba) dizia-se que os patriotas haviam pedido permissão para saquearem livremente porque, diziam também, estava-se agora em país estrangeiro. É um caso irrisório (sic), porque saque livre sempre tiveram eles, o que não se justifica, porém, porque recebiam soldo e comida. É verdade que, sob as vistas diretas do comandante dos patriotas, veterano do Paraguai, os patriotas portavam-se bem, e era quando nos piquetes avançados ou nas forças da retaguarda que eles degolavam e roubavam à vontade. É possível que não passasse de um diz-se o caso do engraçado pedido, mas o procedimento posterior desses patrióticos cidadãos armados prova que eles eram bem capazes de o haverem formulado.” ²⁰

Esse contundente retrato traçado por um oficial do Exército a respeito de seus correligionários civis, exageros à parte e com as exceções de praxe, poderia ser estendido a outras unidades da Guarda Nacional. A profunda animosidade gerada pela guerra civil, liberando o que há de pior no ser humano, deixaria um rastro de violências e retaliações manchando a implantação do projeto republicano em nosso país.

- 7 -

Reunidas as forças do General Arthur Oscar e do Major Firmino, sob o comando do primeiro, ficou a Divisão do Centro assim constituída:

Infantaria – 4º, 11º e 25º Batalhões (o 25º absorveu o contingente do 22º, reconstituindo a unidade-mãe que se rendera no Desterro para a Esquadra), com 970 homens;

Cavalaria – a Brigada Portugal, com três corpos da Guarda Nacional (“patriotas”), 600 homens, mais o piquete do general, formado por cavalarianos do Exército;

Artilharia – uma secção do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos. Ao todo, uns 1.800 homens.

Recebendo ordens do Ministro da Guerra para reocupar Santa Catarina, em poder dos rebeldes da esquadra, que haviam constituído um governo revolucionário no Desterro, a Divisão do Centro atravessou o Mampituba, no Passo do Potreiro, no dia 4 de novembro. O primeiro objetivo seria Araranguá, a duas etapas de marcha, ocupada pelo Tenente Felinto Perry. Logo se soube que o vapor armado em guerra “Itapemirim” estava retido pela pouca água do rio Araranguá. Procurando tirar partido da situação, o General Arthur Oscar determinou que a Brigada Portugal, o 11º BI e uma peça 75 avançassem pela estrada do rio Negro e se entrincheirassem na barranca do Araranguá, a fim de impedir a passagem do “Itapemirim”, enquanto ele, com o restante da Divisão tomaria a estrada dos Conventos e cairia de surpresa sobre a embarcação.

Detectada a movimentação da tropa, inviabilizou-se a surpresa, tendo o navio desatracado e remontado o rio.

Na manhã de 6 de novembro, o “Itapemirim” tentou forçar a passagem, travando-se intenso tiroteio. Com a vazante e o perigo de encalhe, retrocedeu a toda a marcha, indo ocultar-se em uma curva do rio. Foi melhor sucedido no dia seguinte, conseguindo sair à barra no meio da fuzilaria e do canhoneio da Divisão. 3 mortos e 15 feridos, entre os soldados da Divisão e 1 morto e 10

feridos, entre eles o Tenente Perry na tripulação do barco, foram as baixas registradas.

A nota cruel, entretanto, foi o reaparecimento da varíola na tropa de Arthur Oscar, sendo os enfermos, mais uma vez, abandonados na margem do rio como medida profilática...²¹

- 8 -

Os dias 7 e 8 foram destinados à passagem do rio pela Divisão, que foi estacionar na Volta das Cangicas, onde se demoraria por alguns dias antes de marchar sobre Tubarão.

Essa jornada representaria cruel provação para a infantaria, marchando sob o peso de 45kg de equipamento, debaixo de um sol abrasador, em região desprovida de água e estando a maioria dos soldados sem cantis e sem calçados. Não poucos procurariam, no desespero, refrescar-se com a própria urina.²³

Ironicamente, ao aproximarem-se de Tubarão souberam-na já ocupada pelas forças do General Salgado, aquele mesmo a quem Arthur Oscar deveria cortar a frente... Parece que a demora na Volta das Cangicas fê-lo perder a carreira para Salgado, que chegara no dia 10 de novembro.

O Governo Provisório do Desterro, sabendo da aproximação das forças de Gumercindo e Salgado do rio Pelotas, enviara-lhes emissário com o convite para marcharem ao litoral. O contato foi efetuado em 28 de outubro, resolvendo Salgado levar o seu 2º Corpo de Exército para Tubarão, através da Picada do Oratório.

A descrição dessa difícil travessia é muito esclarecedora a respeito dos obstáculos que se antepunham à Divisão do Centro, que deveria efetuar o mesmo trajeto em sentido contrário, caso tentasse cumprir a missão que lhe fora atribuída.²⁴

Após entendimentos com o Governo Provisório e fazer o estudo da situação, Salgado pretendia propor um plano de operações, prejudicado pelo internamento de Gumercindo nos sertões de Santa Catarina. Optara, então, por transferir o seu Corpo de Exército para a Laguna, por julgá-la posição de mais fácil defesa. Controlando, ademais, a Estrada de Ferro Teresa Cristina, poderia livremente deslocar tropas e material na região, o que lhe proporcionaria sensível vantagem estratégica.

Sabedor da situação de isolamento em que se encontrava a Divisão do Centro, resolveu, como ação primordial, atacá-la, eliminando a ameaça por ela representada. Para tanto, pleiteou ao Governo Provisório o fornecimento de armas e munições, de que muito carecia o seu Corpo de Exército, na maior parte equipado apenas de lanças.

Recebeu como reforço uma divisão composta de soldados do Exército, Marinha e Guarda Nacional, sob o comando do General Laurentino Pinto Filho, mas o material que tanto aguardava chegara em más condições. Mesmo assim, o ataque foi tentado.

Arthur Oscar, entretanto, tomara suas precauções, danificando a ponte ferroviária do rio Tubarão, único acesso à praça, e levantando trincheiras nos pontos mais importantes. Desse combate, travado em 17 de novembro, resultou a retirada dos atacantes para Laguna. Nova tentativa, através de desembarque no rio Araranguá, o que tomaria a Divisão do Centro pela retaguarda, fracassou por haver

encalhado o “Itapemirim”. Os insistentes pedidos de embarcações de menor calado, feitos ao Desterro, ficaram sem resposta.

Arthur Oscar conservou a posse de Tubarão.

O exército revolucionário, obrigado a permanecer em Laguna, onde sobreveio um surto de febres e sofrendo privações de toda a ordem, começou a desgostar-se com o Governo Provisório. Crescendo as divergências, demitiu-se o General Salgado, assumindo o comando de todas as forças de terra e mar o Almirante Custódio José de Mello. Este fato, antes de aplacar o descontentamento só o fez agravar, passando os revolucionários gaúchos a reclamar o retorno ao Rio Grande.

Enquanto isso, também sem poder avançar, a Divisão do Centro continuava em Tubarão, onde se demorou por várias semanas.

- 9 -

A estada nessa localidade deu ensejo à aplicação de bárbaras sanções disciplinares à tropa. Embora abolidos desde 1874, ainda em tempos do regime monárquico, os castigos corporais teimavam em sobreviver, tendo adentrado o século XX e permanecido até, pelo menos, a primeira década.²⁵

Por faltas hoje punidas com prisão, soldados eram condenados ao açoite, em presença da tropa e sob os acordes das valsas executadas pelas bandas de música, a fim de abafar-lhes os gritos e lamentos...²⁶ Após uma noite passada “estaqueado”, o que, por si só já seria terrível suplício, o condenado era surrado “sobre as armas”, recebendo 50, 100, 200 ou mais pranchadas. “E raro era o dia em que uma futilidade qualquer não desse ensejo à reprodução da cena.”²⁷

O impasse foi rompido com a ordem de regresso a Torres. Nos últimos dias de novembro ocorrera o desastre militar do Rio Negro e o Ministro da Guerra, necessitando contar com a Divisão em ponto mais próximo, tomara a decisão de chamá-la de volta. Por outro lado, na fronteira do Mampituba também teria condições de barrar qualquer avanço revolucionário para o sul.

Essa retirada, porém, deixaria tristes lembranças, pois, “logo após a saída das forças, foram encontrados nos fundos da Câmara Municipal e nos quintais de casas particulares 23 cadáveres degolados, alguns já em adiantado estado de putrefação.”²⁸ Para maior contraste, registrou um dos oficiais: “Manda a justiça que declaremos ter encontrado a cidade do Tubarão intacta, apesar de ter por ali passado a gente de Salgado, faminta e quase nua. E eram revolucionários!”²⁹

- 10 -

A chegada a Torres não diminuiria os padecimentos da Divisão, que ali estacionaria por três longos meses. O mau estado sanitário da força agravou-se com o recrudescimento da epidemia de varíola e por surtos de febres diversas, “tendo para mil e tanto doentes dois médicos e nenhum remédio.”³⁰ Como se isso não bastasse, esgotados os recursos, sobreveio a fome e a tropa sofreu com a quase nudez. Não seria de admirar que, em tal situação, alguns procurassem saída na deserção. Para esses casos, porém, os regulamentos previam punições sumárias e inexoráveis. Ouvidos pelo general, os presos recebiam a sentença de fuzilamento.

Torres assistiria a, pelo menos, dois soldados serem passados pelas armas. Se mais não foram executados, deveu-se ao apelo feito pelas famílias do lugar.³¹ Sabe-se, entretanto, que a Brigada Portugal, em local não mencionado, fuzilou três praças, um dos quais 2º Sargento, por agressão a oficiais.³²

Na tentativa de encontrarem o que comer, além do recurso à pesca e à cata dos mariscos, grupos incursionavam em segredo pela serra, pelo vale do Mampituba, pelas vizinhanças da Conceição do Arroio. Em uma dessas incursões foram encontradas pipas de cachaça ocultas no mato, com conseqüências facilmente previsíveis...³³

Entre fins de janeiro e princípios de março de 1894, foram organizadas expedições para bater o bando de Candinho Baiano, que vivia nas serranias próximas. Conhecedores do terreno, os guerrilheiros armaram várias emboscadas, de que resultaram baixas nos efetivos da Divisão e nenhum resultado prático para contabilizar.

Somente em abril chegaria a esperada ordem de retorno a Porto Alegre. A redução da guarnição da capital e o ataque à cidade do Rio Grande, ocorrido entre 6 e 10 de abril, aconselharam o comando a concentrar forças para enfrentar possíveis emergências.

Em marchas forçadas, que esfalfaram homens e animais, a Divisão entrou na capital no dia 14 de abril, indo acampar no Cristal em virtude de sua situação de penúria. O general, enfermo, regressara em março, passando o comando ao Coronel José Salustiano dos Reis.

- 11 -

A odisséia dessa força militar, pequeno e esquecido capítulo da guerra civil de 1893-95, pôde chegar aos nossos dias graças a dois memorialistas que nela tomaram parte: o antigo cadete-sargento Carvalho Lima e o já então Major José Vieira da Rosa. As descrições que nos legaram, redigidas alguns anos após os acontecimentos, nada perderam em termos de crueza, indignação e crítica.

Carvalho Lima, mais próximo da tropa, pois era sargento, através de suas "*Narrativas Militares*", oferece-nos uma visão do que era a vida do soldado raso, de sua índole, de suas carências e do seu sofrimento. Geralmente esquecido pela historiografia de 93, o praça de pré está ali retratado com todas as suas virtudes e defeitos, submetido a condições de vida e disciplina hoje inconcebíveis e inaceitáveis.

Vieira da Rosa, que já era oficial na época, é muito mais crítico no que respeita à condução das operações e à apreciação do comportamento de seus camaradas. Além de não ocultar sua pouca simpatia pelo General Arthur Oscar e pelos combatentes da Brigada Portugal, é bem possível que, por desconhecimento de certas instruções, tenha incorrido em críticas injustas.

Os problemas enfrentados pela Divisão do Centro para o cumprimento de sua missão eram apenas a revelação do estado em que se encontrava o Exército Brasileiro em termos operacionais, doutrinários e de organização. Foram o prenúncio do que estava por vir, pouco tempo depois, com a infeliz campanha de Canudos.

- (1) Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado. Oficial do Exército, ex-comandante do 6º Batalhão de Infantaria (Uruguaiana), que aderira aos revolucionários.
- (2) Coronel comissionado Francisco Rodrigues Portugal.
- (3) General Antonio Joaquim Bacelar.
- (4) ver Cabeda, Combate do Cerro do Ouro.
- (5) Embora comumente grafado Andrade Guimarães, seu irmão e biógrafo Marechal Carlos Eugênio (v. ref. Bibliográfica) afirma que o nome de família é Andrada Guimarães.
- (6) Cópia do telegrama em poder do autor.
- (7) ver Pilar, Memórias da Revolução de 1893.
- (8) Filho do Marechal Barão de Camaquã, Salustiano Jerônimo dos Reis, que fora Comandante das Armas da Província do Rio G. do Sul e do 6º Distrito Militar.
- (9) Entre os componentes do 11º BI estava o aluno da Escola Militar do Ceará, Carvalho Lima, que nos legou as interessantes "*Narrativas Militares*".
- (10) ver Carvalho Lima, *Narrativas Militares*.
- (11) ver Borges Fortes e Faustino Filho, *Histórico do Regimento Mallet*.
- (12) ver Carvalho Lima, op. cit.
- (13) ver Pilar, op. cit.
- (14) ver Rosa, *Combate dos Conventos*.
- (15) ver Boiteux, *Notas para História Catharinense*.
- (16) ver Rosa, op. cit.
- (17) Há divergências sobre o tamanho da força de Felinto Perry. Enquanto Oswaldo R. Cabral estima em 200 homens, o Major Vieira da Rosa fala em 400.
- (18) ver Rosa, op. cit.
- (19) Idem
- (20) Idem
- (21) ver Lima, op. cit.
- (22) ver Rosa e Lima, op. cit.
- (23) ver Lima, op. cit.
- (24) ver Guasina, *Diário da Revolução Federalista*.
- (25) Cidade, Francisco de Paula (General), in *Revista Militar Brasileira*, janeiro/junho 1952.
- (26) ver Lima, op. cit. O autor recorda-se de ouvir sua avó materna descrever, com lágrimas, esses suplícios, que lhe foram contados por familiares que serviram como oficiais na Brigada Portugal.
- (27) ver Lima, op. cit.
- (28) ver Escobar, *Apontamentos para História da Revolução de 1893*
- (29) ver Rosa, op. cit.
- (30) Idem
- (31) ver Lima, op. cit.
- (32) Livros do 4º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, arquivo do autor.
- (33) ver Lima, op. cit.

BIBLIOGRAFIA

- BOITEUX, Lucas Alexandre (Cap Ten) – Notas para História Catharinense; Florianópolis, Tipografia a vapor da Livraria Moderna, s/d.
- BORGES FORTES, João (Gen) e FAUSTINO Filho, José (Cap) – Histórico do Regimento Mallet; Rio, Imprensa Militar, EME, 1932.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo – Combate do Cerro do Ouro; Porto Alegre, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul, nº 129, 1983.
- CABRAL, Oswaldo R. – Santa Catharina; São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.
- CAMPOS, Bernardino de Senna – Memórias do Araranguá; Florianópolis, Editora Lunardelli, 1987.
- CARVALHO, Antonio Augusto de – Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul. O General Salgado; Montevideo, Imprenta El Siglo Ilustrado, de Turenne, Varzi y Cª, 1895.
- DOURADO, Ângelo – Voluntários do Martírio. Narrativa da Revolução de 1893; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1979, 3ª edição.
- ESCOBAR, Wenceslau – Apontamentos para a História da Revolução de 1893; Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, 1920.
- GUASINA, Luiz de Senna – Diário da Revolução Federalista; Porto Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Edições EST, 1999.
- GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrada (Mar) – Arthur Oscar, um Soldado do Império e da República; Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1965.
- LIMA, Carvalho – Narrativas Militares. Revolução do Rio Grande do Sul. Período de 1893 a 1895; Pará-Belém, Typ. da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906.
- MENNA BARRETO, João Rodrigues – Entrevista concedida ao Correio do Povo, Porto Alegre, 20 de maio de 1944.
- PILAR, Fabrício Batista de Oliveira – Memórias da Revolução de 1893; Porto Alegre, Presença, s/d.
- ROSA, José Vieira da (Maj) – Combate dos Conventos. Marcha da Divisão do Centro até Tubarão (Subsídios para a História); Florianópolis, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1º e 2º trimestres de 1917.
- SAMPAIO, Geraldo F. – A Marcha da Coluna Gumercindo Saraiva (1893- 1894); Rio, s/ed., 1965.



Oficiais da Brigada Portugal – arquivo do autor

O NOTICIADOR, Rio Grande – 1833

Francisco Riopardense de Macedo

Depoimento

A cidade do Rio Grande não precisa contar seus pioneirismos, pois são vários e bem conhecidos. Vários preciosos na área de criação, de indústria, de navegação e de cultura. Sim, especialmente desta, através de seus poetas, escultores, professores e jornalistas. Também jornalista e dos bons e da mais remota antigüidade para a comunidade mais antiga do Estado.

Pois foi “escrafunhando” como todo pesquisador “contumaz” que descobrimos uma preciosidade na área da comunicação: O NOTICIADOR. Já algumas vezes citada, inclusive em trabalhos nossos, ignorávamos toda a riqueza que suas páginas abrigam. E foi quando nos inclinávamos a senti-lo novamente para viver o rio-grandense da época da regência (menoridade de D. Pedro II) que descobrimos todo o seu valor.

E nos apavoramos!

Um bom número de suas páginas está rendado, pela ação de insetos do passado, com trechos de difícil leitura. O Instituto Histórico tem três, dos quatro anos e pouco de existência deste jornal, e se orgulha disto. Mas se posto à consulta pública, por maiores cuidados que se tenha, não resiste um semestre. Nosso primeiro ímpeto foi conseguir uma edição fac-similada em face do avultado preço de restauração, um trabalho simples e barato que preservasse a preciosidade e a multiplicasse para que mais de uma instituição cultural pudesse dispor dele. Depois pensaríamos na confecção de um índice por assunto, como fizemos com o jornal farroupilha O POVO, O AMERICANO e A ESTRELA DO SUL que já haviam sido fac-similados.

Entendíamos, então, que só valeria a pena confeccionar este índice depois de restaurado ou fac-similado. Mas, cada página que voltávamos aumentava a curiosidade pelo que viria depois e o desejo de indexação. Foi só um pequeno “empurrão” do nosso presidente e já estávamos afogados em fichas, tabelas, quadros, fazendo o trabalho no volume correspondente ao ano de 1833.

Acalentando esperanças.

Pois o próprio jornalista, Francisco Xavier Ferreira, já previra a restauração. Sabia que, um historiador amontoaria os acontecimentos segundo a importância deles e acrescentou na edição de 15 de julho de 1833: *pois é objeto de ocupação dele estudar os anais humanos não como ficção brilhante mas como úteis lembranças.*

Assim foi a sua contribuição há 166 anos.

Porto Alegre, 26 de julho de 1999.

O NOTICIADOR.

RIO GRANDE DO SUL. 1833. SEGUNDA FEIRA 21 DE SETEMBRO N. 365.

*La Liberté est la mère
des vertus, de l'ordre, et de la
dureté d'un état; l'esclavage au
contraire, ne produit que des vi-
ces de la lâcheté et de la misère.*
SIDNEY TOMES.



Subscriva-se para esta folha a
4000 réis por trimestre pagos
adiantados. Sahira a's Segundas
e Quintas feiras, não sendo dia
Santo de guarda. Na Typograp.
DE F. S. FERREIRA.

EDUCAÇÃO PÚBLICA.

Não he a liberdade, nem o amor do poder, quem torna o homem desgraçado; he o desejo excessivo de os estender, além dos limites necessários, he a ignorância, que o persuade, que não he livre, nem poderoso, se não em quanto pode fazer mal aos outros.

He essencialmente necessário para a felicidade do homem, e da nação, que elle conheça perfeitamente, assim os seus direitos, como as suas obrigações; he na sua educação que elle pode encontrar esta instrução, e he a elle só que pertence o desenvolver, e aperfeiçoar as suas faculdades intellectuaes; porém, sem embargo d'isto, será sempre a experiencia o nosso melhor mestre; e por isso o cuidado principal dos que nos devem, deve ser, o ensinar nos a fazer bem estas experiencias, e a ver, e a julgar bem; he a elles que incumbe o regular os nossos affectos, e a dirigir as nossas paixões, para a utilidade social. Já se vê pois de quanta importância he, para o bem publico, a setera fiscalização de mestres dignos de se lhes confiar no ensino da mocidade, a esperanca, o apoio, e o destino da nação; já se vê pois de quanta responsabilidade deve ser para o Governo, e seus delegados qualquer ommissão, em huma materia de primeira transcendencia para a causa publica; e resultará sempre menor prejuizo do não haverem mestres, do que tolerarem-se os que foram viciosos, ou ignorantes, ou desleaes ao sistema representativo da nação; deffeitos de que soffre igualmente a prosperidade social, seja qual for

a repartição de que infectem os empregados, devendo ser d'isto altamente responsaveis as autoridades superiores, que os os empregam, ou os tolerão.

Convem não sugellar a mocidade nas ligaduras, que se lhes deram a quasiquer preceitão, pela unica razão de que Plauto, Aristoteles, Plutarco, etc., assim o pensão: he necessário acostuma-las a fazer uso da sua intelligencia; a pensar, e formar, sobre os diversos objectos, que se lhes apresentem, com prudencia, e discernimento, hum juizo não e independente das opiniões e autoridade dos outros: he preciso fugir de se lhes apresentarem idéas metaphysicas, superiores á sua capacidade; e he necessário ter a arte de lhes fazer encontrar a verdade, em lugar de lhes dizer. Finalmente he á sua propria convicção, e seus proprios sentimentos, que cumpre, que elles deem confiança; e não simplesmente as decisões dos outros: da mesma forma que se precisa tirar as pedras grandes de hum caminho, pelo qual se quer que passe hum menço; assim se lhe devem remover as grandes difficuldades, que se apresentem em toda aquillo que se lhes quiser ensinar.

O saber, que se dá aos menços, não he senão huma impedia de vaidade quando se lhes dá somente a apparencia da sabedoria fazendo-lhes aprender apenas os meios de viver bem com hum e outros. Os nossos discipulos não devem acorda numero d'aquelles, de que Cicero nas suas Tusculanas, fallou assim: *Ubi opus alios loqui didicerunt, non ipsi secum.*

fac-símile da
primeira página
do numero 365,
de 21 de
setembro de 1835

A PRIMEIRA CÂMARA DE VEREADORES GAÚCHA

Raphael Copstein

Os eventos políticos luso-espanhóis no Prata foram responsáveis pelas mudanças de sede da primeira Câmara de Vereadores do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XVIII. O vagar daquela instituição motivou o presente estudo.

Se a terra gaúcha já havia sido percorrida e mesmo explorada por súditos portugueses nos fins do décimo-sétimo século, a ocupação efetiva legalizada data de 1732 com a concessão de sesmarias no Litoral Norte. A instalação alguns anos antes (1725) pela gente que constituiu a frota de João de Magalhães em São José do Norte foi efêmera e seus componentes regressaram a Laguna dois anos depois. (Neis, 1975, p. 23).

A fixidez do domínio luso seria consubstanciada, pouco mais tarde (1737) pela ação de Silva Pais à margem sul do Canal do Rio Grande, refletindo consequência da expansão portuguesa no Rio da Prata

A população dessa orla foi sendo formada por refugiados da Colônia do Sacramento, paulistas, lagunenses, portugueses, índios, escravos e posteriormente açorianos. Uma concentração dessa gente estabeleceu-se pela primeira vez, junto aos dois fortes erguidos pelo Brigadeiro Pais. Posteriormente, um deles, o de Santana foi abandonado e os habitantes de seu povoado transferiram-se para o existente nas proximidades do forte Jesus, Maria, José.

Um decênio após a ereção das fortalezas, surgia oficialmente a primeira aglomeração urbana onde predominavam atividades militar e comercial. Rio Grande constituiu-se em vila por resolução do monarca português D. João V. A instalação efetuou-se em 1751.

Urbanização e decorrências como vilamento e Câmara de Vereadores eram concomitâncias em território legalmente determinado no âmbito do domínio português de então. São eles fatos sociais que apresentam características comuns e particularidades, ambas variáveis no espaço e no tempo. Conhecer os constitui exigência do objetivo proposto que se procurará satisfazer resumidamente.

Na História, a urbanização é bastante antiga. As primeiras cidades registradas na Bíblia, abstraindo a conotação lendária, obedeceram a condicionantes diferentes das criadoras de núcleos urbanos no medievo ou nos tempos modernos. Os fatores que as engendraram variaram, como variaram as solicitações das sociedades em que se inscreveram. A alteração das razões da existência do aglomerado urbano em determinado local resulta na busca pela a população de novas condições satisfatórias mantenedoras da concentração ou na sua decadência e possível desaparecimento. Damasco e Jerusalém são núcleos urbanos que têm atravessado o tempo, Pérgamo é testemunhada pelas ruínas. Falar de Esparta é reportar-se ao passado, de Atenas é continuidade. No Brasil, Lobato registrou decadência urbana no vale do Paraíba sob a feliz denominação de *cidades mortas*.

A formação e a existência de um aglomerado urbano não se explica por si mesmo. Ele é um habitat concentrado respondendo pelo atendimento de seus moradores e muito mais, fruto das relações estabelecidas com o seu exterior, Acolhe

atividades diversas adequadas a sua época. Constitui-se em um espaço de ocupação humana edificado – o *sítio* – em uma *posição* que também pode-se denominar de *situação* explicativa das relações externas. Quando esta última torna-se desfavorável, sucede a decadência ou o perecimento.

A cidade, diz Yujanovsky, (1971, p 18)

É um sistema de atividades interrelacionados que por sua vez é um subsistema pertencente a sistemas mais amplos como o regional, nacional e internacional.

As respostas às necessidades responsáveis pela criação de um núcleo urbano são o que, em Geografia Humana, se denomina *função* urbana. Entre as várias funções urbanas pode-se distinguir a comercial, a religiosa, a militar, modernamente, a industrial etc. São comuns os núcleos que acumulam mais de uma função.

A concentração de gente em um determinado lugar é objetiva. Em torno de uma ermida que atende as exigências religiosas de uma população dispersa podem reunir-se artesãos ou comerciantes ou ambos, pretendendo satisfazer carências do grupo domingueiro, inicialmente. As atividades diversificam-se, a população cresce e um povoado surge espontaneamente com tortas ruelas e casas em diversos alinhamentos. Só o aparecimento de autoridade poderá corrigir aquelas e outras inconveniências. Há, porém, outros aglomerados que nascem em dia certo, em lugar anteriormente determinado e onde tudo é previsto por autoridade competente. Os dois casos consubstanciam, apesar das gêneses diferentes – espontânea e planejada – o fenômeno urbano.

A qualificação de um aglomerado humano como urbano depende de aplicação de disposições legais pelo poder a que está sujeito o território onde se implanta. Independentemente da classificação que os habitantes locais ou de outras paragens dão a um aglomerado – mesmo revelando maior sapiência – aquela consideração depende da lei e a aplicação pela autoridade adequada. A lei é que faz um povoado de surgimento espontâneo vila ou cidade. Os núcleos planejados são classificados no ato legal de criação. Consequentemente, os critérios de qualificação de aglomerados são variáveis no tempo e no espaço das diversas soberanias.

Ao objetivo, interessam os praticados no Brasil colonial, particularmente, no caso, os usados no século XVIII. A legislação pertinente era a portuguesa. Correspondia a adaptações resultantes de prescrições romanas vigentes na Península Ibérica, durante a existência do Império, com os privilégios permitidos pelas dominações visigótica e árabe que se foram alterando após a Reconquista Cristã através de forais outorgados pelo monarca ou pelo senhor da terra, para vigorar no território comunal, segundo Carvalho Mourão (1916, p. 303). O mesmo autor informa que o sistema de forais permissor de participação popular direta nos negócios públicos municipais foi substituído pela participação indireta e os representantes escolhidos, denominados vereadores. Nas suas origens, a criação de municípios na terra lusa, segundo Faoro (1991, p. 147) foi uma forma da monarquia frear os excessos da aristocracia (...) ainda a disciplina dos moradores. Velho mecanismo de luta do rei contra a nobreza, revigorada na colônia

Na compilação de leis e usos que constituíram a primeira das Ordenações, as Afonsinas (1446) já se encontra legislação concernente às comunas e senados de câmaras. As Ordenações Manuelinas, vigentes a partir de 1521, conservaram o prescrito na anterior. Com a promulgação das Ordenações Filipinas (1622) houve alterações referentes às Câmaras de Vereadores.

Por parecer oportuno, diga-se que essa legislação brotada de experiência luso européia atendendo peculiaridades locais, foi transposta a uma realidade diferente. O Brasil português, onde na primeira trintena do século XVI pervagava, em absoluta maioria, a população autóctone, era dotado de legislação urbana mesmo não conhecendo aglomerado semelhante a uma vila ou cidade. Apenas em um ou outro ponto da costa localizavam-se feitorias européias. Na maior parte do período colonial vigorou em princípio o previsto nas Ordenações Filipinas quanto à ereção de vilas e cidades. Nem todos nascimentos de vilas, porém, obedeceram às prescrições convenionadas.

A iniciativa da elevação de um povoado a vila ou a cidade podia partir da população local ou da autoridade. Nas capitanias da Coroa, ao rei pertencia o poder concedente. Nos dois casos, as respectivas jurisdições, devido à prescrição legal, estendiam-se para além do espaço de concentração populacional, abrangendo, a partir dele, uma área de três léguas para o interior para as vilas e para as cidades, seis. Essa extensão constituía o *termo*. No interior deste, havia impedimento de criação de estabelecimento igual. Vila e termo constituíam o que hoje corresponde ao município e sua sede. Segundo Borges Fortes & Wagner (op cit, p. 3) o vocábulo *município* só aparecerá na legislação republicana. A palavra vila englobava tanto o aglomerado como as terras que lhe estavam sujeitas.

A Câmara de Vereadores surgia com a instalação da vila e não correspondia nem à representação popular como atualmente se entende e nem espelhava autonomia municipal. Houve, é verdade, manifestações de Câmaras que contrariavam o afirmado e foram toleradas pelo poder real, mas a tolerância correspondeu à conveniências do poder na época. Com o advento dos Braganças e a afirmação do absolutismo, aquela indulgência desapareceu.

Uma concentração populacional de no mínimo 80 habitantes era exigida quando a aspiração de passagem de um aglomerado à vila partia de reivindicação de seus habitantes (Calmon Pedro, 1941, p. 315)

O Poder Real podia criar vilas ou cidades onde não havia povoação. A primeira vila brasileira, São Vicente, fundada em 1530, fora prevista no regimento que o rei D. João III entregara ao seu fundador, Martim Afonso de Souza. A cidade do Salvador foi prevista no Regimento do Primeiro Governador Geral do Brasil. Nele D. João III escreveu:

Por que minha tenção he que a dita pouoação seja tal como atras fica decrarado ey por bem que ela tenha de termo o lemite de seis leguoas per cada parte e sendo caso que allgũa parte não aja as ditas seis leguoas por não aver tanmta terra chegará o dito termo atee onde chegarem as terras da dit a capitania o qual termo mandareis demarquar (...) (História da Colonização Portuguesa do Brasil, Vol III, p. 346)

No Brasil português, os aglomerados urbanos foram criados como vilas em sua quase totalidade. Bahia e Rio de Janeiro constituíram exceções, nasceram cidades (Azevedo, H., 1970).

Vilas e cidades não se diferenciavam muito no aspecto. A função ou as funções podiam variar. A distinção justificava-se em virtude do relacionamento da Coroa com a Ordem de Cristo. Esta, herdeira dos extintos Templários, sendo muito rica, financiou explorações no período dos Grandes Descobrimentos.

Desde 1495, o mestrado da Ordem de Cristo passou a ser exercido pelo rei luso e tornou-se hereditário. Descoberto o Brasil, essas terras ficaram, não como propriedade, mas sob a jurisdição espiritual da Ordem. Os aglomerados urbanos obedeciam a algumas exigências diferentes. Povoados preexistentes ou previstos pela autoridade competente erguidos em terras sob jurisdição espiritual da Ordem de Cristo, quando elevados recebiam a categoria de vilas. As cidades só podiam ser criadas em terrenos alodiais o que requeria atos especiais do Rei e do Papa. (Costa Porto, s/d.) As vilas não podiam ser sedes de bispado. As dificuldades de aplicação de um código surgido em resposta a necessidades metropolitanas, em meio e sociedade de formações diferentes, justificou acomodações ao arrepio da lei.

A instalação de uma vila obedecia a um ritual (Boiteux, 1920, p 58). Obtido o foral do rei, reuniam-se no povoado, em dia previamente combinado, as autoridades, o povo, ao som dos tambores formava o *ajuntamento*. Erguia-se o *Pelourinho*. Em frente ficaria a Casa da Câmara e a cadeia. O ouvidor determinava o *rocio* e os limites da nova vila. A população, logo após solicitava, oralmente, a eleição das autoridades que constituiriam a Câmara de Vereadores ou Senado da Câmara. De cada ato era lavrado um termo.

No Rio Grande de São Pedro, um decênio após a ocupação da margem sul do Canal por Silva Pais, a povoação nascida junto ao forte de Jesus Maria, José, freguesia em 6 de agosto de 1736 e efetivada em 28 de abril de 1738, (Rubert, 1994, p.59) foi erigida em vila. Não se apurou a quem pertenceu a iniciativa do vilamento. Basílio de Magalhães (1944, p. 354) informa que em 6 de maio de 1746 uma provisão régia pedia informações sobre a conveniência de *criar-se vila no presídio de Rio Grande de São Pedro conforme a conta do ouvidor geral de Paranaguá*.

Após ouvir o Conselho Ultramarino, em virtude de informação prestada pelo dito Ouvidor Geral, D. João V em Resolução de 11 de julho de 1747, passada em Lisboa em 17 do mesmo mês e ano, fez saber a Gomes Freire de Andrada que o dito ouvidor deveria dirigir-se ao Presídio do Rio Grande e criar uma vila com todos os órgãos e autoridades pertinentes e dividindo e assinalando o seu termo com o de Laguna pela Costa do Mar e com a vila de Coritiba pelo sertão e serra acima; para ordenar melhor o dito ouvidor os assentamentos desta nova vila, sua praça, obras da matriz, casas da Câmara e Cadeia (...).

As instruções determinadas foram as constantes para a criação da vila de Aracati.

Chama a atenção a área da nova comuna. Os seus limites extrapolavam em muito o previsto para criações similares. O porquê só pode ser conjecturado. A nova

vila, um baluarte na defesa da Colônia do Sacramento, erguia-se em terreno disputado pelos espanhóis.

O cumprimento da Resolução joanina levou alguns anos. Somente em 1750, por solicitação de Gomes Freire o Desembargador Manuel José de Faria, Ouvidor-Geral do Rio Grande e da Ilha de Santa Catarina passou ao Rio Grande e em 16 de dezembro de 1751,

Na forma da ordem de Sua Magestade de 17 de julho de 1747, há de passar a esse presídio o ouvidor-geral dele e da Ilha de Santa Catarina o desembargador Manuel José de Faria a criar nele uma vila. (...) (in Borges Fortes & Wagner, 1963, p.9)

deu cumprimento a missão. Demarcou a praça da vila no Campo do Moinho de Vento (atual Praça da Caridade) onde foi erguido o pelourinho, símbolo primitivo de autonomia e autoridade, presidiu a escolha e empossou as autoridades da Câmara do Rio Grande.

A nova vila desenvolveu-se mercê do comércio e das ações das autoridades encarregadas da execução do contrato internacional incorporador do Rio Grande ao Brasil, o Tratado de Madri (1750).

A guerra europeia dos Sete Anos, (1756/1763) em que Portugal se envolveu quase no término, iria interromper o progresso da sede da vila de São Pedro do Rio Grande.

Cebalos, governador de Buenos Aires, *dias depois (diz-se) de haver recebido ordens para guardar um armistício ajustado na Europa* (...) (Varnhagen, 1975) mandou invadir a vila. Tropas comandadas pelo Capitão Molina subjugou-a e o governador portenho, aos 12 dias do mês seguinte, fez sua entrada triunfal.

Uma parte significativa da população e as autoridades constituintes do Senado da Câmara fugiram.

Entre 1763 e 1766, *a Câmara, segundo Spalding (1941, p.60) esteve sempre em acampamentos, a maior parte do tempo instalada no Rio Pardo* (...). No último daqueles anos, teria-se fixado no arraial de Viamão. O informe merece reparo quanto a data de fixação em Viamão. Entre os documentos mandados copiar pelo Barão Homem de Melo (Rev. do I.H.G.E.B., T. XV, 1887, p. 232) encontra-se o ato de posse do Cel. José Custódio de Sá e Faria como governador da Capitania do Rio Grande. Nele se lê:

Ano do nascimento de N.S. Jesus Cristo de 1764 annos aos 16 dias do dito anno, neste arraial de Viamão, districto da vila e praça do Rio Grande de São Pedro (não sublinhado no original), na casa que serve de **camara** (não destacado no original) (...) foi entregue uma carta do Illm. E Exm. Sr. Conde Vice-rei do Estado para o mesmo senado (...)

O trecho do documento precedente atesta que as andanças da Câmara do Rio Grande por acampamentos e em Rio Pardo demoraram muito menos tempo que o afirmado. Provavelmente o engano decorre do termo de abertura do livro de atas,

datado de 1776 como se lerá adiante. Em Viamão o Senado da Câmara permaneceria até ser removida compulsoriamente para Porto Alegre em 24 de julho de 1773.

Essa mudança do local de reunião da Câmara do Rio Grande em virtude da perda da vila, criou controvérsia relativa a maior antigüidade das câmaras das atuais cidades. A Câmara de Porto Alegre, em 1999, festejou 226 anos de existência e a do Rio Grande teria 248. A discussão, pensa o autor destas linhas, não encontra apoio na realidade dos fatos.

A existência de uma Câmara de Vereadores em território e soberania portuguesa, obrigatoriamente, decorria, como antes foi dito, de ato criador de uma vila. Estabelecida esta, era no aglomerado que se localizava a casa da Câmara de Vereadores. Na provisão de 17 de julho de 1747 que cria a vila do Rio Grande o ouvidor deveria prover as obras da casa da Câmara como se lê na transcrição seguinte:

(...) Dom João (...) ser preciso e conveniente criar-se vila o Presídio do Rio Grande de São Pedro (...) e para ordenar melhor o dito ouvidor os arruamentos desta nova vila, suas praça e obras da matriz, casas da Câmara (...) o que faria ele Ouvidor de Paranaguá, sem se intrometer nas fortificações que se tiverem feito na mesma povoação; (...). (Borges Fortes & Wagner, 1963, p. 8)

Obviamente a providência assinalada era a decorrência da criação da vila com a respectiva Câmara.

Não tendo havido em Rio Grande de São Pedro ereção anterior a vila, de povoado preexistente e nem de criação posterior de nova vila em qualquer outra parte do território rio-grandense até o primeiro decênio do século XIX, a única Câmara de Vereadores existente era a do Rio Grande. Impedida de funcionar na sede em virtude da citada invasão, os vereadores fugidos, por não haver impedimento legal para funcionar, dadas as circunstâncias, em outro local do termo e como convinha aos negócios de Sua Majestade, fixaram-se no arraial de Viamão.

O afirmado pode-se ler no termo de a abertura do livro de registro de atas das reuniões em Viamão:

Este L^o hade servir p^a os Termos de vereanças q. se fizerem pelos Juizes, vereadores, emais officiaes da Camara da Villa do R.^o Gr.de de S. Pedro, e Continentes de Viamam, por se haverem perdido os antigos q na invazão do inimigo naq.elas Villas,(...) Desterro ilha de Santa Cath.^a 1^o de Janr^o de 1766. (in Boletim Municipal da Pref. De Porto Alegre,jan/abril, 1941,p. 62)

O termo de Vereança da primeira sessão assim se inicia:

Aos desoito dias do mês de Junho de mil e setesentos e sessenta eseis annos neste arrayal de viamão nas cazas queservem de fazer

veriança aonde seachava o Juis ordinario Francisco da Costa villaça emais officiaes da Camara ao diante assignados, a saber Veriador mais velho o licenciado Sebastiam Gomes de Carvalho e Manoel Bento da Rocha segundo veriador, anbos que havião sahido no ultimo pilouro que sehavia aberto navilla do Rio Grande (...) (in Boletim Municipal da Pref. De porto Alegre, jan/abril 1942).

Nele, lê-se claramente que Viamão é um arraial e portanto não poderia ter câmara própria e ainda terem os dois vereadores citados saídos do último pelouro aberto em Rio Grande. Na mesma ata é dito que tendo se perdido a *Vila Capital deste districto e não ter esta mais outra alguma villa* (não sublinhado no original) seria conveniente ao monarca e para o bem público que continuassem os juízes a administração da justiça no arraial de Viamão.

Esse texto vem em apoio do anteriormente referido quando da posse de Custódio de Faria. Outra prova do afirmado encontra-se no arbitramento da fiança do juiz de órfãos Domingos Lima Veiga registrado na ata da sessão de três de janeiro de 1767: *por não haver neste Pais Villa eso sim hum aRayal (...)*

Entre 18 de junho de 1766 e 22 de agosto de 1773, data da ultima reunião, foram realizados em Viamão 218 termos de vereança e em nenhum deles se encontra o local batizado de vila, todos, porém, referem-se a Viamão como arraial.

A instalação da Câmara em Viamão e a nenhuma iniciativa de vilamento do arraial, salvo melhor juízo, levam a pensar na interinidade da sede da Câmara de Vereadores da Capitania e na esperança portuguesa de reaver a vila do Rio Grande e a ela voltarem as instituições administrativas. Bettamio na *Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul*, mesmo com restrições ao sítio rio-grandino, leva a esse caminho (1858, p.248) quando diz:

Esta vila que tanto tem custado á coroa portuguesa parece de justiça se conserve, e se passe para ela a capital mudando-se de Porto Alegre as pessoas que formão o Estado Civil (...).

Entretanto, os acontecimentos ocorridos em 1773, ao arrepio das disposições vigentes, rumaram em outra direção.

Coube ao Brigadeiro, José Marcelino de Figueiredo, no segundo período de assunção ao governo da Capitania do Rio Grande, a arbitrária ordem de transferência da Câmara para Porto Alegre e o aceno de elevar o povoado a categoria de vila, o que fugia a sua alçada.

Não se vai, por impertinente, analisar o patriotismo ou o valor militar de José Marcelino de Figueiredo ambos indiscutíveis. Homem reconhecidamente violento, segundo os que o estudaram e exaltaram, não os desmentiu quando transferindo a administração para Porto Alegre, particularmente a Câmara de Vereadores.

Porto Alegre, pela sua posição geográfica, quando iniciou a concentração de habitantes, estava fadada a desenvolver não só um aglomerado urbano mas um destacado aglomerado urbano que em tempo não muito dilatado imporia o vilamento. Figueiredo, como militar, deu-se

conta da situação privilegiada de Porto Alegre, a análise fria dos seus atos, no que aqui interessa, embora revele vantagens ao povoado, mostram, também, abuso de poder. É possível presumir que tenha iniciado negociações com o vice-rei para, por seu intermédio, conseguir o vilamento porto-alegrense.

O exame do trecho seguinte extraído da carta que enviou a Câmara, datado de Porto Alegre, 24 de julho de 1773, levanta diversas questões.

Participo a vcês, haver mudado a minha residência com a provedoria para este porto que o Ilmp e Exmo. Marques Vice-rei do Estado determinou fosse a capital destas províncias cujo motivo concorreu com o que estava de sua parte o exc.. e ver. sr Bispo Diocesano, mandando logo que teve esta notícia se passar como efetivamente se passou a residência da Vara desta Comarca Eclesiástica e o Cartório dela para este porto estas circunstâncias me fazem persuadir que vces não hesitarão um só momento em mudarem sua residência do Arraial do Viamão com o Cartório e mais ditos Oficiais para este dito Porto que brevemente hei de criar vila na forma das ordens com que me acho e porque me parece a sua mudança logo muito conveniente (...) (Não destacado no original (fonte: R.I.H.G.R.G.S. nº121, p. 21)

Considerando que, nas capitanias da Coroa, o vilamento era prerrogativa do monarca, quem exercesse essa faculdade sem autorização régia estaria cometendo uma inconfidência e sujeito à penalidades nada confortantes. O termo inconfidência é aqui empregado no seu sentido estrito. Nem José Marcelino de Figueiredo nem o Vice-rei tinham, ao que se sabe, tal autorização. Se fosse verdade que *em breve* – termo muito vago no caso – *criaria vila* para que precisava transferir a Câmara decorrente do vilamento do Rio Grande para Porto Alegre? A autoridade encarregada da instalação de uma nova vila, como se viu, teria de presidir a eleição da primeira câmara. Se tinha ordens por que não as executou? O exposto conduz a pensar que o governador não contou a verdade em sua carta endereçada à Câmara instalada em Viamão. Borges Fortes & Wagner (op. cit. 1963, p. 29) dizem que tendo Figueiredo vindo recentemente do Rio de Janeiro *tudo leva a crer que o governador tivesse acertado com o Vice-rei a transferência (...)*. *Leva a crer* é apenas uma ilação. Na carta do Vice-rei, datada de cinco de abril de 1773, e lida na Câmara de Vereadores, segundo a ata de onze de junho daquele ano, aquela autoridade comunicava que Sua Majestade foi servida mandar continuar no governo do Continente, ao Coronel José Marcelino de Figueiredo e nada mais. Por quê? Além disso, Figueiredo e o Vice-rei Lavradio não eram pessoas que se admiravam ou se estimavam.

Informam Borges Fortes & Wagner da existência de carta datada de dois de agosto de 1773 em que o Marques de Lavradio autoriza a mudança da capital. A autorização não desmente o exposto. Nenhuma das duas autoridades citadas, repete-se, tinha autoridade para transformar Porto Alegre em vila mesmo que inegavelmente a função do povoado à margem do Guaíba assim o caracterizasse como tal

Após a libertação do Rio Grande, a sede do governo da Capitania foi assunto entre as autoridades. O Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara em ofício ao Vice-rei Luiz Vasconcellos e Souza, assinada na vila do Rio Grande, em 22 de dezembro de 1780 (in Rev. do I.H.G.E.B., 1887) reportou-se ao pedido daquele, de um parecer *sobre o lugar fixo da sua capital* [da Capitania] respondido pelo missivista que na ocasião, por falta de conhecimento, não podia fazê-lo, deixando a informação para outra oportunidade. Essa teria chegado. O Governador, após fazer uma série de considerações sobre o que chamou a vila do Rio Grande e sobre a povoação de Porto Alegre, escreveu:

A invasão do Rio Grande obrigou o governador Ignacio Eloy de Madureira a transferir interinamente a sua residência, e não menos a capital do continente, para o sítio de Viamão (...) até que este [José Marcelino de Figueiredo] por ordem do Ilmo. E Exm. Sr. Marquez do Lavradio, (...) o mudou para Porto Alegre, então pequena povoação (...)

Em ofício de 30 de dezembro do mesmo ano respondeu ao Governador, o Vice-rei

(...) sobre a dúvida da residência da capital desse continente, e ainda que sobre tudo esperava o seu parecer, modestamente o cala (...) porém como V.S. me assegura estar ela já decidida pelo Sr. Marques meu antecessor, e não tem mudado as circunstâncias (...) assento que ali deve sem dúvida permanecer a sobredita residência, enquanto Sua Majestade não mandar ao contrario ou se não achar nisso algum novo inconveniente. (citação constante na mesma fonte da anterior).

Os dois extratos mostram que tanto o Governador como o Vice-rei acharam melhor deixar as coisas como estavam. Não falam em Porto Alegre como vila e nem tocam em Câmara de Vereadores.

Quanto ao ato do bispo diocesano Dom Antônio do Desterro, citado na carta de Figueiredo, mesmo levando em conta os vínculos existentes entre a Igreja e o Estado, a criação de freguesia não implicava na elevação a vila. A povoação de Viamão tornou-se freguesia em 1768 (Borges Fortes & Wagner, op. cit. p.451). A afirmativa do Bispo *que ora fica sendo vila* não teria sido induzida?

A Câmara instalada em Viamão, acabou por satisfazer os desejos do Governador. A última sessão realizada em Viamão tratou da transferência para Porto Alegre. (in Boletim Municipal, set/dez, 1942) onde realizou a primeira sessão em seis de setembro de 1773. As primeiras atas da Câmara em sua nova sede, não falam em vila,. A primeira diz (...) nesta Porto Alegre nas casas da Câmara. Mais tarde, porém a expressão usada é *nesta villa de Porto Alegre nas casas da Câmara* (...)

Como é preocupação saber a que vila pertencia a Câmara que se reunia em Porto Alegre e não discutir aqui se Porto Alegre era ou não vila, pelo exposto, não parece haver dúvida que era a Câmara de Vereadores do Rio Grande, única vila existente no Continente de São Pedro. Já em 1780, Betâmio assim se referiu a Rio Grande:

Foi sempre a capital, e a ela pertence a camara que hoje se acha em Porto Alegre

E a Porto Alegre:

Esta povoação, a que muitos chamão de vila e nos papéis públicos se diz – nesta denominada vila de porto Alegre (...)

Do exposto a conclui-se é que entre 1776, 1 (expulsão dos espanhóis do Rio Grande) e o início do segundo decênio do século seguinte, quando foram instaladas das mais três vilas, o território rio-grandense apresentou a inusitada situação de ter uma vila sem Câmara de Vereadores e um povoado no termo do Rio Grande, como sede de Câmara de Vereadores.

Como duas câmaras rio-grandenses atribuem-se mais de duzentos anos disputando antigüidade como se tal fosse virtude, cumpre esclarecer o que ocorreu.

A primeira Câmara existente em solo gaúcho, a do Rio Grande, como se viu surge em 1751 e funciona até que o território da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul sofre uma alteração administrativa decorrente da *Resolução* de 1809 passada no Rio de Janeiro pelo príncipe regente Dom João que faz saber ao ouvidor da Comarca de Santa Catarina que:

Fui servido, por Imediata Resolução minha de vinte e sete de Abril do corrente ano (...) criar nela [Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul] quatro Vilas, erigindo como tais a povoação de Porto Alegre, a do Rio Grande de São Pedro, a do Rio Pardo e a de Santo Antônio da Patrulha, com os oficiais competentes, e necessários. (Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul, 1922, anexo, p.159)

E ordena-lhe tomar as providências necessárias as instalações do novos municípios conforme as prescrições legais. Em obediência a resolução do Príncipe Regente, o ouvidor e Corregedor Antônio Monteiro da Rocha, em 11 de dezembro de 1810, levantou o pelourinho e instalou a vila de Porto Alegre conforme a praxe legal. Rio Grande foi reinstalada em 12 de fevereiro do ano seguinte e nesse mesmo ano em 3 de abril, Santo Antônio da Patrulha e em 20 de maio, Rio Pardo. Desnecessário dizer que cada vila e seu respectivo termo elegeram uma Câmara de Vereadores. Em virtude do ocorrido, evidencia-se o desaparecimento daquela primeira Câmara surgida no Rio Grande em 1751. Como de 1810 até hoje não decorreram dois séculos a antigüidade torna-se mais jovem.

No período colonial, como se viu, as Câmaras de Vereadores regeram-se pelas Ordenações Filipinas. Durante o Império, foram reguladas pela Constituição modificada pelo Ato Adicional, e pela lei de 1º de outubro de 1828, chamada *Regimento das Câmaras Municipais do Império*. O Brasil republicano teria sua própria legislação a partir de 1891. Com o desaparecimento da Primeira República e o advento da era Vargas só houve Câmara de Vereadores um pequeno espaço de

tempo. Extintas em 1937, só voltariam em virtude do prescrito na Constituição de 1946.

Como organização, as atribuições e a escolha dos componentes do órgão oficial denominado câmara de vereadores variou devido as alterações legais expostas, isso autoriza a pensar na falta de continuidade temporal das Câmaras de Vereadores e inferir que as mais antigas, hoje funcionando, atingem a pouco mais de meio século.

Bibliografia consultada

- ABREU, Florêncio, *Governo de José Marcelino de Figueiredo no governo de São Pedro*. in Anais do 2º Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, Vol. III. Porto Alegre, Of. Graf. Da Liv. Do Globo, 1937.
- AZEVEDO, Aroldo - *Brasil - a terra e o homem*. Vol. 2. São Paulo, Cia Ed. Nacional & Ed. Da Universidade de São Paulo,
- BARNASQUE, Clemenciano - *Ephemerides Rio-Grandenses*, Porto Alegre, Liv. Selbach, 1931.
- BARRETO, Abeillard - *Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil, 1741-1774*. in História Naval Brasileira, 2º vol. Tomo II, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1979
- BETTAMIO, Sebastião Francisco - *Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul*. In Rev. do I.H.G. B., tomo XXI, 3º trim, 1858.
- BOITEUX, Lucas - *História Catarinense*. Florianópolis, Imprensa oficial, 1920)
- BORGES FORTES, Amir & WAGNER, João B. S. - *História Administrativa Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1963.
- CALMON, Pedro, *História do Brasil*. 2º vol. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1941
- CAMPANHOLE, A & CAMPANHOLE H. L. - *Todas as constituições do Brasil*. São Paulo, Ed. Atlas S. A, 1978.
- COSTA Porto, *O sistema sesmial no Brasil*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, s/d.
- FAORO, Raymundo - *Os donos do poder*. São Paulo, Ed. Globo, 1993.
- FONTOURA, Edgar Braga - *Sinopse da História do Rio Grande: 1737/1822*. Rio Grande, Ed. FURG, 1985.
- HOMEM DE MELLO, Barão (comp.) - *Documentos relativos a História da Capitania depois Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Compilados e copiados na Secretaria do Governo em Porto Alegre de ordem do Barão (...)*. in Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnológico do Brasil, Tomo XV- 1ª parte. Rio de Janeiro, Garnier Liv., 1887.
- MAGALHÃES, Basílio - *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, EPASA, 1944.
- MALHEIRO DIAS, Carlos - *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto, Litografia Nacional, MCMXXIV.
- MOURÃO, João Martins de Carvalho - *Os municípios. Sua importância política no Brasil-Colonial e no Brasil-Reino, Situação em que ficaram no Brasil-Império pela constituição de 1824 e pelo Acto Adicional*. In Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Tomo especial - Primeiro Congresso de História Nacional, Parte III. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.
- NEIS, Ruben - *Guarda Velha de Viamão* - Porto Alegre, Sulina, 1975.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - Boletim Municipal Diretoria Geral do Expediente., Porto Alegre. Vários volumes.
- ROCHA POMBO - *História do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, W.M. Jackson, Ed., s/d.
- RUBERT, Arlindo - *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.
- SPALDING, Walter - *As " Vereanças" das Câmaras de Viamão e Porto Alegre*. In Boletim Municipal, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Diretoria Geral do Expediente. Ano III, Nº. 7, jan./abril, 1941.
- VARNHAGEN, Francisco A. de - *História Geral do Brasil*. - São Paulo, Ed. Melhoramentos / MEC, 1975.
- VASCONCELOS, Diogo de - *Linhas gerais da administração colonial*. In Rev. do I.H.G.B., Tomo especial - 1º Congresso de História Nacional, Parte III. Rio de Janeiro, imprensa Nacional, 1916
- VELLINHO, Moisés - *O fundador de Porto Alegre*. In R.I.H.G.R.G.S. n.º 121. Porto Alegre, Ed. A Nação, 1975.
- XAVIER, Paulo - *Porto Alegre, (Origem do agrupamento urbano)* in R.I.H.G.R.G.S., n.º 121. Porto Alegre, A Nação, 1975.
- YUJNOVSKY, Oscar - *La estructura interna de la ciudad. El caso latinoamericano*. Buenos Aires, Ed. Vision, 1971.

Para nós, estudiosos de história do Rio Grande do Sul, a comemoração dos 500 anos do Brasil envolve algumas dificuldades, pois a conquista europeia do território de nosso Estado é um episódio de pouco mais de 300 anos, e, de um modo geral, nenhum dos membros desta instituição cultural tem por hábito remontar ao século 16 em suas pesquisas e análises críticas.

De qualquer maneira, nós, sul-rio-grandenses, não podemos isolar-nos dos acordes e dos movimentos da orquestra e ignorar a grande sinfonia dedicada à memória do descobrimento do Brasil e à meditação sobre o significado do nascimento da América Portuguesa. A nação inteira celebrará em 2000 a implantação desta heterogênea e multiétnica civilização intertropical que é o Brasil, bem como o milagre de sua unidade política. É este, a meu ver, o sentido principal destas comemorações, às quais, obviamente, não poderia este Instituto Histórico e Geográfico deixar de associar-se, coerente com a sua devoção à pátria grande.

Entretanto, afeiçoados que somos ao estudo das fontes primárias, seduzidos pela heurística, não é sem alguma frustração que nos voltamos para um tema em que os acervos de nossos arquivos se revelam vazios. Por isso, pela própria dificuldade de inserir a história regional no capítulo quinhentista na história brasileira, é que fugimos para um cenário mais amplo, que foi o da abertura dos mares e da conquista dos novos mundos. De micro-historiador, regional e localista, arriscamos audaciosamente um mergulho no universal. Mas empreendemos essa aventura pretensiosa apelando para o socorro providencial de uma figura que a todos pertence, o poeta maior da língua, Luís Vaz de Camões, o grande épico da Renascença, que popularizou através da literatura a façanha ocidental dos descobrimentos marítimos.

Não nos inculcamos especialista em Camões. Toda a obra do poeta e particularmente *Os Lusíadas* têm sido examinados por especialistas sob os mais diversos ângulos e com a profundidade analítica inerente aos bons trabalhos acadêmicos. Veja-se nesta palestra não mais que o esforço de um leitor atento, desejoso de fazer notar aos ouvintes, o grau de atualização de Camões em face da ciência geográfica do seu tempo.



³ Palestra no IHGRGS em 5.8.1999

O poeta, evidentemente, não era um nefelibata, não vivia nas nuvens. Os *Lusíadas* demonstram que ele se achava familiarizado com os conhecimentos do seu século e com a herança conhecida da Antigüidade Clássica. E, do exame de sua obra, fica bem claro que se tratava de um cidadão do mundo das navegações, das descobertas e das caravelas, não um poeta confinado a gabinetes.

A essa altura seria desnecessário lembrar que o grande épico lutou em Ceuta, diante de Gibraltar, viajou duas vezes à Índia, contornando a África, lutou no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho, serviu em Macau, na costa da China. E que, na volta da China, naufragou diante da foz do Mecong, no atual Vietname, onde *não menos milagre foi salvar-se*. Parece que nenhum dos ilustres vates que o precederam, seja na Antigüidade, seja na Idade Média ou na Renascença, viajou tanto e tantas adversidades encontrou, *nu'a mão sempre a espada, e noutra a pena*. (Canto VII, 79).

Tais fatos explicam sua adesão intelectual às curiosidades da natureza, aos segredos do mundo recém-descoberto, à toponímia extravagante da África e das Índias. E mais: sua quase integração com a mentalidade dos conquistadores e descobridores de terras novas.

Assinale-se, contudo, que seus conhecimentos de geografia não eram puramente empíricos, assimilados em suas viagens ao oriente. É claríssimo que toda a sua narrativa é informada pela obra dos cronistas que o precederam, especialmente João de Barros, das *Décadas*, e Fernão Lopes de Castanheda, da *História do Descobrimento da Índia pelos portugueses*. A obra de João de Barros, repare-se, apareceu entre 1552 e 1563, bem antes da publicação do poema. E anterior aos *Lusíadas* também é a obra de Castanheda, que narrou minuciosamente a viagem de Vasco da Gama, o tema central do poema. Esses dois cronistas – dizem-no os comentadores autorizados –, informaram muito de perto tudo que concerne à viagem do Gama, seu roteiro e peripécias. De resto, os conhecimentos geográficos de Camões também vinham dos clássicos da Antigüidade, que desde o século precedente se haviam tornado conhecidos nos centros culturais da Europa. Lê-se no Canto V, estância 50, no episódio do Adamastor:

*Eu sou aquele oculto e grande Cabo,
A quem chamais vós outros Tormentório,
Que nunca a Ptolomeu, Pompônio, Estrabo,
Plínio, e quantos passaram, fui notório.*

Os quatro nomes referidos seriam talvez os quatro mais conhecidos da geografia da Antigüidade. ESTRABO, ou ESTRABÃO, grego do tempo da dominação romana, viveu de 60 a.C. ao ano 20 da era cristã, tendo chegado aos nossos dias, quase completa, a sua *Geografia* em 17 livros, que é uma descrição do mundo greco-romano então conhecido, baseada sobretudo nas narrativas de predecessores.

Cláudio PTOLOMEU, grego do 2º. século depois de Cristo, nasceu no alto Egito e viveu em Alexandria. Foi astrônomo, matemático e geógrafo. Sua *Geografia* contém uma estimativa sobre o tamanho da Terra, a descrição de sua superfície então conhecida, bem como a fixação de localidades através da longitude e da latitude. Seu mapa-múndi, que representava a Europa, a porção norte da África e a Ásia (esta muito imprecisa na parte oriental) já assinalava a ilha de Taprobana, o

Ceilão, atual Sri-Lanka, a que Camões faz referência na primeira estância de seu imortal poema.

POMPÔNIO e PLÍNIO são romanos. POMPÔNIO MELA, do 1º. século, escreveu *De situ orbis*, que é, em Latim, o primeiro tratado de geografia: segundo Konrad Kretschmer, uma pequena compilação de materiais subministrados pelos gregos. Caius PLINIUS Secundus, conhecido como Plínio o Velho, viveu ente 23 e 79 da era cristã, tendo-nos deixado em sua *Naturalis Historia* numerosas informações de ordem geográfica.

É, pois, com a ajuda desses clássicos, mais as informações dos cronistas dos descobrimentos e sua experiência direta de viajante, que Luís de Camões compõe o quadro espacial de seu poema épico, que, fora de dúvida, se apresenta riquíssimo em referências toponímicas, em sínteses panorâmicas dos continentes (exceção feita à América), em descrições de fenômenos meteorológicos e em referências etnográficas. Nota um de seus comentadores, entre as palavras que ao tempo da publicação do poema eram de uso limitado e raro, algumas evidentemente recolhidas dentro do universo da geografia, como é o caso de *hemisfério*, *galerno*, *região* e *etéreo*. Tais palavras, como outras muitas, teriam sido vulgarizadas dentro do idioma por *Os Lusíadas*, segundo considerações de Afrânio Peixoto.

Quem se recorda da estrutura adotada para o poema, há de lembrar-se que Camões já surpreende a armada de Vasco da Gama em meio da viagem

*já lá da banda do Austro e do Oriente,
entre a costa Etiópica e a famosa
Ilha de São Lourenço; ... (I, 42)*

Vale isto dizer: entre a ilha de Madagáscar, cujo primitivo nome foi São Lourenço, e a costa oriental da África, que os antigos geógrafos chamavam de *etiópica*, projetando muito longe os limites da Etiópia. Diante de Moçambique, portanto. Ali, na pequena ilha Moçambique, os viajantes lusos encontram navegantes árabes, que traçam para os surpresos navegadores uma breve relação dos portos do Índico:

*Esta ilha pequena que habitamos,
É em toda esta terra certa escala,
De todos os que as ondas navegamos,
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala. (I, 54)*

Quíloa é porto na costa da atual Tanzânia; Mombaça é cidade do Quênia; Sofala é lugar de Moçambique. Todos foram pontos freqüentados pelas naus portuguesas que demandavam à Índia. E já se tem aí, no Canto Primeiro, a amostra das repetidas lições de geografia que serão dadas até o Canto Décimo.

No Canto II, o poeta relata as peripécias em que se viu a gente do Gama no enfrentar as perfídias do rei mouro de Mombaça, mas, afinal, leva a frota até Melinde, porto do atual Quênia. E aí terá ocasião para, através da narrativa do navegador, no Canto III, fazer sua primeira grande incursão pela geografia. É quando surge a notável descrição da Europa, que se estende por dezesseis estrofes. Não a transcreveremos toda, evidentemente. Mas, algumas das estâncias merecem ser citadas, para que se observe a sensibilidade geográfica de Camões. Veja-se, por exemplo, a descrição da Escandinávia:

Lá onde mais debaixo está do Pólo,

*Os montes Hiperbóreos aparecem,
E aqueles onde sempre sopra Eolo,
E co'os nomes dos sopros se enobrecem.
Aqui tão pouca força tem de Apolo
Os raios que no mundo resplandecem,
Que a neve está contino pelos montes,
Gelado o mar, geladas sempre as fontes. (III, 8)*

Aí se mesclam variados conhecimentos de História, de Mitologia Clássica e de Geografia. Fala-se da *Lápia fria, a inculta Noruega*, alude-se às dificuldades da navegação do Báltico:

*Aqui, enquanto as águas não refreia
O congelado inverno, se navega
Um braço do Sarmático Oceano. (III, 10)*

E se traça um sintético quadro de Veneza:

*A soberba Veneza está no meio
Das águas, que tão baixa começou.
Da terra um braço vem ao mar, que cheio
De esforço, nações várias sujeitou, (III, 14)*

Toda a Europa, do Mediterrâneo ao Ártico e das planícies da Rússia à península Ibérica, tudo é sintetizado em magníficas estrofes. Entrementes, o personagem central, Vasco da Gama, continuava a contar suas origens e as glórias de sua pátria ao rei de Melinde, chegando no Canto V à narrativa de sua própria viagem a partir do Tejo.

Trata-se de um Canto que é pura geografia. Aí, as informações geográficas são fartíssimas, servindo para a caracterização de todo o litoral ocidental da África, desde a costa da Mauritânia, hoje Marrocos, ao cabo das Tormentas, ou da Boa Esperança.

*Passamos o limite aonde chega
O Sol, que para o Norte os carros guia,
Onde jazem os povos a quem nega
O filho⁴ de Climene a cor do dia.
Aqui gentes estranhas lava e rega
Do negro Sanagá a corrente fria,
Onde o Cabo Arsinário o nome perde,
Chamando-se dos nossos Cabo Verde. (V, 7)*

*Ali, o mui grande reino está do Congo,
Por nós já convertido à fé de Cristo,
Por onde o Zaire passa, claro e longo,
Rio pelos antigos nunca visto.
Por este longo mar enfim me alongo
Do conhecido pólo de Calisto⁵,
Tendo o término ardente já passado,
Onde o meio do mundo é limitado. (V, 13)*

⁴ Faeton, filho do Sol e de Climene, abrasou o mundo ao guiar o carro do pai.

⁵ Pólo de Calisto é o Pólo Norte.

São duas estâncias tomadas quase ao azar dentro desse extraordinário Canto V, onde ele revela sua emoção pelo ingresso no hemisfério Sul, após a passagem do Equador:

*Já descoberto tínhamos diante
Lá no novo Hemisfério nova estrela,
Não vista de outra gente, que ignorante
Alguns tempos esteve incerta dela. (V, 14)*

Possivelmente, Camões aludisse aí ao Cruzeiro do Sul, segundo se deduz do contexto da estrofe. Os mares equatoriais o deslumbraram. Tanto que o poeta dedica um largo espaço à descrição de fenômeno característico dos mares quentes – a tromba marinha –, que certamente ele terá presenciado em uma de suas viagens à Índia. Trata-se de um movimento turbilhonante de ventos e de nuvens cúmulus, formando um funil cuja ponta incide sobre a água do mar, agitando-a violentamente e levantando vagalhões de espuma. Entrementes, o ar aquecido e saturado de umidade, ao contato com a água mais fria, converte-se em chuva intensa. Esse raro e notável espetáculo da natureza deu a Camões a oportunidade para imagens de uma notável força descritiva:

*Não menos foi a todos excessivo
Milagre, e cousa certa de alto espanto,
Ver as nuvens do mar com largo cano
Sorver as altas águas do Oceano. (V, 18)*

Pouco antes, aliás, ele fizera referência ao *lume vivo que a marítima gente tem por santo*, e que outro não é senão o fenômeno meteorológico do fogo de Santelmo, que são faíscas elétricas produzidas geralmente na extremidade dos mastros dos navios, por ocasião dos fortes temporais. E depois de descrever essas singularidades do mar, exclama o poeta: *Vejam agora os sábios da escritura/ Que segredos são estes da Natura* (V, 22). Não se imagine Camões como um crédulo e assustado marinheiro. O espírito que o anima é o da dúvida científica diante das *perigosas cousas do mar, que os homens não entendem* (V, 16).

No final do Canto Sexto, o grande épico situa os portugueses chegando a Calecu, cidade que, com nome assemelhado, ainda existe na costa ocidental da Índia, a costa que outrora se chamava do Malabar. E o Canto VII é outra vez rico em dados geográficos, porque todo ele se volta à descrição da Índia e dos contatos iniciais entre os descobridores lusitanos e os homens de Calecu:

*Além do Indo jaz, e aquém do Gange,
Um terreno mui grande e assaz famoso,
Que pela parte Austral o mar abrange,
E para o Norte o Emódio⁶ cavernoso.
Jogo de reis diversos o constrange
A várias leis: alguns o vicioso
Mahoma, alguns os ídolos adoram,
Alguns, os animais que entre eles moram. (VII, 17)*

Finalmente, o décimo e último canto é recheado de indicações geográficas, como também históricas. Depois do erótico episódio da Ilha dos Amores, no

⁶ Cordilheira do Himalaia.

banquete que as ninfas oferecem aos navegantes que estão de regresso à pátria, a saudação de uma delas serviu para sintetizar, numa profecia, aquilo que haveria de ser, ao longo do século seguinte, a belicosa e bem sucedida atuação dos portugueses no Oceano Índico. Aí, em sucessivas estâncias, surge toda uma toponímia, então mal conhecida, de Málaca, da Índia, do golfo Pérsico, da costa da Arábia, do mar Vermelho e do litoral oriental da África. Todo um mundo ignorado dos europeus do século XVI e que, a rigor, só se tornou vulgar para os ocidentais após as aventuras do moderno imperialismo, aí explode nas estâncias camonianas com a simplicidade do que foi visto, sentido e sofrido:

Mas, na ponta da terra, Cingapura

Verás, onde o caminho às naus se estreita; (X, 125)

Ou então:

Vês, passa por Camboja Mecom rio,

Que capitão das águas se interpreta;

Tantas recebe doutro só no estio,

Que alaga os campos largos, e inquieta; (X, 127)

Iríamos muito longe se fossemos analisar todas as indicações geográficas do Canto X, que formam um verdadeiro catálogo dos portos, ilhas, estreitos, golfos e cabos do Oceano Índico.

Importa referir, todavia, que embora celebrando todo o mundo português da Ásia e da África, Camões foi extremamente parco em referências à América e ao Brasil, que ele não conhecera. É explicável: a primeira publicação minuciosa e articulada a respeito do Brasil foi a *História da Província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gandavo, impressa em 1576, depois de *Os Lusíadas*. Camões, que era amigo de Gandavo, teve ocasião de saudar o trabalho deste, em tercetos que dedicou a Dom Lionis Pereira:

Depois que Magalhães teve tecida

A breve história sua que ilustrasse

A terra Santa Cruz pouco sabida...

Pouco sabida era a América Portuguesa, ao tempo em que o poeta compunha seu poema nos confins da Ásia. E o próprio continente americano não lhe mereceu mais do que as quatro primeiras linhas de uma estrofe:

Vedes a grande terra que contém

Vai de Calisto ao seu contrário pólo,

Que soberba a fará a luzente mina

Do metal que a cor tem do louro Apolo...

E pela própria estância 139 do Canto X, tem-se a impressão de que Camões aceitava como um destino inelutável ficar a América para os espanhóis:

Castela, vossa amiga, será dina

De lançar-lhe o colar ao rudo colo...

Nessas mesmas profecias do Canto X, a deusa dos mares, Tétis, limita-se a vaticinar aos portugueses, a propósito do Brasil, depois de aludir à América:

Mas cá onde mais se alarga, ali tereis

Parte também co' o pau vermelho nota:

De Santa Cruz o nome lhe poreis

Descobri-la-á a primeira vossa frota. (X, 140)

E só aqui se encontram claramente o poeta Camões e os 500 anos do Brasil. Um encontro que só não foi mais íntimo e prolongado, porque o grande épico viveu sua grande aventura em terras da Índia, de Málaca, de Moçambique e da China, regiões onde passou 17 anos de sua vida.

Terminando este sintético trabalho, para que se tenha idéia objetiva das preocupações geográficas de Luís de Camões, fizemos um levantamento estatístico dos topônimos por ele referidos ao longo do poema, relativamente à África e à Ásia. Da primeira, anotamos 39 diferentes topônimos; e da última, nada menos de 88. Tais dados falam bem alto para demonstrar a contribuição camoniana à difusão e vulgarização de conhecimentos sobre o novo mundo que as grandes navegações da era renascentista incorporaram à civilização do Ocidente.

APÊNDICE

Topônimos da África e da Ásia, referidos em *Os Lusíadas*, com indicações sobre sua correspondência na atualidade e/ou sua localização.

1. Abássia (X, 50) = Abissínia, atual Etiópia
2. Abila (III, 77; IV, 49; VIII, 17 e 71) = monte onde está Ceuta
3. Alcácer (IV, 55) = Ksar, no Marrocos
4. Arzila (IV, 55) = no Marrocos
5. Barborá (X, 50) = porto na costa africana junto ao golfo de Adém
6. Benomotapa (X, 93) = região da África Oriental
7. Brava (X, 39) = cidade na costa de Melinde, hoje Quênia
8. Cabo Verde (V, 7) = cabo Arsinário dos antigos, o mais ocidental da África
9. Cabo das Palmas (V, 12) = cabo na entrada do golfo da Guiné
10. Cabo Tormentório (V, 50) = o da Boa Esperança
11. Ceita (ou Ceuta) (IV, 34) = praça fronteira a Gibraltar
12. Congo (V, 13) = região hoje compreendida nas repúblicas do Congo e do Zaire
13. Cuama (X, 93) = rio Zambeze
14. Dórcadas (V, 11) = ilhas de S. Tomé e Príncipe; ou, para outros o arquipélago de Bijagós
15. Etiópia (I, 43; IV, 62, 101; V, 6; VII, 61)
16. Gâmbia (V, 10) = rio da África Ocidental
17. Guardafu, cabo (X, 97) = na Somália, à entrada do Mar Vermelho

18. Jalofo (V, 10) = região fronteira ao Cabo Verde (Senegal)
19. Maçuá (X, 52 e 97) = Massauá, porto e ex-capital da Eritréia
20. Mandinga (V, 10) = região entre os rios Níger e Senegal
21. Melinde (II, 57, 58, 70, 73, 94; X, 39, 96) = cidade do Quênia, a 3 graus de latitude Sul
22. Méroe (X, 95) = península no delta do Nilo
23. Moçambique (I, 54, 77, 99; II, 17; V, 84)
24. Mombaça (I, 54; II, 56, 59; V, 45, 84) = cidade do Quênia, um pouco ao sul de Melinde, a 5 graus e 44 min. de latitude Sul
25. Muluca (III, 105) = rio de Marrocos que se lança no Mediterrâneo
26. Obi (X, 96) = rio da costa oriental da África, que Camões equipara ao *Rapto*, da geografia de Ptolomeu
27. Prasso, cabo (I, 43, 77) = provavelmente o cabo Delgado, limite entre Moçambique e Tanzânia; era o último ponto da costa leste da África, conhecido pela geografia da Antigüidade
28. Quilmance (X, 96) = rio do Quênia, próximo a Melinde (Quilimane)
29. Quiloa (I, 54, 99; V, 45; X, 26) = cidade da costa da Tanzânia (Kilwa Kisiwani ?)
30. Sanagá (V, 7) = rio Senegal
31. São Lourenço, ilha (I, 42; X, 39 e 137) = Madagáscar
32. Siene (III, 71) = cidade egípcia de Assuã
33. Sofala (I, 54; V, 73; X, 94) = lugar hoje pertencente a Moçambique
34. Suanquém (X, 97) = cidade da costa sudanesa do Mar Vermelho, hoje Suakin
35. Tanger (IV, 55) = em Marrocos
36. Tabos (X, 14) = região da costa de Melinde, hoje no Quênia
37. Tingitânia (III, 18) = nome antigo da Mauritânia, derivado de Tinge, que é o mesmo Tânger
38. Trudante (X, 156) = cidade antiga da Berberia, provavelmente no atual Marrocos
39. Zaire (V, 13) = o mesmo rio Congo

Á S I A

1. Aden (X, 99) = na costa da península arábica
2. Aquemênia (IX, 60) = denominação poética da Pérsia
3. Arábia (em inúmeros versos)

4. Armênia (III, 72)
5. Armusa (X, 103) = na entrada do golfo Pérsico
6. Arração (X, 122) = reino da antiga Índia, que vizinhava com Bengala
7. Áurea Quersoneso (II, 54; X, 124) = península de Málaca
8. Baçaim (X, 61) = fortaleza entre Dio e Chaul, na costa ocidental da Índia
9. Bacanor (X, 59) = cidade da costa de Malabar, litoral ocidental da Índia
10. Bactra (II, 53; VI, 60) = rio que banha a Bactriana, hoje no Afeganistão
11. Banda (IX, 14; X, 133) = ilhas sitas entre Java e as Molucas
12. Barém (X, 41, 102) = ilha do golfo Pérsico, atual Bahrein
13. Batalá (X, 66) = fortaleza a 30 léguas de Goa
14. Beadala (X, 65 e 66) = cidade junto ao cabo Comorim
15. Bengala (VII, 20; X, 121) = antigo reino perto do Ganges, habitado pelos bengalis
16. Bintão (X, 57) = reino da Índia e ilha ao sul de Málaca
17. Bipur (X, 57) = reino da costa do Malabar
18. Bornéu (X, 133) = uma das ilhas da Indonésia
19. Calaiate (X, 41) = lugar entre Socotorá e Ormuz
20. Calecute (II, 51; VI, 92; VII, 16, 22, 25; IX, 10; X, 14, 35, 64) = cidade da costa ocidental da Índia
21. Cambaia (VII, 21; X, 29, 34, 72, 106) = reino antigo da Índia, próximo de Bombaim
22. Cambalo (X, 13) = pequena ilha junto a Cochim
23. Camboja (X, 127) = o país de igual nome na península indochinesa
24. Cananor (II, 52; VII, 35; X, 14) = reino da antiga Índia, na costa do Malabar
25. Catigão (X, 121) = cidade rica de Bengala, na foz do Ganges
26. Champá (X, 129) = reino da Indochina, entre Cochinchina e Camboja
27. Chaul (X, 29, 60) = cidade ao Norte de Goa e ao Sul de Dio
28. China (II, 54; VII, 41; X, 129 e 131)
29. Cingapura (X, 125)
30. Cochim (II, 52; VII, 35; X, 13) = capital do reino de igual nome, na costa do Malabar, a 9 graus, 56 min. de latitude Norte

31. Cauchichina (X, 129) = Cochinchina, província do Vietname, onde se situa Saigão
32. Columbo (X, 51) = capital de Sri Lanka (Ceilão)
33. Comorim (X, 65 e 107) = cabo na extremidade meridional da península indostânica
34. Coulete (X, 55) = lugar vizinho de Calecute
35. Cranganor (VII, 35) = cidade e fortaleza do distrito de Cochim
36. Dabul (X, 34 e 72) = povoação de Cambaia, um pouco ao norte de Bombaim
37. Dio (II, 50; X, 35, 60, 61, 62, 64 e 67) = cidade do antigo reino de Cambaia, que os portugueses conservaram como colônia até 1961 (Diu)
38. Emódio (VII, 17) = à luz do contexto, um dos galhos do Himaláia
39. Eufrates (IV, 64; X, 102)
40. Fantaque (X, 100) = cidade e cabo na Arábia
41. Fásis (III, 71) = rio que nasce no Cáucaso, na Armênia, e, correndo de Lesta a Oeste, se lança no Mar Negro
42. Ganges (IV, 74; VI, 92; VII, 1, 17, 20; X, 33, 105, 118, 120, 121)
43. Gedrosia (IV, 65) = atual Beluchistão, parte do Paquistão
44. Gerum (X, 41, 103) = ilha do golfo Pérsico, onde está Ormuz
45. Gidá (IX, 3; X, 50 e 99) = atual Jedah, na Arábia Saudita; o porto que serve Meca
46. Goa (II, 51; X, 42) = foi possessão portuguesa até 1961, depois de conquistada por Afonso de Albuquerque em 1510
47. Índia
48. Indo, rio
49. Jasque, cabo (X, 105) = no Irã, dentro do golfo de Omã
50. Jordão, rio
51. Judéia (III, 27, 72, 86; IX, 34)
52. Laos (X, 126) = a referência é feita aos *laosianos*
53. Malabar (VII, 16, 21, 32, etc.; X, 15) = reino da antiga Índia, com capital em Calecute
54. Málaca (X, 44, 57, 123) = cidade na península do mesmo nome (Estados Malaio)
55. Maldiva (X, 136) = ilhas ao sul da Índia (República das Maldivas)
56. Maluco (IX, 14) = uma das ilhas Molucas
57. Mascate (X, 41) = cidade da península arábica, no golfo de Omã (capital do Sultanato de Omã)
58. Meca (IX, 1, 2, 4, 7; X, 50)

59. Mecom (X, 127) = rio da Indochina
60. Medina (X, 50)
61. Meliapor (X, 109) = pequena cidade, 9 km. ao sul de Madras, no sudeste da Índia
62. Merrão (X, 125) = rio da Tailândia
63. Moçandão (X, 102) = cabo junto ao estreito de Ormuz, pertencente a Omã
64. Mogor (X, 64) = Império Mongol
65. Narsinga (VII, 21; X, 14, 108, 120) = reino da península indostânica
66. Ormuz (II, 49; X, 40, 53, 101) = Ilha pertencente ao Irã, no estreito do mesmo nome
67. Pam (X, 125) = reino ao sul da península de Málaca (hoje Pahang)
68. Panane (X, 55) = povoação próxima a Calecute
69. Pancaia (II, 12) = região da Arábia, mal situada pelos geógrafos da Antiguidade
70. Pegu (X, 122) = reino no golfo de Bengala, hoje da Birmânia, perto de Rangún
71. Pérsia
72. Quedá (X, 123) = hoje na Birmânia ou Estados Malaios
73. Quersoneso Áurea (II, 54; VII, 18; X, 124) = Península de Málaca
74. Roçalgate, cabo (X, 101) = Ras-el-Hadd, em Omã, na entrada do golfo
75. Samatra (X, 124) = hoje Sumatra, da Rep. da Indonésia
76. São (X, 123 e 125) = hoje reino da Tailândia
77. Sina (X, 99)
78. Suez (IX, 2; X, 98) = a cidade do istmo de Suez
79. Socotorá (X, 137) = ilha Socotra, pertencente ao Iêmen do Sul
80. Sunda (X, 134) = ilha da Indonésia
81. Taprobana (I, 1; X, 51 e 107) = a ilha do Ceilão (Sri Lanka)
82. Tauro (III, 73) = cadeia de montanhas da Ásia Menor e Síria
83. Tavai (X, 123) = hoje Tavoy, na Birmânia
84. Tenesserí (X, 123) = hoje Tenasserim, na Birmânia
85. Ternate (X, 132) = uma das ilhas Molucas
86. Tetuão (IV, 34) = cidade do Marrocos, logo ao sul de Ceuta
87. Tigre, rio (IV, 64; V, 87; X, 102)
88. Timor (X, 134) = uma das ilhas Sonda, na Indonésia
89. Toro (X, 99) = cidade árabe, perto de Suez

Bibliografia utilizada

Obras gerais de referência:

- M.N. Bouillet, *Dictionnaire Universel d'Histoire el de Géographie*, Paris, L/ Hachette & Cie., 1856.
- *Enclíclopédia Mirador e Atlas Mirador Internacional*.

Obras específicas:

- CAMÕES, *Os Lusíadas*, W.M. Jackson, c/ prefácio de Afrânio Peixoto.
- F.T.D., *Os Lusíadas de Luís de Camões*, livraria Francisco Alves.
- LEMOS, Miguel. *Luis de Camoens*, Rio, 1924, 297p.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *História da Literatura Clássica*, Lisboa, 1917, 432p.
- KRETSCHMER, Prof. Konrad, *Historia de la Geografia*, Ed. Labor, 201p.
- CORTAMBERT, E., *Geographie Universelle de Malte-Brun*, Tome premier, Paris.

A QUESTÃO PLATINA: UMA TENTAÇÃO LUSO-BRASILEIRA⁷

Earle Macarthy Moreira

A atração do Rio da Prata foi uma constante nas preocupações portuguesas, desde os primeiros momentos após o descobrimento do Brasil. São exemplos manifestos do interesse de Portugal em avançar para o sul das terras recém descobertas, a expedição exploradora de 1501, de Gaspar de Lemos e, principalmente, a de 1514, pilotada por João de Lisboa. Esta porque imediatamente após o descobrimento do Pacífico por Balboa, que colocou na ordem do dia a procura de uma passagem entre o Atlântico e aquele oceano. Os rumores a existência de tal passagem, com certeza, estão vinculados a notícias, mais ou menos fantasiosas, sobre a existência do Rio da Prata. Pelas implicações geopolíticas aí imbricadas, responde a expedição de João Dias de Solis em 1516, o qual, para a maioria dos estudiosos, muito mais um redescobridor que o descobridor.

A descoberta do estreito de Magalhães, em 1520, não deslocou a área de interesse já que, nos anos subseqüentes, ficou mais que comprovada a indispensabilidade não só do acesso como do controle do estuário, que abria as portas para as imensas riquezas do *hinterland* sul-americano. Pode-se dizer, sem forçar a barra, que desde então a Bacia Platina assumiu um papel fundamental, tanto na política americana de Portugal como na do Brasil independente e, assim, se vem mantendo até nossos dias.

A história dessa tentação luso-brasileira, que arranca da extraordinária aventura de Aleixo Garcia - "*este português con alma de caudillo*", no dizer do historiador argentino Ernesto Palacio⁸ - prossegue com os bandeirantes paulistas e, até acomodar-se no sonho integracionista e fraterno do Mercosul, percorreu caminhos inóspitos, cotejou afincos e teimosias e testemunhou o derramamento de muito sangue.

Como quer que seja, não há como negar que não seria o Brasil o gigante territorial que é se, desde cedo, a Metrópole não se tivesse agarrado com unhas e

⁷ Palestra no IHGRGS em 26.4.2000

⁸ PALACIO, Ernesto. *Historia de la Argentina: 1515-1943*. 7ª ed. Buenos Aires: A. Peña Lillo, 1974. t.1 p. 26.

dentes à Bacia Platina, disputando palmo a palmo com os espanhóis seu acesso, seu uso e mesmo seu controle.

A partir do século XVII, a aproximação portuguesa ao Prata é bem visível e culmina com a fundação, em 1684, por Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco, da povoação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, a qual, com o tempo, desempenhará papel capital na conquista e colonização do sul do Brasil. É de lá que, em 1725, parte o grupo de 31 homens, chefiados por João de Magalhães, que alcançará as chamadas “vacarias do sul”, ponta de lança da investida em direção do estuário platino.

O atual Estado Rio Grande do Sul é fruto dessa política lusitana, seduzida pela importância estratégica da Bacia Platina, que “concorre serviçalmente para o desenvolvimento de três regiões distintas: a grande mesopotâmia argentina e o Pampa; a região subtropical do norte argentino e do Paraguai; e, finalmente, todo o vasto *hinterland* brasileiro, banhado pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai”.⁹

A Banda Oriental do Uruguai, desdenhada pela Coroa espanhola nas primeiras etapas de colonização do Prata, endereçadas aos caminhos do Alto Peru e das minas de Potosi, ganha especial realce com a instalação da Colônia do Sacramento em 1680, posto-chave de acesso ao interior do Brasil e cuja riqueza pecuária, contida nas ricas pastagens abraçadas pelos rios Uruguai, Negro e Jaguarão, já orçava, em fins do século XVII, ao redor de cinco milhões de cabeças de gado.¹⁰

“Poucos fatores - escreveu Teixeira Soares - concorreram tanto para transformar Buenos Aires numa importante cabeça-de-comarca econômica e política, drenando toda a riqueza de uma vasta região, como o plano de fundação da fortaleza lusitana.”¹¹ É o mesmo ponto de vista de um dos mais credenciados especialistas sobre a história dessa região, Manfred Kossok:

«Aparte los grandes lineamientos políticos, cuyos criterios guiaban toda solución del problema de Colonia, un fallo en favor de España

⁹ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Brand, 1955. p. 15.

¹⁰ WILLIEMAN, J. C. & PANIZZA PONS, C. *La Banda Oriental en la lucha de los Imperios*. Montevideo: EBO, 1977. p.120 ss.

¹¹ SOARES, op.cit.,p. 14-5.

respondía igualmente a los intereses vitales de la ciudad de Buenos Aires. Hacia mediados del siglo XVIII, la Pampa no había sido aún completamente conquistada ni para la ganadería ni para la agricultura, y las fronteras de los indios llegaban casi hasta la campaña que rodeaba a Buenos Aires. ‘Los indios y el desierto hacían de Buenos Aires una ciudad sin territorio’. Reducida a esos escasos kilómetros de campo, la ciudad veía en esa tierra de nadie transfluvial que se extendía hacia el Río Grande - y sumamente adecuada para la explotación ganadera - el objeto natural de su expansión. Todavía en el primer tercio del siglo XVII describió Acarete du Biscay a la Banda Oriental como habitada únicamente por “salvajes”, mientras que hacia 1730 se habla ya de estancias de 30.000 cabezas de ganado, y hasta de 80.000 y 100.000 (?) cabezas. Tomando en cuenta estas perspectivas de evolución, la toma de contacto con los portugueses sólo resultaba deseable en la esfera puramente comercial. ‘Qué sería de Buenos Aires y de los sitios que se proveen en la Banda Oriental, si los portugueses consiguieran sentar sus reales en la isla de San Gabriel?’ Y, aguzando el problema, Carlos Pereyra responde de la siguiente manera: “Buenos Aires se habría convertido en una colonia de la Colonia del Sacramento”.»¹²

Inclua-se nesse contexto a chamada “Questão do Pacífico”, que involucrou interesses não só espanhóis, mas também franceses, ingleses e holandeses, todos visando o predomínio na Patagônia, nas ilhas Malvinas e no cabo Horn: estratégicos postos para assegurar o controle da rota marítima entre o Atlântico Sul, o Pacífico e o Extremo Oriente. A disputa entre as potências agravou-se com a ocupação britânica das Malvinas (1765-1771) e é esse quadro que permite entender melhor o motivo da criação do Vice-Reinado do Prata (1776) e da arriscada empresa de Pedro de Cevallos, à frente do mais poderoso cometimento militar até então dirigido à América do Sul. Empresa que se justificava, segundo o próprio Cevallos, porque “*el Plata es el único y verdadero antemural de esta América, a cuyo fomento se ha de propender con todo el empeño... porque es el único punto en que ha de subsistir o*

¹² KOSSOK, Manfred. *El Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: La Pleyade, 1972. p. 51.

por donde ha de perderse la América meridional"¹³. Percepção de estadista e palavras proféticas, que o tempo veio confirmar.

Primeiro titular do novo Vice-Reinado, que aglutinava os atuais territórios da Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, Cevallos zarrou da Espanha com uma armada de cento e quinze barcos e um exército de cerca de nove mil e quinhentos homens. Ocupou, primeiramente, a ilha de Santa Catarina, seguiu depois para Montevideu, recapturou e destruiu a Colônia do Sacramento. O Tratado de Santo Ildefonso, quando encaminhava a conquista do Rio Grande do Sul, fez abortar esse propósito.

A invasão de Portugal pelos espanhóis, em 1801, encontrou na região platina a maior repercussão. O governador do Rio Grande de São Pedro, Tenente-General Sebastião Xavier da Veiga Cabral, antecipou-se ao Vice-rei do Rio da Prata e obteve a capitulação das tropas espanholas, concentradas em Cerro Largo. No entanto, o fato marcante dessa época foi a conquista das Missões Orientais, hoje em dia uma das mais prósperas regiões do sul do Brasil. Iniciativa de um bando de aventureiros, em que se mesclavam desde contraventores das mais variadas espécies até fazendeiros abonados, cujos nomes fizeram história: José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso, Patrício Correa da Câmara, Gabriel Ribeiro de Almeida e outros.

A transferência da Família Real para o Brasil, em 1808, repercutirá fortemente nos territórios platinos, já então em ebulição, como de resto toda a América Espanhola, graças à invasão da Península pelas tropas napoleônicas.

A intenção do Príncipe Regente de marcar presença na região é atestada pelo fato de, nem bem chegado ao Brasil, propor por seu Ministro da Guerra e Estrangeiros, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, proteção ao Cabildo de Buenos Aires que, desconfiado de tanta generosidade, agradeceu.

É fora de dúvida que, independentemente de argumentos tais como a defesa dos direitos do cunhado e de sua própria esposa, a Princesa D. Carlota Joaquina, ou ainda do infante D. Pedro Carlos, não parecia a D. João de boa política, depois da criação das Províncias Unidas do Rio da Prata, deixar passar em brancas nuvens as

¹³ Apud WILLIMAN & PANIZZA PONS, op.cit, p.69-70.

pretensões destas de incorporar os territórios do Alto Peru, do Paraguai e da Banda Oriental e permitir que essa nova estrutura nacional assumisse, por completo, o domínio da Bacia Platina e o controle do acesso fluvial ao Mato Grosso. Era preciso, também, assegurar a efetividade da fronteira sulina, conquistada na guerra de 1801.

Nessa conjuntura completamente nova para a América, onde o inimaginável converte-se em realidade a cada passo, a presença real de uma monarquia legítima, com pretensões de permanência duradoura, extrapolava os cálculos mais mirabolantes. Nos conciliábulos revolucionários, por onde quer que estivesse acesa a chama da independência, do despegue das metrópoles - e isso estava por toda parte - o grande enigma era qual seria o comportamento da realza assentada no Brasil.

É certo que, já em 1799, o Brigadeiro Joaquim Xavier Curado havia feito uma viagem ao Prata onde, segundo as instruções que levava, devia “com a maior cautela e segredo, tomar sobre o Rio da Prata e o estado de seus portos, todos os conhecimentos que fosse possível conseguir (...) examinar se há embarcações de guerra, quantas são e sua força”.¹⁴ O informe resultante dá constância do despreparo da tropa estacionada em Montevideu.

Numa segunda missão, em 1808, ostensivamente com o fito de incrementar as relações comerciais com as colônias espanholas, o objetivo secreto era o de reunir toda a informação que pudesse obter quanto a seus meios de resistência.

A política britânica para a América do Sul, em seus quatro delineamentos principais - obter preponderância política sobre os estados emergentes; exercer represálias à ação espanhola pró independência dos Estados Unidos; impedir a expansão francesa no continente e, principalmente, assumir a posição de sócio privilegiado no comércio dos novos estados - encontrou em Lord Strangford, embaixador no Rio de Janeiro, seu principal motor. Esse diplomata, entre 1808 e 1812, com rara habilidade, favoreceu o espírito revolucionário que grassava no subcontinente. Foi um dos principais promotores da Revolução de Maio em Buenos Aires e conseguiu contrariar, simultaneamente, tanto os interesses da Espanha como

¹⁴ GARCIA, Flavio. *Joaquim Xavier Curado y su informe secreto de 1799*. Montevideo: Boletín Histórico del Estado Mayor General del Ejército, 1964. n° 100-103. p.28, 43.

os de Portugal, contribuindo também para fazer naufragar os projetos de Carlota Joaquina.¹⁵

Nesse torvelinho político, administrando partidos antagônicos dentro de seu governo, além da hostilidade escancarada da própria esposa, o Príncipe Regente esgrimia como podia e, ainda que por linhas tortas, ia atingindo seus próprios fins.

É particularmente esclarecedor certo trecho de uma correspondência do embaixador inglês: “*Cada vez que he hablado al Príncipe Regente referente a sus relaciones con la parte española de la América del Sur, Su Alteza Real ha manifestado uniformemente la más grande confusión e incertidumbre. Sobre un punto solamente S.A.R. parecía uniformemente decidido (...) me refiero al proyecto de extender el imperio portugués en América hasta el Río de la Plata (...) me aseguro que el fracaso de la misión de Curado le ha dado el más grande placer, ya que esa circunstancia le deja en libertad de buscar por la fuerza lo que no había podido obtener por medios más suaves*”.¹⁶

Duas foram as tentativas de D. João no sentido de levar os limites do Brasil ao Prata. A primeira, de 1811, acontece na esteira da fulminante ação revolucionária do prócer uruguaio José Artigas que, vencedor dos espanhóis no combate de Las Piedras, em 18 de maio, põe sítio a Montevidéu. O Vice-rei Francisco Xavier Elío solicita auxílio militar ao Príncipe Regente. Em 23 de julho começa a invasão do chamado “Exército Pacificador” a mando de D. Diogo de Sousa, Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, o qual em 46 dias cobriu 97 léguas e chegou ao estratégico porto de Maldonado. Daí não passa a Montevidéu devido a um “armistício ilimitado” de 16 de março de 1812, mediante o qual deviam retirar-se, simultaneamente, as tropas de Buenos Aires, sitiadoras, e as provenientes do Brasil. Portugueses da infantaria de linha, milicianos rio-grandenses, legionários paulistas e lanceiros guaranis constituíram os efetivos desse exército, severamente disciplinado pelo futuro Conde de Rio Pardo e embrião de todos os outros que, no decurso do século, defenderam essas divisas.

¹⁵ SILIONI, R. S. *La diplomacia luso-brasileña an la cuenca del Plata*. Buenos Aires: Rioplatense, 1975. p. 95-104.

¹⁶ *Mayo Documental*. Buenos Aires: Fac. de Filosofía y Letras, 1963 p. 106.

A 17 de dezembro de 1815 dá-se a elevação do Brasil a Reino. Três meses depois (20.03.1816), morre a rainha D. Maria I e o Príncipe Regente é aclamado rei nos salões do Teatro São João, no Rio de Janeiro.

Na Argentina, por outra parte, a 24 de maio de 1816, reúne-se o Congresso de Tucuman, em meio a graves dissensões internas, o que significava, pelo vulto das mesmas, uma verdadeira guerra civil embutida no processo da independência. Os sonhos mais treloucados sucediam-se no redemoinho político platino, assombrado pela figura *sui generis* de Artigas, autodenominado “*Protector de los Pueblos Libres*”.

O caso do General Belgrano, cuja carreira político-militar está repleta de altos e baixos, que se alternam com rapidez inusitada, é emblemático. Ernesto Palacio refere “*la alarma que había provocado en Buenos Aires la prédica monarquista del benemérito y cándido creador de la bandera, que traía de su reciente aventura diplomática una panacea adobada al calor de reciente fervor dinástico. Nunca había sido un lince en materia política (como probó su carlotismo y su fe ingenua en la quimérica ciencia económica), y soñaba a la sazón com una pareja reinante formada de un príncipe Inca y una princesa lusitana, síntesis de la tierra y la cultura, de la tradición milenaria y la civilización, fórmula perfecta e imposible*”.¹⁷

O ano de 1815 é considerado nefasto pelos historiadores platinos porque nele se conjugaram as paixões e atrocidades da guerra civil, que haveriam de marcar indelevelmente a vida política de seus povos, e os revezes que por todas as partes sofria o movimento da independência: a vitória realista de Rancagua, no Chile; a morte do cura Morelos, no México; os êxitos da força expedicionária de Morillo, em Nova Granada; a fuga de Simon Bolivar para a Jamaica; a tremenda derrota do chamado “Exército do Norte”, comandado por Rondeau, em Sipe Sipe, que deixava escancarada aos realistas a fronteira norte da Argentina.

Não bastasse isso, o fracasso de Napoleão nos “Cem Dias” e seu definitivo afastamento do cenário europeu deixava com as mãos livres e bem apadrinhado a Fernando VII, em seus propósitos recolonizadores. Pelo menos, essa era a avaliação

do momento. E é em função dela que se justifica a chamada “Missão Garcia” no Rio de Janeiro, onde o plenipotenciário portenho propôs a entrega da Banda Oriental a D. João, visando acabar com a ação subversiva de Artigas, que não afinava com o governo de Buenos Aires.

Este o quadro onde se insere a segunda tentativa. Coube leva-la a cabo ao Tenente-General Carlos Frederico Lecor, que se havia distinguido na guerra peninsular comandando uma divisão sob as ordens de Wellington.

A situação na Banda Oriental evoluíra favoravelmente a Artigas. As tropas argentinas, em começos de 1815, retiram-se para Buenos Aires, na convicção de seus chefes de que, tendo ocorrido uma sublevação do exército em Jujuy e dando crédito aos insistentes boatos de que uma poderosa expedição espanhola velejava rumo ao Prata, a construção do estado nacional argentino periclitaria se não abrissem mão de Montevideú, que assim ficou à mercê dos rebeldes uruguaios, já senhores de toda a região da Campanha.

Imenso foi o prestígio auferido por Artigas em decorrência disso. Encarnando uma outra concepção de estado, que não a do centralismo portenho, ele não constituía tamanho perigo por ser o indiscutível senhor da Banda Oriental, naquele momento um território escassamente povoado, mas por ser líder de uma coligação de províncias que incluía, além da própria, Entre-Rios, Corrientes, Santa Fé e Córdoba, capazes de constituir outro país em oposição a Buenos Aires e seus satélites.

É inegável que a hipótese de uma ocupação portuguesa da Banda Oriental, cozinhada há tanto tempo nos círculos governamentais de Buenos Aires e Rio de Janeiro, contava com forte apoio do patriciado montevidéano e dos grandes fazendeiros e charqueadores do Rio Grande do Sul, aspirantes estes a ocupar um espaço mais destacado nos círculos políticos da Corte, frente à aristocracia agrária das grandes plantações e à oligarquia mercantil de Recife, Salvador e Rio de Janeiro e São Paulo.

Escreve Washington Reyes Abadie: “*Según informes del agente consular francés a su gobierno, García, apenas llegado a Río de Janeiro, propuso al*

¹⁷.PALACIO, *op.cit.*, t.1, p. 225.

*gobierno de Don Juan un proyecto de tratado con las Provincias Unidas por el cual se autorizaba a los portugueses a ocupar la margen oriental del Plata, absteniéndose Buenos Aires de socorrer a los atacados y comprometiéndose a que verificada la dominación de la Provincia Oriental, el Congreso de Tucumán solicitara la unión de las Provincias Unidas al Reino del Brasil, tomando Don Juan el título de “Emperador de la América del Sur”. Los funcionarios públicos serían conservados en sus cargos y todos los empleos eclesiásticos, civiles y militares reservados para los nacidos en el país, excepto tres: el Virrey, el Obispo y el Comandante de las Armas, de libre designación por el nuevo emperador”.*¹⁸

Na correspondência trocada ente o Dr. Garcia e os dirigentes das Província Unidas há abundante material comprobatório sobre a conduta daquele governo no sentido de provocar a intervenção portuguesa no Uruguai afastando, inclusive, qualquer escrúpulo de consciência: “*Es verdad que en todo tiempo se ha temido la injerencia de una Potencia Extranjera en disturbios domésticos, pero esta regla demasiado general, me parece que tiene una excepción en nuestro caso*”¹⁹. Quem assim expressava-se, o Dr. Manuel José Garcia (1784-1848), não era um aventureiro qualquer ou um visionário apátrida. Era um cidadão de substância, destacado como jurisconsulto, administrador e diplomata: ministro da Fazenda em 1821, ministro do Governo em 1824, verdadeiro promotor do *Banco de Descuento*, gestor do primeiro empréstimo estrangeiro à Argentina, etc.

Ernesto Palacio, considerado um dos talentos mais brilhantes do movimento nacionalista e revisionista da historiografia argentina, junto de Julio Irazusta, Raúl Scalabrini Ortiz, Manuel Gálvez e Vicente D. Sierra, autor da já citada *Historia de la Argentina*, que “por sua difusão é um dos livros que mais influíram nos argentinos das recentes gerações”,²⁰ não encontra atenuantes no ato de Urquiza, governador de Entre-Rios, quando chama o Brasil, em 1851, para uma aliança contra Rosas, então no auge do poder e da glória: “*La alianza con el extranjero contra la patria tiene un nombre que no admite atenuaciones. El crimen*

¹⁸ REYES ABADIE, W. *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata*. 3ª ed. Montevideo: EBO 1976. p. 259.

¹⁹ *Id.*, *ib.*, p. 260.

²⁰ SCENNA, Miguel Angel. *Los que escribieron nuestra historia*. Buenos Aires: La Bastilla, 1976. p.266.

se agrava cuando ese extranjero es el enemigo tradicional (...) y se merma el patrimonio colectivo”²¹. É, porém, bem mais complacente, embora irônico, em relação aos congressistas de Tucumán: “La guerra que les interesaba, era aquella en que todos estaban comprometidos. Por lo que hace a las simpatías ideológicas, no es de extrañar que muchos sintieran mayor afinidad con la corte ordenada y moderadamente liberal de Río de Janeiro que con los caudillos del litoral, contrabandistas, jefes de montoneras semibárbaras en quienes sólo verían un factor permanente de anarquía y disolución. Aquella podría servir de puente para llegar a un arreglo razonable con España y la Europa civilizada, a cambio de concesiones que bien podrían consistir en el sacrificio de una o dos provincias turbulentas, precio mezquino para una corona importada; mientras que con los otros, qué perspectiva sino la necesidad de liquidarlos en nombre de la civilización y del orden? Estas eran sin duda las ideas dominantes en la ilustre asamblea y ellas explican toda su política”.²²

A ocupação de Montevidéu por Artigas foi uma benção e uma desgraça. Uma benção porque propiciou-lhe a posse do melhor porto abaixo do Trópico de Capricórnio, depois de Santos, o que lhe dava uma abertura sem rival para o comércio exterior e para as relações com as províncias argentinas ditas do “litoral”, Paraguai e sul do Brasil. Uma desgraça porque entregou o governo da cidade a um de seus chefes principais, Fernando Otorgués: “uma espécie de besta-fera”, segundo Bartolomeu Mitre. Suas proezas eram marcadas pela valentia e pela crueldade. Na guerra de 1815, mandou castrar uma partida de prisioneiros portenhos para vingar-se do chefe da mesma, que lhe havia tomado uma namorada. Um de seus acólitos preferidos costumava passear pelas ruas, conforme lhe desse na veneta, cavalgando o infeliz espanhol que encontrasse pelo caminho ao qual, de quatro e embaçalado, fazia trotar debaixo de rebenque e esporas: “Su cabalgadura habitual era un lego de San Francisco, al cual hacía besar el trasero por las mujeres tildadas de godas, que salían de oír misa de la iglesia”²³.

²¹ PALACIO, *op. cit.*, t.II, p. 226.

²² *Id.*, *ib.*, t.I, p. 229. 8

²³ MITRE, B. *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires: Anaconda, 1950. p. 505.

O estrago produzido por indivíduos dessa índole à imagem de Artigas foi tremendo e perdurou por longa data. Até a segunda metade do século XIX, seu nome ainda esteve associado a tais desmandos a ponto de Sarmiento, o grande presidente-educador argentino, defini-lo como “*el patriarca de los caudillos del degüello y la barbarie*”. A urna com seus restos mortais, em 1854 repatriados do Paraguai onde viveu seus últimos anos como verdadeiro anacoreta, chegou a ficar depositada na aduana de Montevidéu por treze meses, esquecida, sem que ninguém a reclamasse.²⁴ Hoje em dia o prócer uruguaio encontra-se redimido de seus detratores e é considerado o fundador da nacionalidade. Considerado, com justiça, o herói nacional máximo, seus restos jazem em portentoso mausoléu na Praça da Independência da capital, que em vida lhe foi tão arisca.

É possível que aí esteja, em boa parte, a explicação para a magnífica recepção que a gente de Montevidéu proporcionou a Lecor, quando o Cabildo lhe fez a entrega das chaves da cidade, em 20 de janeiro de 1817, e o acolheu debaixo de pátio, com as bandeiras do Reino Unido desfraldadas nos edifícios públicos, em meio a salvas e repicar de sinos, “*mientras a su paso rivalizaban las señoras de las familias de ‘gente principal’ en el aplauso y el arrojar de ramilletes de flores*”²⁵.

De 1817 a 1824, estendeu-se a dominação portuguesa na Banda Oriental. A habilidade de sua diplomacia, representada pelo duque de Palmela nas conferências de Paris, defendendo a tese de que a ocupação duraria até que Fernando VII pudesse mobilizar e enviar as tropas necessárias para reconquistar ambas as costas do Rio da Prata, bem como a rebelião de Riego, liquidaram de vez com essa possibilidade.

A incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido foi objeto de cogitação local, desde o momento subsequente à entrada do exército de Lecor em Montevidéu. Nem bem decorridas duas semanas, o Cabildo (Ata de 1/2/1817) decide enviar a Dom João uma comissão de notáveis para manifestar-lhe seu agradecimento por haver tirado a Província “*del centro del desorden*”, aduzindo que “*los pueblos mutuamente se felicitaban unos a otros, llamando su salvador al ejército que la bondad del Rey de Portugal, tuvo a bien destinarle*”. Os emissários, saídos em 7 de

²⁴ MOREIRA, E. D. Macarthy. *Espanha e Brasil: problemas de relacionamento (1822-1834)*. In: “Estudos Ibero-Americanos”, Porto Alegre, III (I), 7-92, jul. 1977. n. 154.

março e retornados em 20 de novembro, insinuaram a S.M.F. que anexasse formalmente aquele território ao Brasil.²⁶

Em 16 de julho de 1821, reuniu-se o Congresso Extraordinário de Deputados, mais conhecido como Congresso Cisplatino, para decidir sobre o destino da Província, tendo em vista a nova situação criada com a revolução liberal do Porto e o retorno de D. João a Lisboa. O ofício de Lecor ao deputados é claro: “Se o M. H. Congresso tivesse a bem decretar a incorporação à Monarquia Portuguesa, Eu me acho autorizado pelo Rei para continuar no mando e sustentar com o Exército a ordem interior e a segurança exterior sob o império das Leis. Porém, se o M. H. Congresso estimasse mais vantajoso à felicidade dos Povos incorporar a Província a outros Estados, ou liberar seus destinos à formação de um Governo independente, só espero suas decisões para preparar a evacuação deste território em paz e amizade conforme às Soberanas Ordens.”²⁷

No dia 31 de julho, o Congresso decidiu “*que habiendo pesado las críticas circunstancias en que se halla el país y consultando los verdaderos intereses de los pueblos y de las familias hemos acordado y por el presente convenimos en que la Provincia Oriental del Río de la Plata se una e incorpore al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves, Constitucional, bajo la imprescindible obligación de que se les respeten, cumplan, observen e hagan observar las bases siguientes...*”.

As bases: observar os limites de antes da incorporação; respeitar as leis vigentes, enquanto não contrárias à Constituição geral; respeitar os privilégios, foros, costumes, etc.; respeitar as liberdades civis, a segurança individual e o direito de propriedade, etc. - ao todo são 21 cláusulas, na primeira das quais ficou assentado o estatuto da nova entidade, que adotava o nome de Estado Cisplatino Oriental e seria diverso dos demais do Reino Unido.²⁸

A volta da Família Real a Portugal em 1821, a permanência do Príncipe D. Pedro como Regente no Brasil e a proclamação da independência deste em setembro de 1822, transferiram para a órbita do novo Império os problemas decorrentes

²⁵ REYES ABADIE, *op. cit.*, p. 269.

²⁶ NARANCIO, E. M. *La independencia de Uruguay*. Montevideo: MAPFRE, 1992. p.244-5.

²⁷ *Apud* Paulo de Queiroz Duarte, *Lecor e a Cisplatina (1816-1828)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985. v.2, p. 428-9.

daquela incorporação. Aliás, algum tempo antes disso, já haviam recrudescido os problemas na Cisplatina.

Entre os integrantes da Divisão de Voluntários Reais, logo após a chegada das notícias relativas à revolução do Porto, aflorou a discórdia e um conato de indisciplina. Alvitrou o Barão da Laguna, uma vez que seria impossível desguarnecer a Cisplatina da noite para o dia, propor a concessão de várias e ponderáveis vantagens aos oficiais e praças que lá, espontaneamente, permanecessem em serviço: doação de terras e implementos agrícolas, com a baixa após dois anos de serviço.

Enquanto isso, em Portugal, as Cortes forçavam o retorno da Família Real e, simultaneamente, procuravam uma aproximação política com o pessoal do Triênio Liberal, de quem pretendiam obter uma espécie de atestado de bons propósitos desfazendo a união da Cisplatina ao Brasil. É o que se depreende do ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira, de 3.12.1822, a Lecor, no qual ressalta o desconforto por não saber a quantas andava a questão platina, considerando “tão indecorosa situação” sobre a qual se acumularia “o extraordinário embaraço de passarmos aos olhos de uma Potência com que hoje mais do que nunca nos importa manter a mais leal e estreita amizade que é a Nação Espanhola, por (...) Governo refalsado”, etc.

Endossava, a seguir, um juízo temerário sobre a boa fé de Lecor: “Com efeito, pelas notícias que dessas partes têm chegado à Europa por diferentes vias, ninguém mais duvida afirmar hoje em Espanha que V. Exa. ajuntando um simulacro de Assembléia nacional, composta não de deputados livremente eleitos pelo Povo, mas escolhidos e convocados por V. Exa., lhes fez declarar, como vontade e desejo universal de toda a Banda Oriental, o voto unânime de ficarem unidos ao Reino do Brasil debaixo da denominação de Província Cisplatina.”

Ora, Lecor não passava de um coadjutor da política de D. João no Prata e durante todo o tempo em que lá se encontrava nada mais fez do que cumprir ordens, com muita competência é preciso reconhecer. Indecoroso mesmo era convertê-lo em eventual bode expiatório para qualquer fracasso da política de mão estendida que estava sendo implementada em relação à Espanha: “V. Exa. pode bem imaginar as

²⁸ NARANCIO, *op. cit.*, p. 250-3.

consequências que um boato destes chegado a acreditar em Espanha deve produzir nas nossas relações com aquele País”. Triste situação em que um boato era capaz de fazer tremer todo um governo!

O afã do ministro em justificar-se aos olhos dos colegas ou correligionários espanhóis fica evidenciado no açodamento com que responsabiliza o Barão da Laguna por descumprimento de suas determinações, em outro ofício de 22.12.1821, sabendo que sequer poderia haver recebido o anterior dado o tempo que demandava um veleiro de Lisboa a Montevidéu e que excedia em muito os dezenove dias de intervalo entre o dois.²⁹

Essa linha política não encontrou respaldo nem no Príncipe D. Pedro, nem entre os partidários da independência do Brasil, nem entre ponderáveis setores da opinião uruguaia que, aliás, já se haviam manifestado a respeito. Menosprezar, precisamente, estes últimos setores tem sido a tônica de muitos que têm escrito sobre a matéria, sem excogitar acerca de qual seria, naquele lugar e naquela época, a consciência nacional, o sentimento nacional, a solidariedade nacional dos habitantes da Cisplatina. Há, inequivocamente, a tendência a projetar do presente para o passado, do marco de um Estado existente para outro ainda em embrião, uma solidariedade ou comunhão de sentimentos que então não existia ou apenas começava a delinear-se.³⁰

Tem sido objeto de observações bem simplórias, conjugando “amor próprio ferido” com “insaciável voracidade lusitana” ou “vocaçao para a tirania”, a firmeza com que o Imperador enfrentou a questão, indo à guerra com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata antes que aceitar fosse a Banda Oriental a ela incorporada ou se convertesse Montevidéu em cidade-livre do tipo hanseático, como chegou a ser cogitado pelos ingleses.

As negociações da Convenção que constituiria a República Oriental do Uruguai em 1828 revelam, ponto a ponto, desde dois anos antes, uma clara firmeza de propósitos do governo imperial em não admitir outra saída, (se não fosse possível manter a Cisplatina ou como província do Brasil ou como província da Coroa, isto é,

²⁹ *Apud*, DUARTE, *op. cit.*, p.446-9.

uma espécie de Estado associado, com autoridades próprias e independentes das autoridades brasileiras), a não ser sua independência absoluta, garantida pelas partes contratantes. Quer como Príncipe Regente, quer como Imperador, não podia D. Pedro, por interesses outros que não os nacionais, abandonar, sem mais, a Cisplatina ou à sua própria sorte, que no caso - e era a convicção geral - significava a anarquia, capaz de espalhar-se ao Rio Grande do Sul, ou sua incorporação pela Argentina, o que equivaleria deixar a boca do Prata e toda a Bacia Platina sob o controle exclusivo de um dos ribeirinhos. Tal situação, mais cedo ou mais tarde, converter-se-ia num *casus belli* capaz de incendiar toda aquela vasta região. A posterior participação do Brasil nos conflitos platinos, tanto em 1851-1852, como em 1864-1870, deveu-se, precisamente, a intentos dessa natureza, protagonizados pelos ditadores Juan Manuel de Rosas e Francisco Solano Lopez.

No texto da “Convenção Preliminar de Paz” de 1828, entre as Províncias Unidas e o Imperador do Brasil, fica bem claro a quem coube a precedência na resolução do conflito. No Art. 1º, o Imperador “declara a Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina, separada do território do Império do Brasil, para que possa constituir-se em estado livre e independente de toda e qualquer Nação, sob a forma de governo que julgar conveniente a seus interesses, necessidades e recursos”; no Art. 2º, o Governo da República das Províncias Unidas, concorda em declarar por sua parte, a independência da Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina, e em que se constitua em Estado livre ou independente, na forma declarada no artigo anterior”.

Em vários momentos das tratativas com o mediador Lord Ponsonby, D. Pedro por intermédio de seus negociadores, (Visconde de Inhambupe, Marquês de Queluz, Marquês de Aracati e Marquês de Itabaiana), negou-se a encarar propostas contrárias a seu elevado sentido da honra e dos interesses nacionais. No primeiro caso situa-se a insinuação de ceder às Províncias Unidas o território em litígio mediante indenização pecuniária, com argumentos baseados na intimidação uns - p. ex., super valorização do poder militar de Buenos Aires e provável intervenção

³⁰ VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. 4ª ed. Barcelona: Crítica, 1982. p. 145-6.

armada dos demais países de língua espanhola, liderados por Simon Bolívar, contra o Brasil, isto é, uma espécie de “santa aliança” ao revés - e outros desconsiderando a questão geopolítica como tal.

O acompanhamento das negociações, de 1826 a 1828, deixa bem claro o fato de que o Imperador resistiu bravamente às pressões inglesas: a não poder compartilhar, em posição de força, do livre acesso à Bacia Platina, só podia contemplar como terceira via a completa independência do Uruguai. Poderia não ser uma província ou estado associado do Brasil, mas, igualmente, não o seria da Argentina.

O porquê de Ponsonby não haver assumido, desde o início das negociações, essa terceira via, que constava de suas instruções secretas, está a merecer um aprofundamento por parte dos pesquisadores. A posteriori, e por esse caminho têm marchado as historiografias platina e mesmo brasileira, a solução da independência total aparece como uma imposição britânica, o que não corresponde à verdade. Constitui honrosa exceção a obra do historiador E.F. Souza Docca - *A Convenção Preliminar de Paz de 1828* - editada em São Paulo em 1929 e apresentada como tese no Primeiro Congresso de História Nacional do Uruguai, reunido em Montevideu em 27 de agosto de 1928, onde caiu como verdadeira bomba. Nesse trabalho é feita não só a crítica de quanto até então se havia publicado sobre o assunto, como o Autor investe nas fontes primárias, pela maior parte inéditas ou adrede desprezadas pelo nacionalismo e republicanismo de vistas curtas que, no Brasil como no Prata, por razões diversas mas convergentes, insistia em apequenar o papel histórico de D. Pedro I. Lamentavelmente, não havendo sequer uma reedição dessa obra, decorridos mais de setenta anos de sua publicação, ela é, praticamente, desconhecida do grande público e pouco ou nenhum efeito produziu na literatura histórica, embora em vida seu autor haja sido considerado “o mestre mais autorizado da história da nossa diplomacia no Prata, na sua primeira fase”.³¹

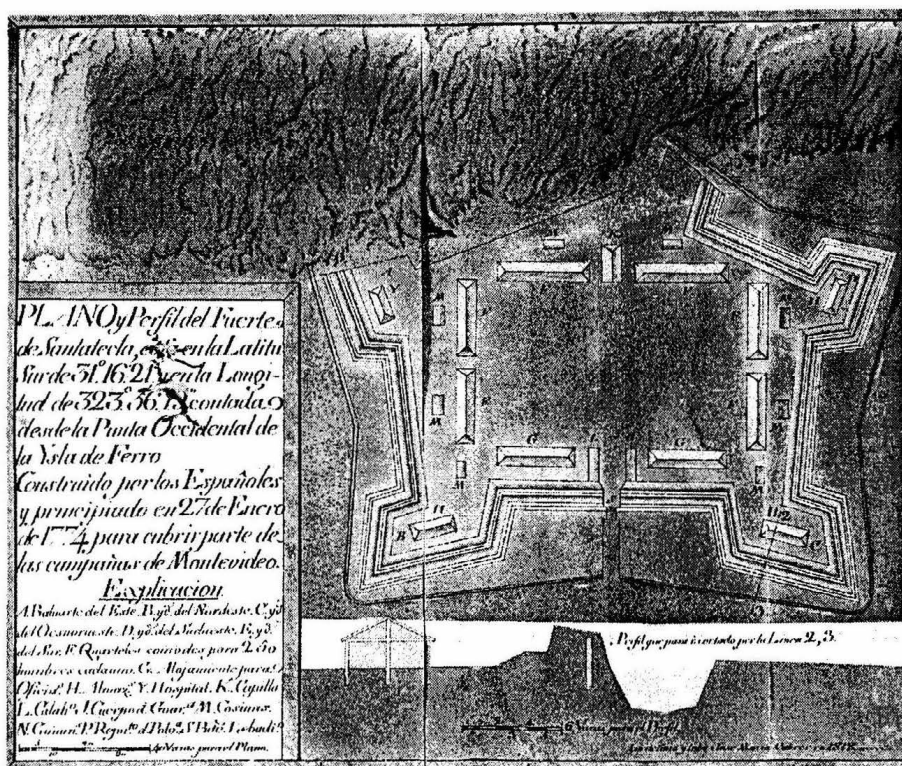
Concluindo: aquilo que se pode chamar de Questão Platina só encontra equivalentes, em magnitude, na política exterior de D. Pedro I, nos casos do

³¹ Heitor Lyra *Apud* Earle Diniz Macarthy MOREIRA, *Aproximação a Souza Docca através de sua correspondência*. Porto Alegre: SBPH, Anais da XII Reunião, 1992. p. 239-43.

reconhecimento da independência por Portugal e na disputa do trono com D. Miguel. Aliás, no encaminhamento do reconhecimento do Império pela Espanha fernandina, o tópico Cisplatina foi da maior relevância, contribuindo para atrasá-lo por doze anos.

No que concerne à disputa pela coroa de Portugal, o conflito platino contribuiu indiretamente na medida em que, bem explorado pelos adversários brasileiros do Imperador, concorreu para seu desprestígio e abdicação em 7 de abril de 1831.

Em outro plano, deve-se reconhecer que o comportamento de D. Pedro I, em todo o episódio, compagina perfeitamente com a tradição política de Portugal na América e é regido por uma ampla concepção estratégica da questão, o que de per si justifica sua atuação aos olhos da posteridade.



Planta Baixa e Corte do Forte de Santa Tecla [1786] – Extraído do livro *MAPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Bruno Furrer (org.), Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 323.

CULTURA MATERIAL, DESCOBERTA E COLONIZAÇÃO DO BRASIL: UMA SÍNTESE SÓCIO-CULTURAL IBEROINDÍGENA³²

Arno Alvarez Kern³³

1. Introdução.

Um dos episódios da expansão ultramarina luso-espanhola foi a descoberta da América Meridional e sua conseqüente colonização, a partir do século 16. Este processo de ocupação do território deu origem a um processo extremamente complexo de relações entre as sociedades indígenas, que aqui se haviam instalado nos últimos dez mil anos, e os grupos populacionais ibéricos que aqui chegaram durante o período colonial, julgando-se as descobridoras deste Novo Mundo. Nenhuma destas sociedades que aqui se estabeleceram, entretanto, são autóctones. Os grupos indígenas vieram da Ásia, provavelmente em migrações sucessivas, no decorrer da última glaciação. Foram pouco a pouco descobrindo e colonizando ocupando o imenso território americano e procurando formas mais eficientes de adaptação às paleo-paisagens frias e secas da época glacial. Ao longo dos milênios, terminaram por ocupar toda a América do Sul. Alguns grupos permaneceram nômades e caçadores-coletores-pescadores. Outros deram origem a sociedades muito complexas e diferenciadas, estabelecidas em aldeias no Amazonas ou mesmo em cidades nas montanhas dos Andes e no altiplano boliviano. Estes grupos nativos sul-americanos, no limiar da Idade Moderna, não poderiam ter idéia de que seus destinos históricos estavam relacionados com outros grupos provenientes de duas longínquas nações ibéricas, Portugal e Espanha³⁴.

Quando os portugueses e os espanhóis aqui se estabeleceram nos inícios do século XVI, encontraram paisagens diversificadas e sociedades indígenas muito diferentes umas das outras. Os contextos ambientais nos quais os grupos indígenas estavam instalados eram muito diversos, variando não apenas no que diz respeito ao

³² Conferência ministrada em 17 de maio de 2000, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no ciclo de palestras comemorativas aos 500 anos do Brasil e aos 80 anos de fundação do IHGRGS.

³³ Arqueólogo e Historiador. Professor dos Cursos de Pós-Graduação e Graduação em História da FFCH da PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

³⁴ Este estudo foi extensamente desenvolvido em: KERN, Arno Alvarez. Antecedentes indígenas. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Síntese Riograndense, n. 16-17), 1994.

relevo mas igualmente quanto ao clima, à flora e à fauna. Nas alturas geladas dos Andes, nas imensas extensões da floresta equatorial amazônica, ou nas vastas paisagens cobertas de gramíneas dos pampas, estes ambientes distintos exigiam dos grupos indígenas adaptações culturais muito específicas ³⁵. Nestas paisagens estavam instalados grupos nômades de caçadores-coletores-pescadores, parcialidades étnicas formadas por aldeões horticultores semi-sedentários e mesmo sociedades organizadas militarmente, com suas cidades, templos e palácios. Todos estes grupos, direta ou indiretamente, entraram em contato entre si ou por intermédio de seus vizinhos. Realizaram trocas através de intercâmbios culturais e comerciais, ou chocaram-se entre si em guerras de conquista e em expansões colonizadoras. A partir da colonização e do povoamento encetado pelos portugueses e pelos espanhóis, nos momentos posteriores à expansão ultramarina, os grupos indígenas começaram a sofrer alterações sociais e culturais profundas e muitas vezes traumáticas, como consequência dos impactos e dos contatos decorrentes ³⁶. No passado, nenhuma empresa de conquista fora de tal modo extensa nem uma exploração econômica realizada com tal intensidade, nas imensas paisagens desta América Indígena. Esta colonização foi a responsável pela migração forçada de outros grupos, de origem africana, que aqui chegaram como escravos.

Deste complexo processo emergiu uma nova sociedade colonial iberoindígena, a qual terminou sendo a base da organização de nossa atual América Latina.

Muitas das afirmações que constantemente são difundidas, principalmente em jornais e revistas, mas igualmente em muitos livros didáticos, relacionadas ao processo de descoberta e colonização da América, não passam muitas vezes de chavões e afirmações superficiais, interpretações subjetivas e carregadas de emoção, mas com muito pouco de conteúdo histórico ³⁷. Assim, designam-se os protagonistas

³⁵ COUTO, Jorge. A construção do Brasil. Lisboa, Ed. Cosmos, 1995. Especialmente os capítulos 1 - "As sociedades indígenas" (p. 39 e seg.) e 2 - "A aculturação" (p. 309 e seg.).

³⁶ KERN, Arno Alvarez. "Descoberta e colonização da América: impactos e contatos entre sociedades indígenas e européias", Anais (I Encontro de Cultura Ameríndia), Santo Ângelo: URI 1: 9-14, 1992.

³⁷ Um exemplo disto foram diversas publicações realizadas em reuniões científicas durante as comemorações da descoberta da América. Veja-se, como exemplo, o ensaio de: IGLESIAS, Francisco.

desta história como europeus e vencedores, de um lado, como indígenas e vencidos, de outro lado, esquecendo-se dos vencidos e vencedores dos conflitos existentes no seio das próprias sociedades européia e indígena. Afirmam igualmente terem os europeus aniquilado as culturas nativas e dizimado as populações indígenas. Enquanto isto, em toda a América, os grupos nativos e sua rica cultura ainda hoje são presença constante em alguns lugares, e uma herança cultural não negligenciável subsiste mesmo em zonas onde são raros ou inexistentes seus descendentes³⁸. Estas generalizações são feitas de maneira muito simplista e, mesmo que contenham parcelas de verdade. Em primeiro lugar, nenhuma análise maniqueísta destas sociedades nos esclarece muito ou amplia o nosso conhecimento, pois o que se ganha em simplificação, é perdido em conteúdo histórico. Em segundo lugar, é necessário situar a expansão ultramarina e a colonização da América em seu contexto histórico e a partir de uma dupla perspectiva, européia de um lado e indígena de outro. São complexos os contextos, nos quais múltiplas variáveis devem ser levadas em conta e analisadas em suas interrelações dialéticas. Apenas poderemos reconstituir historicamente esta realidade passada se soubermos utilizar modelos de múltiplas variáveis e um raciocínio complexo.

2. A formação da sociedade iberoindígena colonial.

Não podemos ignorar a complexidade do processo histórico que deu origem à sociedade americana colonial, a partir de seus segmentos indígena e europeu. Não nos basta afirmar simplesmente que houve miscigenação, quando as duas sociedades entraram em contato, como consequência da expansão ultramarina ibérica. Esta nova sociedade apresenta uma série de elementos sócio-culturais específicos. Neste imenso continente sul-americano, as especificidades dos contatos e dos impactos nos permitem desvelar historicidades diferentes.

Numa primeira abordagem, somos obrigados a levar em consideração, que as paisagens onde se desenvolveram estas relações interétnicas foram muito diferenciadas, com relevos, climas, flora e faunas distintos. Com suas formas

"Encontro de duas culturas: América e Europa". In: AZEVEDO, Francisca L. N. e MONTEIRO, John M. (org.). Confronto de culturas: conquista, resistência e transformação. São Paulo, Edusp., 1997. p. 23 e seg.

³⁸ KERN, Arno Alvarez. "Os Índios: no limiar da América Latina". In: KERN, Arno Alvarez *et alii*. Rio Grande do Sul: continente múltiplo. Porto Alegre: Marprom/Riocel, 1993, p.33-60.

enérgicas de relevo, os picos, as montanhas e os vulcões dos Andes se antepõem às imensas planícies do Amazonas e dos Pampas, localizadas no lado atlântico. O clima equatorial quente e úmido do norte do continente sul-americano, contrasta com os ventos frios, os gelo e as neves das alturas dos Andes ou das latitudes meridionais da Patagônia. As paisagens vegetais apresentam igualmente diferenças muito grandes, quando comparamos por exemplo os infundáveis tapetes de gramíneas dos Pampas e da Patagônia, com as densas florestas tropicais e subtropicais das vertentes atlânticas.

Os grupos indígenas estavam estabelecidos nestes diversos ambientes com padrões adaptativos diferenciados, a partir de tradições culturais estabelecidas desde muitos séculos. A base para a formação destas sociedades nativas foram os primeiros grupos de caçadores, coletores e pescadores que aqui se estabeleceram, em plena glaciação. Entretanto, no decorrer do período pós-glacial, nos últimos 10.000 anos³⁹, estes grupos se transformaram de maneira extraordinária, diferenciando-se entre si, até os momentos que antecederam a descoberta da América.

Importantes processos de colonização e de integração cultural já haviam ocorrido anteriormente à chegada dos europeus. As margens do Oceano Atlântico foram o palco no qual se desenrolaram as extensas migrações colonizadoras dos grupos Tupi e Guarani, que terminaram ocupando áreas imensas, impondo sua cultura e sua língua. Mais recentemente, no litoral do Oceano Pacífico, os Incas se apoderaram militarmente de imensas áreas andinas. Assim, muito antes de se iniciar o processo histórico provocado pelo descobrimento da América pelos europeus, este continente já possuía uma história de longa duração, na qual as sociedades indígenas americanas desenvolveram profundas diferenças étnicas e culturais, após muitos milênios de processo histórico e desenvolvimento específico em cada um destes ambientes. Como exemplo, poderíamos destacar as sociedades andinas estabelecidas em suas cidades, os grupos de horticultores instalados em aldeias localizadas em meio às matas tropicais, e os caçadores nômades das paisagens abertas dos pampas, e que coexistiam lado a lado, quando as primeiras velas européias despontaram no

horizonte do Atlântico. As sociedades ibéricas que invadiram e colonizaram esta América ainda indígena, ao longo do século XVI, estabeleceram formas diferenciadas de relações sócio-culturais com estas variadas populações indígenas. Uma foram escravizadas e dizimadas, outras foram cooptadas como aliadas ou simplesmente ignoradas, para só serem contatadas recentemente ⁴⁰.

Quais as motivações que impulsionavam as caravelas e as naus, de velames desfraldados ao vento, e que os indígenas pensavam ser ilhas flutuantes? Porque estes colonizadores brancos chegavam tão longe dos litorais europeus, com suas terríveis armas de fogo, suas ambições de conquista de riquezas e de homens, seu espírito de cruzada, suas idéias de combater o paganismo e difundir o cristianismo à luz mesmo das fogueiras da inquisição? Visavam atingir objetivos tão diferenciados como a riqueza de Eldorado ou a salvação das almas indígenas "para a maior glória de Deus". Na conquista da América, imediatamente atrás dos colonizadores ou mesmo com eles, chegaram os missionários. Os que realizaram as suas atividades de cristianização do indígena pertenceram basicamente a quatro ordens religiosas. Foram principalmente os mercenários, os franciscanos, os carmelitas e, os últimos a chegar, os jesuítas. E foram exatamente estes últimos que oportunizaram uma das mais extraordinárias experiências históricas de gradual inserção dos indígenas Guaraní na sociedade espanhola, através da experiência dos Trinta Povos das missões Jesuíticas platinas. Milhares foram os europeus que aqui chegaram. Uns eram conquistadores e missionários, outros mercadores e funcionários da corte. Todos, entretanto, eram os enviados ou dos reis ou dos papas, e em nome destes personagens históricos eram justificadas as suas ações. Todos pretendiam a conquista, seja do ouro e da prata, seja das almas dos índios. Alguns buscarão o Eldorado, dentro do espírito mercantilista da época. Outros pretenderão uma

³⁹ O estudo sobre as paleopaisagens e as adaptações culturais dos grupos indígenas foi realizado em: KERN, Arno A. Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul (org.). Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1991.

⁴⁰ Ver os estudos publicados em: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

"conquista espiritual" bem de acordo com as idéias de cruzada contra os infiéis. Todos terminaram mudando significativamente a face deste novo continente ⁴¹.

As relações interétnicas estabelecidas foram muito diversificadas, porque os diversos grupos indígenas tiveram reações muito diferenciadas em relação aos novos invasores. Na América Latina atual ainda vivem grandes contingentes de população indígena, filhos dos sobreviventes da conquista. Entretanto, alguns grupos fizeram uma resistência constante e terminaram sendo dizimados, como consequência do impacto das guerras de extermínio feitas pelos conquistadores, quase imbatíveis com seus cavalos e armas de fogo. Os indígenas igualmente colaboraram com o branco invasor colocando a seu serviço a força de trabalho de seus braços, alguns de livre vontade como nas missões, outros esmagados pela escravidão nas minas de prata ou nas lavouras de cana. Geraram igualmente uma nova população de mestiços, a partir das relações interétnicas entre os europeus e os nativos. A interação entre brancos e índios, terminou dando origem a uma herança genética indígena não negligenciável em milhares de mestiços, muitos dos quais terminaram por ascender socialmente. Por outro lado, se os contatos interétnicos levaram à miscigenação, as doenças dos brancos e suas formas extremas de exploração do braço indígena levaram ao impacto mortal e à crise demográfica das populações nativas. Após um rápido decréscimo da população indígena, ao longo do século XVI, foi ao longo do período colonial e de maneira muito lenta que as populações indígenas puderam pouco a pouco tornar a crescer.

A conquista e o povoamento implicaram, portanto, em duas facetas aparentemente contrastantes. Por um lado, no etnocídio de centenas de grupos indígenas, aniquilados física e culturalmente. Por outro lado, deu origem a um lento, gradual e ininterrupto processo de agregação forçada ou integração parcial dirigida dos grupos indígenas. Neste processo, as comunidades indígenas sobreviventes foram sendo cooptadas e inseridas nas instituições formais dos impérios coloniais espanhol e português, assim como nas da Igreja Católica Romana.

3. A síntese cultural iberoindígena.

⁴¹ SILVA, Maria B. N. (coord.). Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa, Ed. Estampa, 1995. Ver especialmente os trabalhos publicados na Parte I - "Portugueses e índios" (p. 25 e seg.).

Um novo e imenso mundo se abria frente aos novos colonizadores europeus, povoado por milhares de grupos indígenas, com costumes e padrões culturais absolutamente novos para estes cristãos. Saídos há pouco da Idade Média, alguns pensavam ter chegado no paraíso, enquanto que outros se debatiam em dúvidas religiosas, questionando se este continente inteiro, jamais citado na Bíblia, não seria a terra de Satã, e se seus habitantes não estariam todos ainda marcados pelo pecado original. Alguns padrões culturais foram descritos em relatos da época como sendo aterrorizantes e bárbaros. Dentre eles se deu ênfase aos sacrifícios humanos dos Astecas ou à antropofagia dos Tupiguarani, fazendo tremer homens que, entretanto, achavam justos os atos de fé da Inquisição, e não se perturbavam ao assistir à queima em praça pública de "infiéis" judeus e muçulmanos.

Portugueses e espanhóis herdaram muito dos padrões culturais indígenas, ao mesmo tempo em que iam impondo os seus costumes europeus. Os indígenas ocultaram dos europeus muitos de seus traços culturais, principalmente os relacionados com os ritos e os mitos, enquanto que exigiam dos brancos exemplares de sua tecnologia avançada, tais como as lâminas de machado de ferro. Somos portanto obrigados a levar em conta a complexidade social e cultural destes diversos tipos de contatos que se estabeleceram entre estes grupos, de origens diversas. Muitos indígenas tiveram que aceitar de maneira autoritária os padrões de comportamento dos europeus. Por outro lado, temos que considerar que algumas das inovações técnicas trazidas da Europa pelos luso-espanhóis eram desejadas e exigidas por eles, como é o caso das armas de fogo e dos instrumentos em ferro. Apesar da exploração mercantilista e do combate aos paganismo indígena, a sociedade ibérica não deixou de agregar, também, inúmeros padrões culturais dos nativos, como se evidencia ainda hoje na maioria dos países americanos.

Tanto a sociedade européia como a indígena eram, nesta época, curiosas sínteses culturais, entre o tradicional e o moderno. Por um lado, as sociedades indígenas mantinham inúmeros padrões sócio-culturais antigos, tradições muito arraigadas de épocas em que predominavam os caçadores-coletores-pescadores, com seus artefatos de pedra lascada e osso. Entretanto, muitas sociedades já haviam acrescentado a esta herança as inovações modernizadoras oriundas do processo de

neolitização, dentre as quais a vida em aldeias, a cerâmica, a pedra polida, e a domesticação de plantas e animais. Outros grupos, localizados na zona andina, acrescentaram a este legado tradicional as inovações modernizadoras do estado, da realeza, da vida em cidades com seus templos, palácios e uma cultura muito sofisticada. Nesta América Indígena as sociedades mesclavam as tradições arcaicas com inovações modernizadoras muito originais em complexas resultantes sócio-culturais⁴².

Os contatos entre a sociedade ibérica luso-espanhola e as sociedades indígenas deram origem, portanto, a um processo de múltiplas influências culturais, no qual os diversos grupos indígenas americanos tiveram importante contribuição a dar. A domesticação de plantas nativas nos evidencia como foi fundamental esta herança cultural, ainda hoje encontrada em maior ou menor grau nos hábitos dos europeus aqui instalados. A mandioca doce (aipim), o milho, as abóboras, os feijões, o cacau, as pimentas e a batata doce, são exemplos desta contribuição cultural, e ainda hoje fazem parte de nossa dieta alimentar. O abacaxi, a goiaba, o caju, o amendoim, o coco, o abacate, o butiá e o araçá são algumas das frutas que eram coletadas e que passaram igualmente para nossos cardápios. Apesar de não contar a América com muitos animais domesticáveis, o controle sobre o peru, domesticado na América do Norte, e alguns camélídeos andinos tais como a alpaca, a vicunha e a lhama, na América do Sul, nos mostram também a sua importante colaboração neste setor. Por outro lado, os europeus que aqui chegavam e se instalavam, traziam igualmente complexas combinações de elementos sócio-culturais antigos e novos. Por um lado, podemos destacar as inovações modernizadoras geradas pela efervescência cultural dos séculos XVI e XVII. São exemplo disto: a imprensa e o plano urbanístico em forma de grade e com a "plaza mayor" das novas cidades renascentistas; as linhas sinuosas, decorativas e teatrais da ornamentação barroca; e as inovações técnicas dos grandes descobrimentos, tais como os conhecimentos náuticos, a bússola e a técnica de construção de grandes embarcações. Ao lado destas, podiam ser encontradas formas sócio-culturais muito tradicionais e arcaicas,

⁴² COUTO, Jorge. A construção do Brasil. Lisboa, Ed. Cosmos, 1995. p. 309 e seg. KERN, Arno Alvarez. "Os Índios: no limiar da América Latina". In: KERN, Arno Alvarez *et alii*. Rio Grande do Sul: continente

oriundas do mundo greco-romano ou fruto da herança medieval. Dentre elas, um desenvolvido artesanato, especializado na metalurgia do ferro, na elaboração da cerâmica em torno de oleiro, no uso da roda e do arado. Foram os europeus que introduziram na América muitos animais domesticados, tais como o gado cavalar e vacum, as ovelhas e os galináceos. Trouxeram também legumes e verduras, tais como o repolho e a alface, e frutas como os limões e as laranjas, os pêssegos e as pêras. Além desta complexa herança cultural, os europeus introduziram na América muitos outros elementos culturais que estavam recebendo a partir dos descobrimentos e dos contatos com outros povos, tais como o arroz, o café, a banana e a cana de açúcar, os quais tiveram crescente importância econômica.

Assim, as contribuições culturais aqui citadas como exemplo nos evidenciam as mútuas influências exercidas entre estas sociedades em presença. Os europeus que para aqui vieram não tiveram sucesso em recriar totalmente a Europa na América, mas terminaram se adequando a uma série de circunstâncias ambientais e históricas, bem como tendo de fazer muitas concessões sociais e culturais ⁴³. Do norte ao sul deste continente americano, cada vez que tomamos o nosso banho diário, deitamos em uma rede, comemos pratos feitos com milho e mandioca, preparamos um chimarrão ou fazemos um churrasco, estamos diante de padrões culturais desconhecidos na Europa dos descobrimentos e típicos da América Indígena.

4. Conclusões:

Ao longo da história indígena da América, fronteiras culturais e ambientais separaram grupos indígenas diversificados e muitas vezes antagônicos. Durante muito tempo, na América Indígena que pouco a pouco se transformava em América Latina, coexistiram estas sociedades diversificadas. Por um lado, as complexidades da sociedade européia que emergia da Idade Média e que estava ainda dando origem ao Mundo Moderno. De outro lado, os grupos indígenas que emergiam da Pré-História como caçadores nômades ou como aldeões horticultores, penetravam no seio destes impérios coloniais em pleno mercantilismo e barroco. Cada grupo parece

múltiplo. Porto Alegre: Marprom/Riocel, 1993, p.33-60.

se encontrar em um momento diferente do tempo, caracterizando muito bem a problemática que os historiadores denominam de "a contemporaneidade do não contemporâneo".

Desta maneira, ocorreu na América um complexo processo de transculturação, ou seja, de transformações culturais que ocorreram quando dos contatos entre a sociedade ibérica e os grupos indígenas americanos. Como vimos, um processo de interações sócio-culturais ocorreu entre as diversas sociedades em presença, cada uma em sua situação ambiental específica e com certas características de organização sócio-cultural singulares. Por meio destas relações, a cultura da sociedade dominante ibérica, pouco a pouco, foi amoldando e se impondo às culturas das sociedades dominadas, além de receber influências destas. Os contatos culturais permanentes deram origem a formas diferentes de alterações dos padrões tradicionais indígenas. A assimilação dos instrumentos de ferro, do torno e do forno de oleiro, das técnicas de construção arquitetônica européia, da domesticação de animais através do pastoreio, dos valores do cristianismo, dentre outros traços culturais, provocaram mudanças estruturais muito importantes. Os indígenas americanos deixaram de ser caçadores nômades ou horticultores da floresta subtropical, sem que por isto tenham se transformado em espanhóis ou portugueses. Estes últimos, por sua vez, terminaram dando origem a uma nova sociedade colonial americana, sensivelmente diferente daquela que lhes tinha dado origem. Estas especificidades históricas somente puderam ser perfeitamente compreendidas pelos portugueses e espanhóis da península ibérica, quando a América iberoindígena decidiu realizar a sua independência política, rompendo com muitos dos laços de dependência em relação às metrópoles e decidindo seguir um caminho autônomo.

⁴³ KERN, A. A. Antecedentes indígenas. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Síntese Riograndense, n. 16-17), 1994.